

CERZIR MARVILA

A PRAÇA COMO ARTICULADOR URBANO

Departamento de Arquitetura
Universidade Autónoma de Lisboa
Mestrado Integrado em Arquitetura
Tese de Mestrado
Carlos Jorrim 20130301
Orientadores
Arq. Inês Lobo
Arq. João Belo Rodeia
Co-orientadores
Arq. Júlia Varela
Setembro 2021



Agradeço à minha família. Obrigado mãe, pais, avó Luísa, tia Vena, tio Jorge, prima Bea, e ao Beni.

Aos amigos que me apoiaram.

Anderson Bendrau, Ana Quelhas, João Igrejas, Ana Munõz, Carola Brandini, à Tita e em especial à minha incansável Virgínia Palma.

Aos professores desta universidade, em especial à professora Inês Lobo e a professora Júlia Varela.

Obrigado.

RESUMO

Vivemos atualmente em cidades vitimadas pela racionalização espacial, em que as malhas urbanas são marcadas por redes de infraestruturas de circulação que descaracterizam o espaço público. Esta realidade resulta principalmente do descontrolado crescimento económico e/ou demográfico, associado ao frágil planeamento urbano estratégico, que, em consequência, subverte a estrutura urbana. Resultam assim espaços devolutos entregues ao incerto, em si mesmos descaracterizados e descaracterizadores das áreas urbanas adjacentes, como também desconectados da vida social.

A presente dissertação procura contrariar esta situação na zona em estudo, através da criação de dois novos centros polarizadores responsáveis pela articulação e dinamização respetiva, associados a um sistema de parques preexistentes.

Surge assim como hipótese de projeto para a freguesia de Marvila (Lisboa), o desenho de duas praças que rematam, em extremos opostos, um percurso pedonal preexistente e histórico (Azinhaga dos Alfinetes), eixo outrora importante na articulação das diferentes cotas entre a frente ribeira e o planalto. Assim, pretende-se que estas praças sejam novos catalisadores destas duas áreas à escala urbana, bem como, ao rearticular as diferentes cotas, responsáveis pela otimização dos equipamentos públicos preexistentes.

PRAÇA, PÓLO, ARTICULAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO, LISBOA, MARVILA

ABSTRACT

We currently live in cities victimized by a spatial rationalization, in which the urban networks are marked by a grid of circulation infrastructures that mischaracterize public space. This effect results mainly from uncontrolled economic and demographic growth, combined with weak strategic urban planning and which consequently de-contextualizes the urban structure from a social point of view. These actions result in vacant spaces delivered to the uncertain, which not only mischaracterize these areas but also disconnect them from society.

The present dissertation intends to counter this growth through the creation of two new polarizing centers responsible for the articulation and dynamization of the area, together with a system of pre-existing parks.

The design of two squares emerges as project hypothesis for Marvila (Lisbon), which finish off at opposite ends, and a per-existing and historic pedestrian path (Azinhaga dos Alfinetes), a formerly important axis in the articulation of the different levels between the riverfront and the highland. For that matter, it is intended that these squares are the new catalysts if these two areas on an urban scale, which are also responsible for the dynamization of per-existing public facilities and the articulation of the different levels.

SQUARE, POLE, ARTICULATION, PUBLIC SPACE, LISBON, MARVILA

ÍNDICE

	Resumo	6
	Abstract	6
	Introdução	10
CAPÍTULO I	Espaço Público	14
	Cidade	16
	Cidade Moderna à Cidade Contemporânea	21
	Lisboa	26
	Da Praça ao Espaço Público	29
	Marvila	36
	Das Quintas às Estruturas Fabris	38
	Dos Vazios Urbanos aos Planos Urbanos	44
	Um novo Centro Urbano	74
CAPÍTULO II	Praça	76
	Ágora de Mileto	78
	Ágora de Assos	82
	Marvila- Duas Praças	86
	Edifício Praça	90
	Basilica Palladiana	92
	Altes Museum	96
	Marvila- Centro Polivalente e Piscina	100
	Marco na Paisagem	104
	Parthenon	106
	Basilica de S’Andrea	112
	Marvila- Farol	118
CAPÍTULO III	Parque	122
	Praça Palco	134
	Praça D’água	152
	Conclusão	180
	Bibliografia	182
	Índice de Imagens	183
	Índice de Desenhos	184

INTRODUÇÃO

“A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional.”¹

Torna-se por isso importante dotar estas zonas de espaços e estruturas qualificados, capazes de proporcionar uma atmosfera de identidade e pertença entre o homem e o meio. Estas qualificações são definidas por Kevin Lynch em três componentes: identidade, estrutura e significado, que constituem os fundamentos para o estudo das temáticas que se pretendem analisar nesta dissertação.

“Uma imagem do meio ambiente pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado. (...) Uma imagem viável requer, em primeiro lugar, a identificação de um objecto, o que implica a sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como uma entidade separável. Falamos de identidade (...), significando individualidade ou particularidade. Em segundo lugar, a imagem tem de incluir a relação estrutural ou espacial do objecto com o observador e com os outros objectos. Em último lugar, este objecto tem de ter para o observador um significado quer prático quer emocional. Isto quer dizer que existe também uma relação, mas uma relação diferente da espacial ou estrutural”²

Interpretando este pensamento de Lynch, o autor enuncia estas componentes como sendo aspetos essenciais para o homem desenvolver uma afinidade com o meio. Neste sentido, analisamos o espaço público do ponto de vista urbanístico, não apenas como espaço comum de um todo, mas como uma estrutura de apoio à sociedade nas suas práticas cotidianas.

No âmbito da cadeira de projeto X foi realizado um estudo sobre o espaço público, onde se identificam 3 temas que refletem a condição física das componentes acima referenciadas: Praça, Edifício-Praça e Marco na Paisagem. Entenda-se por isso, que os três temas se referem aos componentes: Significado, Estrutura e Identidade respetivamente, os temas de estudo para esta dissertação. Entendemos estes temas como elementos fundamentais na constituição do espaço público, desde a antiguidade Clássica até aos nossos dias.

Segundo Carmona, os Espaços Públicos são “*Espaços que dão suporte, produzem, ou facilitam interações sociais e culturais.*”³

Ou seja, estes devem ser espaço qualificados, de modo a proporcionarem melhores condições de urbanidade e interatividade aos seus agentes, fator essencial na constituição da cultura urbana. Para tal, essas qualificações prendem-se na construção de estruturas/equipamentos de apoio, responsáveis pela ativação destes espaços.

Imagem 1
Playgrounds (1947–1978), Aldo Van Eyck. Foto di Aldo van Eyck Archive / Amsterdam City Archive. Da SOCKS-STUDIO. URL: <http://socks-studio.com/img/blog/van-eyck-playgrounds-03.jpg>.

1.LYNCH, k.; (2009). A Imagem da Cidade, Edições 70, p.14.
2. LYNCH, k.; (2009). A Imagem da Cidade, Edições 70, p.18.
3. CARMONA, M.; (2003). Public Places- Urban Spaces. The dimension of Urban Design, p. 30.



.01

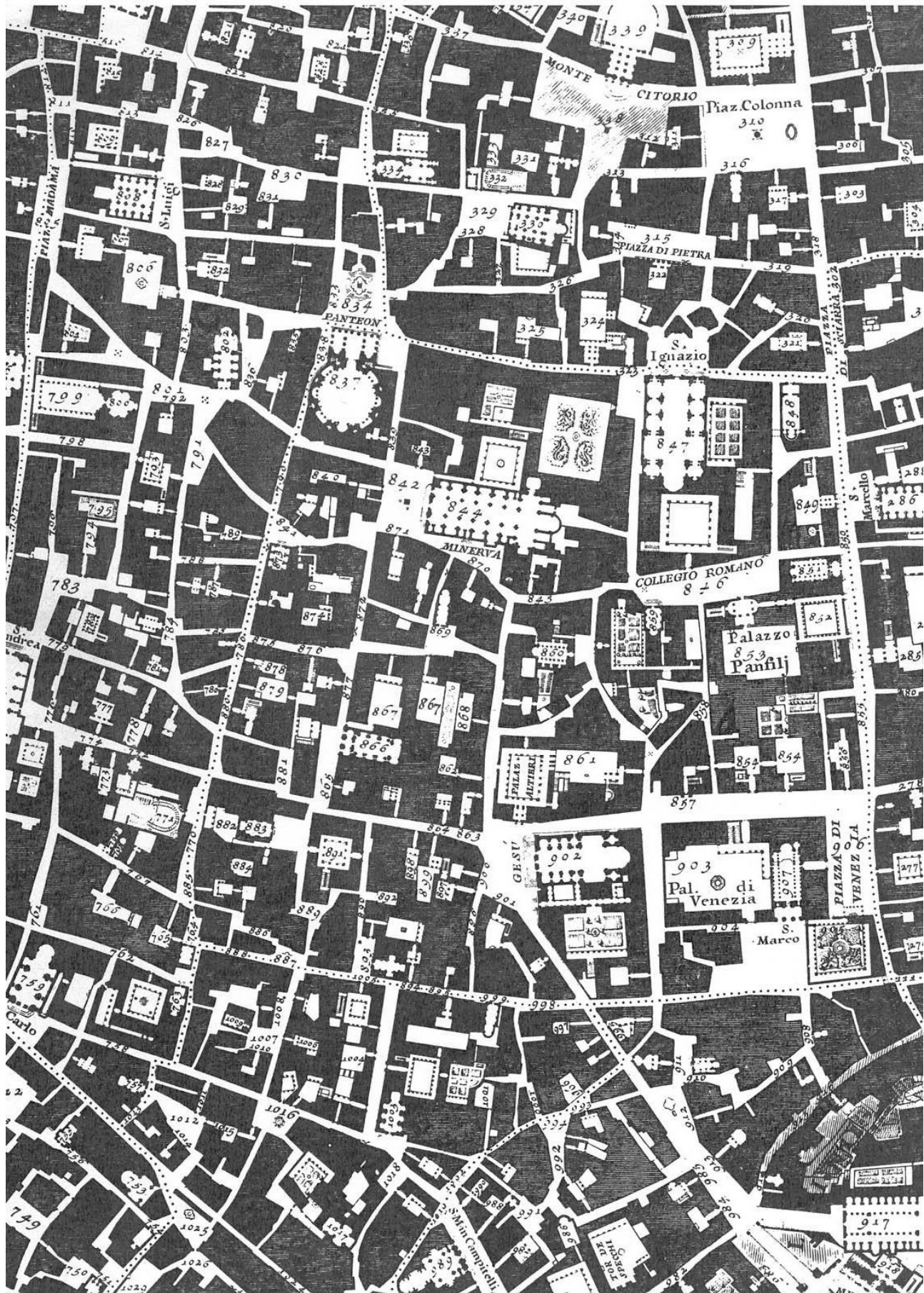
Assim a presente dissertação desenvolve-se ao longo de 3 capítulos: O primeiro capítulo aborda a temática do espaço público e as suas alterações durante a Revolução Industrial e o Modernismo, bem como os efeitos que estas ações tiveram sobre Lisboa e Marvila. No segundo capítulo abordamos a temática do espaço público, aplicado à três características: Praça, Marco na Paisagem, e Edifício Praça. Cada temática será analisada através de dois casos de estudo, de modo a destacar as suas características mais relevantes. Em seguida estes estudos serão aplicados ao exercício do projeto, onde é explicada a estratégia do mesmo. No terceiro capítulo, analisaremos Marvila através do sistema de parques existente, que compõem o Corredor Verde Oriental, para a zona. Propõe-se desta forma reativar neste sistema de parques um percurso pedonal composto por um conjunto de equipamentos públicos, responsáveis pela requalificação e dinamização da zona.

Capítulo I

ESPAÇO PÚBLICO

Imagem 02.
Nova Planta de Roma, Giambattista Nolli, 1748.





.02

Cidade

“O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes) no fundo, o espaço público é a cidade.”⁴

Francesco Indovina, autor da frase citada, define o espaço público como elemento base para a realização de vida urbana. É o fator de identificação e de criação de identidade, local de socialização, encontro e de manifestação de grupos sociais, culturais e políticos.

É igualmente um elemento fundamental no funcionamento da cidade, devido ao papel integrador que desempenha, criando uma continuidade sobre o território, através de acessos e espaços, que facilitam a articulação e o uso do mesmo.

Indovina sustenta ainda que esta definição decompõe o espaço público em três elementos, em que o primeiro é definido como “condição geral para a existência da própria cidade”⁵, ou seja, todas estruturas e equipamentos responsáveis pela organização e estruturação do espaço.

“representa a condição para que se possa realizar a vida urbana, trata-se de uma espécie de “condição geral” para a existência própria da cidade. Se a referência mais banal, mas fosse aquela das infraestruturas de mobilidade (estradas, passeios, pórticos, praças, largos, etc.), não se poderiam esquecer os outros espaços ligados a funções e usos específicos (parques, jardins, campos de jogos, etc.), também esses indispensáveis à vida urbana;”⁶

O segundo é definido como “cidade é lugar da palavra”⁷, ou seja, o espaço público deve ser construído como um motor para a socialização, para a interação dos seus agentes.

“(…) o que impõem a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. Nesta dimensão, o espaço público é lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime.”⁸

O terceiro constitui o “fator de identificação”⁹, ou seja, atribui uma representação simbólica ao espaço ou edifício.

As cidades de hoje, apresentam estruturas urbanas orgânicas, compostas por camadas históricas que devido a questões culturais e sociais ou por falta de um planeamento urbano mais rigoroso, tenderam a crescer e a desenvolverem-se desagregadas, criando ao longo do seu crescimento espaços e áreas que perderam a função e a relação com o centro. Grande parte desses problemas refletem-se maioritariamente sobre o espaço público.

Uma breve retrospectiva sobre a história permite-nos constatar que o espaço público, é um reflexo da estrutura da sua sociedade ao longo dos séculos, espaço onde predominam as suas caracterís-

4,5,6,7,8,9 INDOVINA, F.; (2002), O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança, p. 119.

10 . Frase do latim usada para descrever uma cidade enquanto Capital do mundo.

11. Cidade Estado- Sistema político constituído por uma cidade independente que exerce soberania sobre um território circundante, atuando como centro político, económico e cultural. INFOPÉDIA. Dicionarios porto Editora. Porto 2003-2021. disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$cidade-estado](https://www.infopedia.pt/$cidade-estado) acesso em: 20 mar. 2021.

12. NORBERG-Sch, Chr. ; (2000) *Arquitectura Occidental*. p. 44 « el deseo humano de conquistar el universo à partir de un centro conocido y significativo. »

13. NORBERG-Sch, Chr. ; (2000) *Arquitectura Occidental*. p.44 « El eje romano aparece relacionado con un centro, que a menudo se define como un cruce de ejes. »

14. DELFANTE, Ch.; (2000) *A Grande Historia da Cidade*. p.66

15. NORBERG-Sch, Chr. ; (2000) *Arquitectura Occidental*. p. 45 « Esta organización general concretaba una imagen cosmológica, y la ciudad era concebida como un microcosmos (...), pero al hacer de un centro el origen del orden ortogonal y axial, los romanos transformaron la imagen estática eterna de los egipcios en un mundo dinámico donde las posibilidades de partida y de regreso, esto es, de conquistar el entorno, se convirtieron en in significado existencial primordial. »

ticas mais importantes.

Na antiguidade clássica, o espaço público era composto não só pela praça como elemento central da vida social, como também por outras estruturas. Estas, embora se caracterizassem por serem espaços de livre acesso, carregavam princípios ideológicos diferentes.

Na Antiga Grécia, a Ágora era o centro físico e social da cidade, composta por um terreno largo e vazio. Já os templos, devido a uma valência religiosa associada a uma representação de entidade superior, localizavam-se fora da cidade, em zonas geralmente elevadas, de modo a enfatizarem a sua relação com o observador. Isto é, o espaço público era representado de acordo com a sua identidade simbólica.

Por sua vez os romanos apresentavam uma noção de espaço público bastante diferente. Embora estes, tal como os gregos, também se baseassem nas características do terreno para construir, as suas estruturas não se referenciavam especificamente à um edifício, antes à uma ideia de centro simbólico, referenciado à sua capital, Roma “caput mundi”¹⁰ . Isto é, enquanto os gregos criavam “cidades estado”¹¹ o império romano era construído centrado na sua capital, sobre “o desejo humano de conquistar o universo a partir de um centro conhecido e significativo”¹².

Esta ideia de centro, será então elemento base para a construção das cidades coloniais, aliado aos dois eixos estruturantes da cidade.

“O eixo romano aparece relacionado com um centro, que é muitas vezes definido como cruzamento de eixos.”¹³

As cidades são assim geradas a partir do cruzamento de duas vias reguladoras, onde, sobre a interseção destas, (o centro da cidade) é construída a principal estrutura pública romana, o Fórum. Centro político e simbólico do Império Romano, esta estrutura representa o centro físico e da vida social da cidade, “momento de “coagulação espacial”: é a área das atividades públicas”¹⁴.

“Esta organização geral criava uma imagem cosmológica, e a cidade era concebida como um microcosmo (...) mas ao fazer do centro a origem da ordem ortogonal e axial, os romanos transformaram a imagem estática eterna dos egípcios em um mundo dinâmico onde as possibilidades de partida e de regresso, isto é, de conquistar a envolvente se converteu num significado existencial primordial”¹⁵ e tornando assim o fórum romano, como uma praça que é simultaneamente centrípeta e centrífuga.

Em suma constatamos que estes espaços, embora partilhassem da mesma finalidade, a ideia de um lugar-comum para a prática de atividades comerciais, religiosas ou de lazer, estes mesmos espaços já apresentavam princípios ideológicos distintos. Os espaços públicos gregos ofereciam ao cidadão em termos simbólicos uma ideia de consciência própria, já o Fórum contribuía para a consciência do Estado.

As cidades da Idade Média, com origem nas antigas cidades roma-

nas ou construídas de raiz, apresentavam uma malha geralmente irregular, embora em alguns casos podessemos encontrar estruturas urbanas Romanas. Estas cidades baseadas sobre um regime feudal, assentavam sobre a oposição dos poderes religiosos e políticos. Tal contrariedade dá origem a diversos centros, que caracterizam o espaço público das cidades medievais, compostas por várias praças destinadas a funções específicas (praça da igreja, a praça do mercado, a praça central, a praça da porta, etc.), como também gera uma nova forma de espaço público sobre as ruas. Contudo este sistema nasce de forma hierárquica onde as ruas estreitas são apenas passagens e as mais largas prestam diversos usos e complementam as praças. Estamos perante uma estrutura, complexa e unitária que devido a um grande fluxo comercial estas cidades constituíram-se através de elementos como a muralha, as portas das muralhas, as praças e as ruas, que caracterizam assim o espaço público. Isto é, a muralha consistia numa estrutura de proteção para a cidade, e para as atividades comerciais, uma vez que limitava os acessos e permitia um controlo mais rigoroso junto a porta, sobre as mercadorias e os clientes. As praças deixam de ser o centro físico da cidade, e passam a ser o centro simbólico das várias práticas sociais, comerciais políticas e religiosas. O comércio deixa de se realizar apenas nas praças, e passa a ser praticado ao longo das ruas. Ou seja, não existe uma sucessão de espaços que marquem um limite entre a zona residencial e o espaço público, antes pelo contrário, estes espaços vivem em constante diálogo. As ruas ligam-se diretamente à praça e são filas de edifícios que a delimitam. São estes mesmos edifícios, estruturas comunais ou religiosas que caracterizam a praça, dando origem a zonas de vocação religiosa, social ou política, de acordo com a necessidade da comunidade.

Contrariamente à morfologia das cidades da Antiguidade Clássica, a cidade medieval não apresenta uma regra ou princípio ideológico. O espaço público não se define segundo valores arquitetónicos, este responde antes a uma necessidade prática da sociedade, à qual Charles Delfante faz referência através da definição de Mumford como “(...) um urbanismo que reagia às exigências da vida e aceitava as mutações e as inovações; era um conjunto funcional e intencional, na mais profunda aceção, onde as funções mais importantes eram as respeitantes à vida superior do homem.”¹⁶

De facto, o desenvolvimento destas cidades deve-se sobretudo aos ajustes feitos sobre o espaço público de modo a responder a um grande fluxo comercial, onde as ruas e as praças eram dispostas de maneira que as pessoas permanecessem nelas. A Piazza di Campo, em Siena, é um bom exemplo desta prática. Trata-se de uma espécie de sala comum para os cidadãos que tira partido da inclinação do terreno para se criar uma espécie de anfiteatro.

O Renascimento (do século XV a XVI), é uma época marcada pelo humanismo florescente, onde a cidade passa a ser feita para o homem através de uma iniciativa de renovação e teorização da produção do espaço público.

Inspirado pelas formas da Antiguidade Clássica, este período é de-

16. DELFANTE, Ch.; (2000) A Grande Historia da Cidade. p.94.



.03

finido de acordo com vários tratados que propõem uma nova regra para o desenho da cidade. Devido ao aumento da população, a cidade estende-se para responder às necessidades da mesma. Como consequência, o homem passa a preocupar-se com o traçado das ruas e o espaço público. Estamos perante uma ideia de planeamento urbano, com a premissa de controlar e unificar desde o início, o espaço público através de uma composição geométrica rigorosa, que se baseava em 5 campos: A fortificação das cidades, a inclusão integral da praça na malha urbana, a adição de novos bairros com fins residenciais, a reestruturação da rede de ruas principais, e a criação de espaços públicos e ruas conexas aos mesmos.

Estas características acabam por criar um fenómeno urbanístico oposto ao que encontrávamos na Antiguidade Clássica, onde se pretendia uma normalização e regulação da forma das cidades por razões de simplificação de construção. Na Renascença esta prática inverte-se, passando a ser uma generalização de determinada cultura que permite a criação de ideias individuais. A cidade passa a ser constituída por partes que não existiriam se não fossem partes de um todo. Ou seja, a cidade é construída como um todo, de modo a resolver os problemas de um todo.

As praças tornam-se assim o elemento central da cidade, para onde a maior parte das ruas convergem. As ruas por sua vez passam a ser elementos que enfatizam a monumentalidade dos edifícios. Img 03

Caracteriza-se assim o Renascimento como um período de cidades cenográficas, onde o espaço público é desenhado como uma peça de arte, diferente da sinuosidade do espaço público, outrora característico da época medieval; estas cidades passam a ser planificadas, deixando de ser meras ferramentas, e então concebidas, entendidas e realizadas como um todo. Ou seja, a grande alteração verificada nestes dois tempos tem grande parte da sua incidência sobre os principais elementos constituintes do espaço público: as ruas, as praças, e as fachadas. Se as ruas tinham uma morfologia tortuosa e labiríntica, passam a ser espaços de união e valorização dos elementos urbanos. A praça, espaço caracterizado pela vertente comercial, passa a ser o elemento central da cidade, o espaço público de excelência e as fachadas ao contrário da época medieval que apresentavam uma desorganização na sua composição, tornam-se obras que procuram uma composição harmoniosa através de jogos de simetria, ritmo e proporção. Isto é, se a época medieval é caracterizada pela adaptação espacial do homem, o renascimento é caracterizado por uma forte tendência para a exaltação da configuração espacial para o homem.

Assim, ao longo desses períodos, percebemos a frequência com que o espaço público surge ligado a três elementos: o poder, as relações sociais e a configuração espacial. Hoje o espaço público está mais ligado ao lazer e ao recreio devido a um conjunto de alterações que ocorreram durante os séculos XIX e XX que desconectaram e fragmentaram espacialmente as cidades.

Imagem 03
Piero della Francesca ou Francesco di Giorgio Martini, Cidade Ideal (1460). Galleria Nazionale delle Marche, Urbino.

Imagem 04

Referência à imagem da cidade do sec XX- CHIRICO, Giorgio de, Piazza d’Italia, 1948, cm 39.5x50.

Imagem 05

Referência ao emaranhado de vias de circulação rodoviária - Judge Harry Pregerson Interchange, Los Angeles, Califórnia.

17. BORJA, J; MUXI, Z. (2000). El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía.

18. HARVEY, D.; (1989). Condição Pós-Moderna. São Paulo.

19. Terceira Revolução – também conhecida como Revolução Técnico-científica e Informacional, é um processo de inovação tecnológica marcado pelos avanços no campo da informática, da robótica, das telecomunicações, dos transportes, entre outras áreas científicas.

Da Cidade Moderna à cidade contemporânea

Os séculos XIX e XX são marcados pela Revolução Industrial e pelo Movimento Moderno respectivamente. Caracterizado pelo crescimento demográfico das cidades e pelo desenvolvimento das tecnologias, o século XX causou várias transformações à vida urbana. No final do século XIX, estas transformações manifestavam-se maioritariamente na reestruturação dos espaços públicos, que ganharam novos princípios e novas tipologias. Além das ruas foram introduzidas novas tipologias de espaço público nas cidades: avenidas, *boulevards*, praças e parques. Entre as décadas de 1920 e 1960, a ideia de espaço público funcional passa a materializar-se sobre a cidade e como consequência, surge um novo cenário no espaço público da cidade. O Movimento Moderno, pautado por rupturas e mudanças face aos pressupostos anteriores, estabelece uma nova associação entre espaços públicos e espaços verdes. Tornando clara a ideia de espaços institucionalizados e formalizados para o lazer, determina-se um uso específico e uma ideia de cultura do lazer em oposição a uma cultura do trabalho e da produção. Os ideais propostos pelo movimento moderno contribuíram para a evolução do pensamento sobre a arquitetura e o urbanismo, mas em contrapartida, estes mesmos ideais quando aplicados, anulavam os princípios da interação social.

“A deformação do urbanismo juncionalista em combinação com o zoneamento e privatização é a caricatura mais perversa do movimento moderno, cria uma nova imagem da cidade emergente em que as peças, os produtos, a arquitetura dos objetos substituem a cidade do intercambio e da diversidade.”¹⁷

É então no confronto com as novas condições da cidade e a emergência de novas necessidades que resultam diferentes modos de pensar o espaço público.

“moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social (...), o planeamento urbano modernista trabalha quase sempre com o zoneamento monofuncional.”¹⁸

É a partir desta necessidade de igualdade que surgem as principais críticas ao modernismo e, concretamente, ao seu conceito de espaço público.

Tais críticas originaram uma rejeição à cidade moderna (que se baseava nos princípios da carta de Atenas) e que ignorava a dimensão antropológica, histórica e social da cidade em prol de uma mecanização e uniformização da vida urbana.

Dava-se assim início à crise da modernidade, à qual vem associada a crise da cidade designada como a “terceira revolução”¹⁹ face



.04



.05

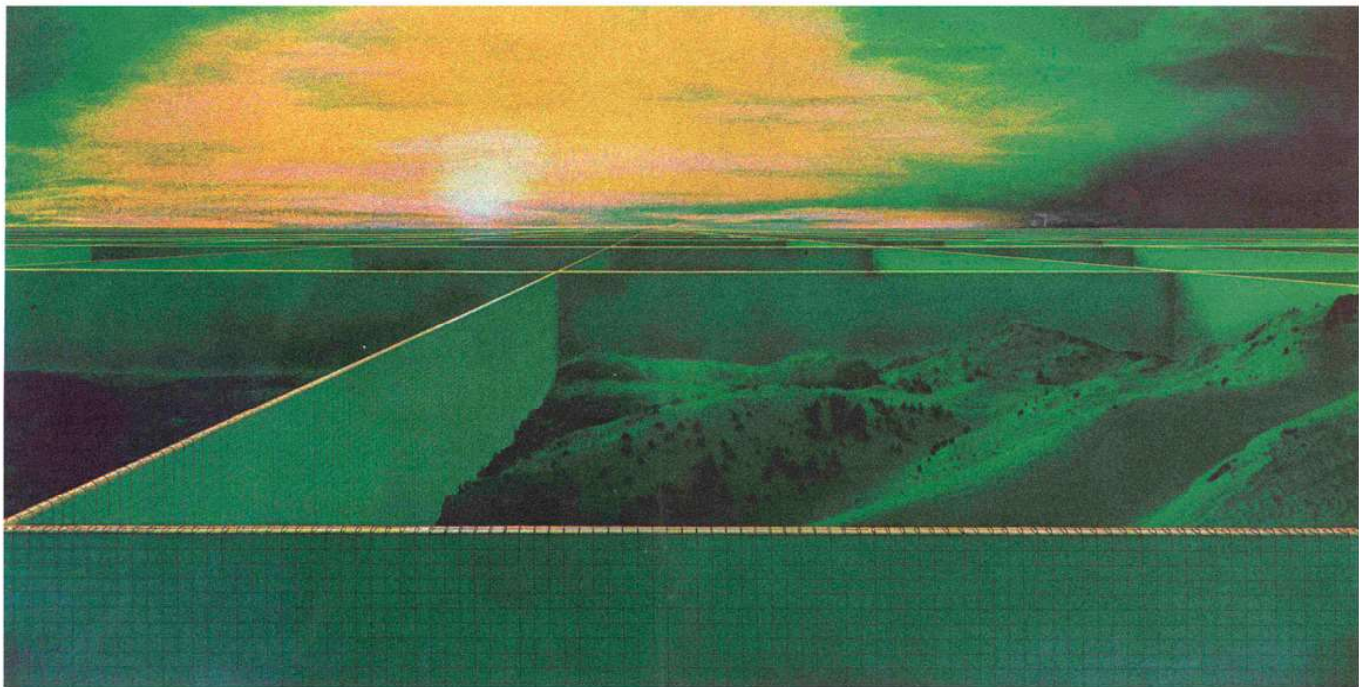
à fraca resolução que os modelos da modernidade propunham e aos novos problemas urbanos emergentes. A cidade vive assim um período de incerteza relativa à sua delimitação e identificação coletiva.

A emergência de um pensamento capitalista aliado a um mercado de consumo, foram dos fatores mais incisivos na transformação da paisagem da cidade. O surgimento das periferias à margem dos centros, marcam também a paisagem com habitações unifamiliares ligadas entre si por auto-estradas e pontuadas por centros comerciais.

Na atual cidade, baseada no sector terciário, e já não no industrial, os fluxos, a acessibilidade, a interação e as redes de comunicação adquiriram uma importância estratégica. Esta efetiva condição da cidade, pressupõe obrigatoriamente a existência de novos contextos e, conseqüentemente, novas formas urbanas e a consolidação de uma cultura movida pelo imperativo de fluxos e de redes.

A compreensão do processo pós-moderno, designadamente da passagem da cidade moderna para a cidade de hoje, revela-se importante porque é neste momento, como em todos os momentos de transição e à medida que as revoluções urbanas se instalam, que os espaços públicos da cidade se perdem ou ganham importância.

Imagem 06.
Superstudio, Cidade das 2.000 toneladas, a primeira das Doze Cidades Ideais, 1971. Cortesia do Arquivo Superstudio.



.06

LISBOA



Imagem 07
JOSÉ MENDES, Luís, Lisboa no século XVI, gravura, 195-, fotografia,
Arquivo Municipal de Lisboa - Lisboa antes do Terramoto.

20. ARAÚJO, Norberto de (1947) – No tempo dos Afonsins. In SE-
QUEIRA, Gustavo Matos, coord. – Lisboa: Oito Séculos de História.
Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. p. 162.

21. FRANÇA, José, Augusto; (1980) – Lisboa: Urbanismo e Arquitec-
tura. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. p.12.

22. FRANÇA, José, Augusto; (1980) – Lisboa: Urbanismo e Arquitec-
tura. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. p. 19.

DA PRAÇA AO ESPAÇO PÚBLICO

Lisboa localiza-se geograficamente no centro de Portugal, mais precisamente na zona oeste, onde é banhada a oeste pelo oceano atlântico e a sul pelo rio Tejo.

A cidade começou por se desenvolver sobre uma colina, onde havia sido construído o Castelo, com uma envolvente bastante acidentada constituída por vales e colinas.

A cidade apresentava características típicas das cidades mediterrâneas, bem como das cidades islâmicas. Após a conquista Cristã, a cidade manteve durante os primeiros tempos a malha urbana pré-existente formada por uma complexa rede de ruas estreitas, irregulares, com becos e com escassez de espaços públicos.

“A cidade, a expandir-se para Ocidente, esquecida já do recinto da Cerca de ruas tortuosas e lombas lajeadas (...) era uma grande extensão, povoada na parte que hoje diremos da Baixa, mas no seu conjunto quase inteiramente rústica, casa aqui, casa acolá, (...). Este cenário rústico, contemplativo, visto a distância, esfumado pelas névoas que subiam do Tejo, contrastava com a agitação urbanística irregular e rudimentalíssima do centro da nova cidade, que extravasava dos muros antigos, e na qual os edifícios se multiplicavam.”²⁰

Como cita Araújo, com o crescimento populacional e das atividades económicas, a cidade passa a desenvolver-se em direção à colina do Carmo, ficando décadas depois consolidada sobre as duas colinas, com uma planície intermédia que se relaciona com o rio. Devido a esta proximidade, o rio torna-se no grande motor para o desenvolvimento económico e social da capital, sendo usado como elemento de conexão com o mundo, e tornando assim Lisboa no grande centro mercantil da Europa.

Este crescimento trouxe com ele uma grande afluência de pessoas que se encontravam fora da cerca Moura, a sul sobre as praias e a norte sobre um terreiro ali existente, dedicando-se “ao comércio e à agricultura, em hortas ou “almoinhas” limítrofes, com casas que se multiplicavam em ruelas estreitas e becos, ou se dispersavam pelos férteis vales vizinhos”²¹. Estes dois espaços, hoje em dia conhecidos como Rossio a norte e o Terreiro do Paço- como mais tarde se viria a chamar- a sul, passam a ser os elementos de articulação entre a população e os comerciantes, mas também, num sentido figurado, entre a cidade e o Mundo. Img.04

Durante os séculos seguintes, finais do século XV e todo o século XVI, a cidade sofre grandes alterações sobre a estrutura urbana, com a expansão do casario para fora da nova cerca Fernandina, adotando uma forma retangular alongada, que se propagava ao longo de toda a encosta, dando origem a novos bairros como Alcântara, Bairro Alto, Alfama, Beato, bem como a mudança da corte para junto do rio.

“À entrada do século XVI, Lisboa modificou profundamente a sua estrutura urbana, física e simbolicamente, com a instalação da corte junto ao rio, num novo paço real rapidamente construído para fora da cerca”²²

Até então, o espaço público da cidade apresentava uma estrutura urbana medieval, onde “a rua ocupava um lugar importante na vida das populações”²³, e onde se destacavam dois vazios definidos como “espaços públicos primitivos da cidade de Lisboa: o Rossio e o Terreiro do Paço, soluções espontâneas no desenvolvimento urbanístico da capital”²⁴.

Isto devido a mudança da corte para o rio – impulsionada por uma vontade do rei em estar no epicentro de toda a atividade mercantil – que marca uma mudança espacial e social sobre a zona ribeirinha oficializando assim este novo centro da cidade e denominando-o Terreiro do Paço.

“Um terraço construído depois, abrindo-se sobre o rio, sublinhava essa ligação que alterava a própria vida da cidade, logo ao afeiçoar uma enorme esplanada extramuros num sítio de praia – o Terreiro do Paço, que ia ser centro de vida da corte, complementando com o Rossio, na cidade agora polarizada entre as duas praças.”²⁵

Com o grande terramoto de 1755, a cidade foi redesenhada a mando do então primeiro-ministro Marquês de Pombal, segundo um novo traçado urbano baseado em princípios higienistas, que transformam a baixa numa grande malha ortogonal hierárquica de forma alongada no sentido norte-sul, rematada por praças. Assim, estas passam a estar ligadas através de três vias denominadas rua Augusta, rua da Prata e rua do Ouro que se ligavam a duas novas praças, mais sofisticadas, o Rossio, rodeado por edifícios sóbrios, elegantes, e usado como antecâmara para o futuro Passeio Público e a praça da Figueira, a nova praça comercial. A sul, é redesenhada uma praça com proporções bastante generosas, composta por edifícios administrativos e governamentais e ligando-se à cidade através de um arco triunfal. Estas três praças passam a ter valores diferentes, como refere França.

O Rossio mantém o seu caráter populista, “lugar de ócio e de preguiça, cruzamento de toda a população”²⁶. A praça da Figueira passa a ser um centro mercantil, e o Terreiro do Paço denominado Praça do Comércio – nome dado em homenagem aos comerciantes que financiaram a reestruturação desta praça “será o novo fórum da nova capital do país”²⁷. Img. 05, 06.

O contínuo crescimento ao longo das margens que Lisboa apresentava nos finais do século XVIII e com o surgimento de novos bairros para ocidente como São José de Ribamar (Algés) e a oriente, Marvila, houve como preocupação a distância que estes novos bairros tinham em relação à cidade. Assim no século XIX, devido aos problemas das distâncias e do pós-terramoto, a ideia de uma Grande Lisboa à imagem das referências urbanísticas francesas da época começa a impor-se, aliado à noção de espaço público, que até então era bastante rudimentar, reduzindo-se apenas aos pequenos largos, terreiros, adros de igrejas e praças. A construção do Passeio Público em 1760 Img. 07, ao longo de um dos dois vales que existiam sobre a baixa, reflete os princípios higienistas e gosto pelas zonas verdes na cidade. Nas décadas seguintes são inaugurados

Imagem 08
ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS, O Terreiro do Paço visto do rio na segunda metade do século XVIII, entre 194- e 195-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

Imagem 09
ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS, Rossio antes do terramoto de 1755. Água-tinta, desenho à pena a nanquim de Zuzarte, século XVIII, 194-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

23,24. FARIA, M.; (1997). O Modelo Praça/Monumento Central na Evolução Urbanística da Cidade de Lisboa: Notas sobre a Toponímia, Urbanismo e História dos Monumentos Públicos. p. 53.

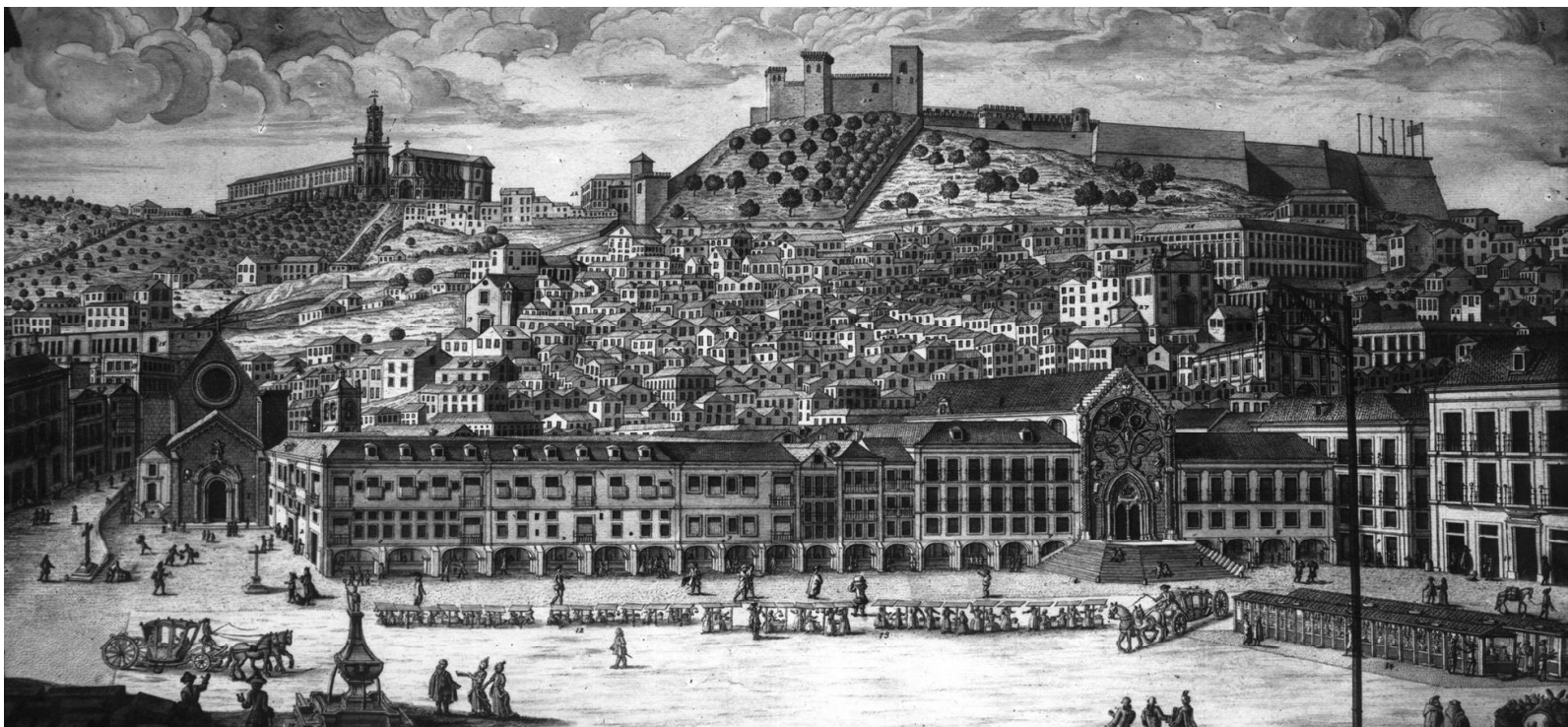
25. FRANÇA, José, Augusto; (1980) – Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. p. 19.

26. FRANÇA, José Augusto; (2009) Lisboa: História Física e Moral. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte. p. 377.

27. FRANÇA, José Augusto; (2009) Lisboa: História Física e Moral. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte. p. 385.



.08



.09

Imagem 10
ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS, Passeio Público do Rossio, demolido em 1883, gravura, entre 194- e 195-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

Imagem 011
Teatro Dona Maria II - Lisboa, Fotografia de uma composição com colagem de reortes de gravura (Teatro e carruagem) e aguarela sobre papel, 2^a metade do século XIX.

28. SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana. Porto: Edições Afrontamento. p.191.

equipamentos culturais de grande relevância na sociedade, e que constituem dois marcos para a relação entre equipamento e espaço público, pois irão funcionar como dinamizadores destas zonas. São eles o Teatro de São Carlos (1793), e o Teatro Nacional D. Maria II (1846) lmg. 08 que vai rematar a zona norte da praça do Rossio.

Consubstanciado no Plano Geral de Melhoramentos da Capital, o projeto de Frederico Ressano Garcia baseava-se na abertura de dois grandes eixos que penetrariam a cidade, e criariam com isso um novo canal de expansão e crescimento da cidade para norte.

“O quartel do século XIX foi um período decisivo do urbanismo em Lisboa. Em paralelo com importantes trabalhos ao nível das infra-estruturas, assiste-se ao forte crescimento populacional e ao enorme aumento da área do município [...]. Aparecem fábricas e oficinas, transportes colectivos, grandes negócios e respectivas fortunas. Altera-se o ambiente social e a própria cidade vai mudar de aspecto. Pela primeira vez, Lisboa deixa de ser a cidade ribeirinha, faixa alongada ao longo da margem sempre fora, e estende-se para norte à conquista dos planaltos, onde as novas avenidas enquadram os negócios imobiliários que suportam a expansão burguesa.”²⁸

O primeiro eixo foi então construído, a Avenida da Liberdade (1879-1886), sobre o antigo Passeio Público, que arrancava dos Restauradores e se estendia a noroeste e a norte para as novas avenidas Fontes Pereira de Melo, Ressano Garcia (atual Avenida da República) até ao Campo Grande.

Sobre o segundo eixo foi construída a Avenida D. Amélia (atual Avenida Almirante Reis) que arrancava da praça da Figueira e se estendia em direção à Avenida do Aeroporto (atual Avenida Almirante Gago Coutinho).

Este crescimento da cidade para norte, é acompanhado pela proliferação de novas tipologias de espaços públicos, zonas verdes, parques, entre outros, relacionados com o lazer e o ócio. São então inaugurados miradouros, como o de São Pedro de Alcântara, jardins, como o Jardim da Estrela, associado ao “equipamento” Basílica da Estrela, o Parque Eduardo VII, que remata a Avenida da Liberdade, ou o jardim do Campo Grande que remata a Avenida da República.



O ANTIGO PASSEIO PUBLICO DO ROCIO, DEMOLIDO EM 1883

.10



.11

MARVILA

Imagem 12
Obra inacabada da sede da Fundação Luso-Brasileira, desenhado
por Oscar Niemeyer, Marvila - Foto de autor, Setembro 2019.



.12

DAS QUINTAS ÀS ESTRUTURAS FABRIS

Marvila, área de intervenção do presente ensaio, localiza-se na zona oriental de Lisboa, zona esta composta pelas freguesias do Beato, Santa Maria dos Olivais e São João. Este território caracterizava-se pelas suas colinas e encostas delineadas pelo Vale de Chelas, orientadas a sul e que delimitam a zona ribeirinha.

Marvila, Chelas e Xabregas constituem os topónimos mais antigos da zona oriental da cidade. Após a reconquista de Lisboa, D. Afonso Henriques doa à Mitra de Lisboa todas as rendas e terras de Marvila, onde mesquitas de mouros eram construídas. No século XV esta divide-se em trinta e uma partes que virão a dar origem a algumas das quintas, situadas mais próximas ao rio, citadas por Marília Abel, “(...) Desse século ficaram topónimos que se mantiveram até aos dias de hoje das quintas, olivais e vinhas das quais as ordens religiosas e os mosteiros eram proprietários: Conchão, Alfundão, Malapados, Chelas.”²⁹ O percurso ao longo desses edifícios era designado por “Caminho do Oriente”, via que fazia a ligação oriental a Lisboa e definia a separação entre a malha urbana e a praia. Esta via é hoje definida pelas ruas da Alfandega, Madre de Deus, Xabregas e rua do Açúcar.

Duzentos anos depois, estes terrenos, que pertenciam até então às ordens religiosas e mosteiros, foram adquiridos por nobres famílias que aqui vinham construir as suas casas de veraneio. Dessas aquisições, encontram-se atualmente quintas que, foram preservadas, tal como a quinta de Marvila, que pertencia ao arcebispo na altura, que hoje dá lugar ao Palácio da Mitra, e outras em ruínas, mas que testemunham uma Marvila rural e agrícola, como é possível identificar na planta de Silva Pinto, realizada entre 1904 e 1911.

Com a chegada da revolução industrial na segunda metade do século XIX, um novo dinamismo é vivenciado sobre a costa oriental. A frente ribeirinha desta zona de Lisboa é fortemente marcada pela construção de fábricas, indústrias, hangares para atividades portuárias e por um crescente fluxo de pessoas e mercadorias, que ali se estabeleciam devido à proximidade com o porto. A industrialização traz profundas alterações aos hábitos desta freguesia de carácter rural, “o sol, o rio, a luz e a cor dão lugar aos fumos”³⁰. As antigas estruturas que outrora compunham a paisagem rural de Marvila, palácios, conventos e quintas, bem como a vida agrícola de caminhadas sobre as azinhagas, o trabalho nas hortas, ou como sita Marília Abel, “onde o namoro se fazia encostado à fonte ou ao poço, as populações saíam ao nascer do sol para os trabalhos do campo, as festas faziam-se ao ar livre segundo o calendário agrícola e onde se vergavam à passagem dos senhores feudais que lhe davam o sustento”³¹ são substituídas ou convertidos em armazéns, e unidades fabris, e estruturas de apoio as práticas industriais. São construídas vilas e pátios operários, que serviam os funcionários das novas grandes fábricas industriais, tal como a fábrica dos Fósforos, do Material de Guerra, do Sabão, da Tabaqueira, da Borracha, bem como armazéns da Abel Pereira da Fonseca, ou sedes de empresas como José Domingos Barreiros, entre outros. Com o desenvolvimento industrial, em 1835 é feito o primeiro aterro, estendendo-se para o

Imagem 13
Arquivo Municipal de Lisboa, Panorâmica do rio Tejo tirada da Praia, 1888, fotografia, parte da coleção de SEIXAS, Henrique Maufroy de, função: colecionador.

Imagem 14
C. GOULART, Artur João, Descarga de sal feita por mulheres, 1960, Poço do Bispo, Marvila, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

Imagem 15
BENOLIEL, Judah, Obras municipais, ant.1957, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

Imagem 16
PORTUGAL, Eduardo, Panorâmica de Lisboa oriental. Em primeiro plano à direita, o palácio da Mitra, em segundo plano, junto da chaminé, a Torrinha de Marvila, 12-06-1949, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

Imagem 17
LIMA, Alberto Carlos, Vila Dias, 191-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

Imagem 18
Sociedade Nacional dos Sabões, Marvila, 195-, In <https://www.museudoaljube.pt/evento/lisboa-operaria-iii/> no âmbito da visita “Lisboa Operária III” que decorreu a 20 de Outubro de 2018, pelo Museu do Aljube.

Imagem 19
. PORTUGAL, Eduardo, Panorâmica do Beato, identifica-se o convento de São Francisco, o cemitério do Alto de São João e o bairro Lopes, a par de varias estruturas industriais e de armazenamento, 1949, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

Imagem 20
Arquivo Municipal de Lisboa, Fotografia aérea da zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa, 1950-04-15, fotografia.

29. ABEL, Marília – Marvila um pedaço de História. In: CAERIO, M (dir).; (2002). Lisboa Capital do Nada – Marvila, 2001: Criar, Debater, Intervir no Espaço Público. p. 31.

30, 31. ABEL, Marília – Marvila um pedaço de História. In: CAERIO, M (dir).; (2002). Lisboa Capital do Nada – Marvila, 2001: Criar, Debater, Intervir no Espaço Público. p.32.



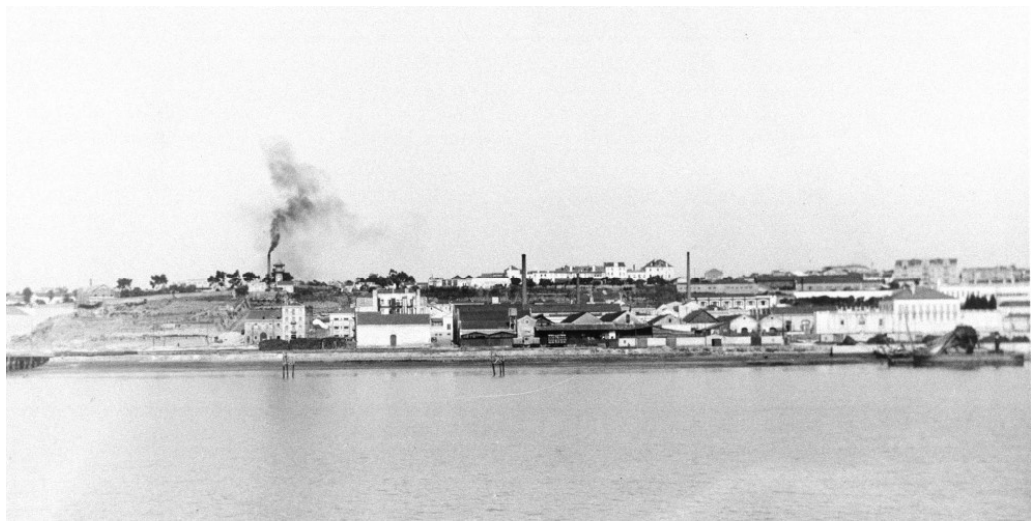
.13



.14



.15



.16



.17



.18



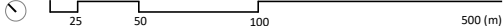
.19



20



Mapa 1





Mapa 2

rio de modo a criar melhores condições para a construção de novas fábricas, um porto e mais um caminho de ferro, que terminaria na estação de Santa Apolónia, construída em 1860. Esta segunda linha de caminhos de ferro, construída em 1856, sobre a antiga praia que ali existia e a Avenida Infante Dom Henrique definida pelo Plano Göer, no século XX, marcam o corte da relação de centenas de anos entre a cidade e o rio.

Marvila torna-se assim, num mar de chaminés, o céu torna-se cinzento, o cheiro e o fumo das indústrias passam a caracterizar a zona, e a relação que havia outrora com o rio é interrompida com a chegada do comboio, que separa a terra do rio Tejo. Nasce assim uma nova era em Marvila marcada pela industrialização.

DOS VAZIOS URBANOS AOS PLANOS URBANOS

Atualmente encontramos uma zona que foi alvo de profundas alterações morfológicas, advento da industrialização que trouxe consigo as máquinas a vapor, as linhas de caminho de ferro e as fábricas. Como vemos nos mapas 1, 2 e 3. Tais fatores provocaram com isso uma segregação social e espacial da área separando a cidade do rio. Porém, com os avanços tecnológicos, o ramo industrial decresce, e as estruturas industriais deixaram de comportar as valências que o mercado procurava, acabando assim por algumas declararem falência ou passarem a albergar outros programas, como é o caso da fábrica do Braço de Prata, que é hoje um centro cultural. Os fumos desaparecem, no entanto, a frente ribeira continua marcada por uma paisagem de fábricas, que com o tempo se tornaram devolutas, e por um planalto composto por quintas e algumas fábricas. Em meados do século XX, o Plano de Étienne Gröer denominado PUC (Plano de Urbanização de Chelas- 1948), pretendia a reconversão do planalto, focando no espaço público afim de equilibrar o uso do território e introduzir novas dinâmicas, com a construção de casas de renda acessível, e com a ligação à margem sul de Lisboa através de uma ponte Beato-Montijo. Contudo, os princípios desse plano perdem-se por falta de vontade de prossecução, aliado a um avanço imobiliário que descaracterizou a zona devido a uma ocupação anárquica “Promovem-se experiências de edifícios de habitação colectiva isolados, de diversas tipologias e dimensões distribuídos num espaço verde contínuo, afastando-se da estrutura de quarteirões da cidade tradicional”³². De espaço rural, composto por quintas, o planalto de Marvila torna-se num espaço periférico, composto por “ilhas residências”, descurado de equipamentos qualificados necessários para se viver em sociedade e fragmentado pelas infraestruturas de circulação. Os planos que se seguiram, nomeadamente o PDU Lisboa (Plano de Urbanização de Lisboa- 1959), o Plano Diretor de 1976 ou o Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha aliado ao Plano Estratégico de Lisboa, eram planos fundamentados nos ideais de zoneamento da Carta de Atenas, que dividiam o território em duas zonas: a área industrial a nascente, que se desenvolvia sobre os aterros da frenteribeirinha, e a área residencial a poente sobre o planalto. De

Mapa 1
Planta cartográfica de Lisboa, Silva Pinto, Marvila 1911, Câmara Municipal de Lisboa.

Mapa 2
Planta cartográfica de Lisboa, Marvila 1950, Câmara Municipal de Lisboa.

21. JORNAL ARQUITETOS. Lisboa Oriental. Disponível em:
<http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/epicentros-pos-industriais/lisboa-oriental>. Acesso em: 10 de Mar. 2021.

Mapa 3
Ortofotomapa de Lisboa, Marvila 2020.

Mapa 4
Planta de Marvila.

Mapa 5
Planta e corte existente de Marvila.

facto, substanciando-se numa era automobilista, era clara a preocupação nesses planos a reativação das conexões com a freguesia através da criação de redes viária na maioria desconexas entre si. No início do século XX Marvila assiste a um grande êxodo da população vinda do Norte do país e das “terras” em busca de trabalho e melhores condições de vida. Embora houvesse muito trabalho nas fábricas, o dinheiro era pouco e as condições ainda menores, para poderem ter a família junta deram início a um processo de ocupação de terras e zonas de ruínas. “Bairros de lata” foram assim nascendo, como é o caso do Bairro chinês (terrenos da antiga Quinta do Marquês de Abrantes) e da Quinta das Claras. Nos anos 70, os bairros sociais começam a ser construídos para colmatar os “bairros de lata” onde até então a população vivia desprovida de saneamento básico e de condições mínimas para viver. No entanto, os bairros nascem de forma fragmentada em que os antigos espaços agrícolas que separam as várias ilhas passam a ser explorados de forma clandestina e destruturada, outros terrenos, e na sua maioria, permanecem expectantes. Em 1994 o PDM procura uma nova articulação e dinamização da zona com a extensão da linha do metro. Estas transformações vieram beneficiar a zona, contudo, não foram capazes de colmatar o problema das circulações internas marcadas pela fraca articulação entre a margem e o planalto. O metro bem como a nova rede de transportes públicos, volta de facto a ligar Marvila à cidade, mas não resolve a temática da articulação e dinamização do espaço público. Uma vez mais, a circulação viária é beneficiada em detrimento da circulação pedonal, desestruturando umas das bases fundamentais para o bom funcionamento da cidade: o espaço público.

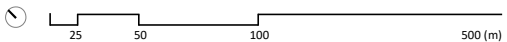
Hoje, encontramos um território fragmentado, dividido por barreiras sociais, geográficas, e por duas linhas férreas paralelas ao rio, infraestrutura que para além de estabelecer ligações entre o Oriente e o centro de Lisboa, reforça em Marvila a barreira geográfica existente e por consequência origina duas dinâmicas totalmente diferentes: Por um lado a zona do planalto a nascente, longe do Tejo, composta por vários bairros residenciais populares, que funcionam essencialmente como “dormitórios”, e por outro lado, a margem, que em termos de desenho urbano é muito mais densa, mais concentrada e por consequência mais dinâmica, mapa 04.

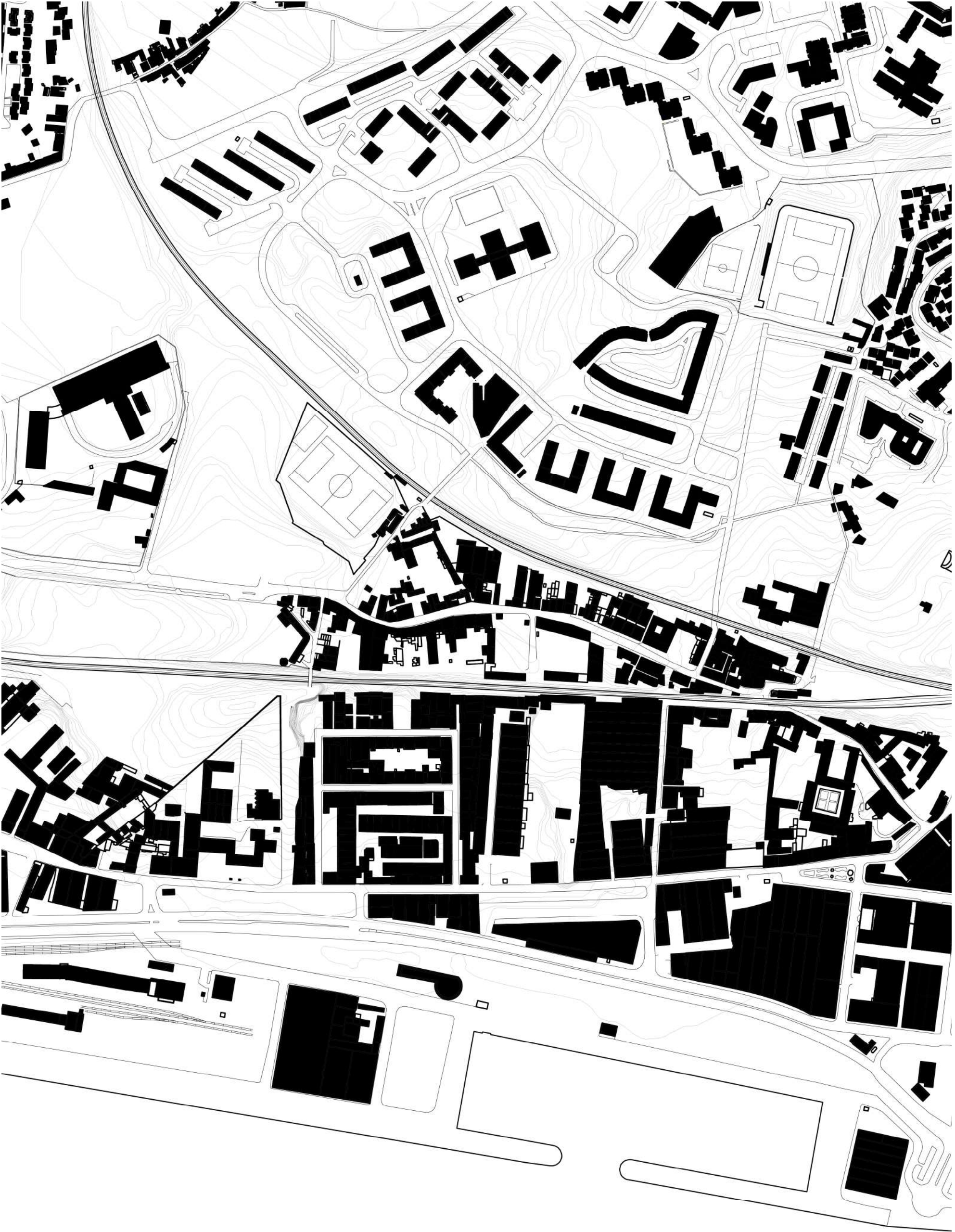
Para além de serem cercados e por vezes atravessados por uma rede de vias de grande fluxo, os bairros do planalto são igualmente marcados por pequenas azinhagas, vilas antigas e ruínas (memórias de um passado rural) por vezes reconvertidas com novos programas culturais, como é o caso da Biblioteca Municipal de Marvila, elemento importante no estímulo à comunidade para a dinamização social e cultural da zona.

No entanto, a crise social persiste sobre esta área, apesar das várias iniciativas que têm vindo a ser feitas nas últimas décadas, e torna-se cada vez mais evidente quando comparadas as duas partes de Marvila, em que o planalto é composto por grandes vazios urbanos e uma escassa presença de equipamentos qualificados. Enquanto a sua

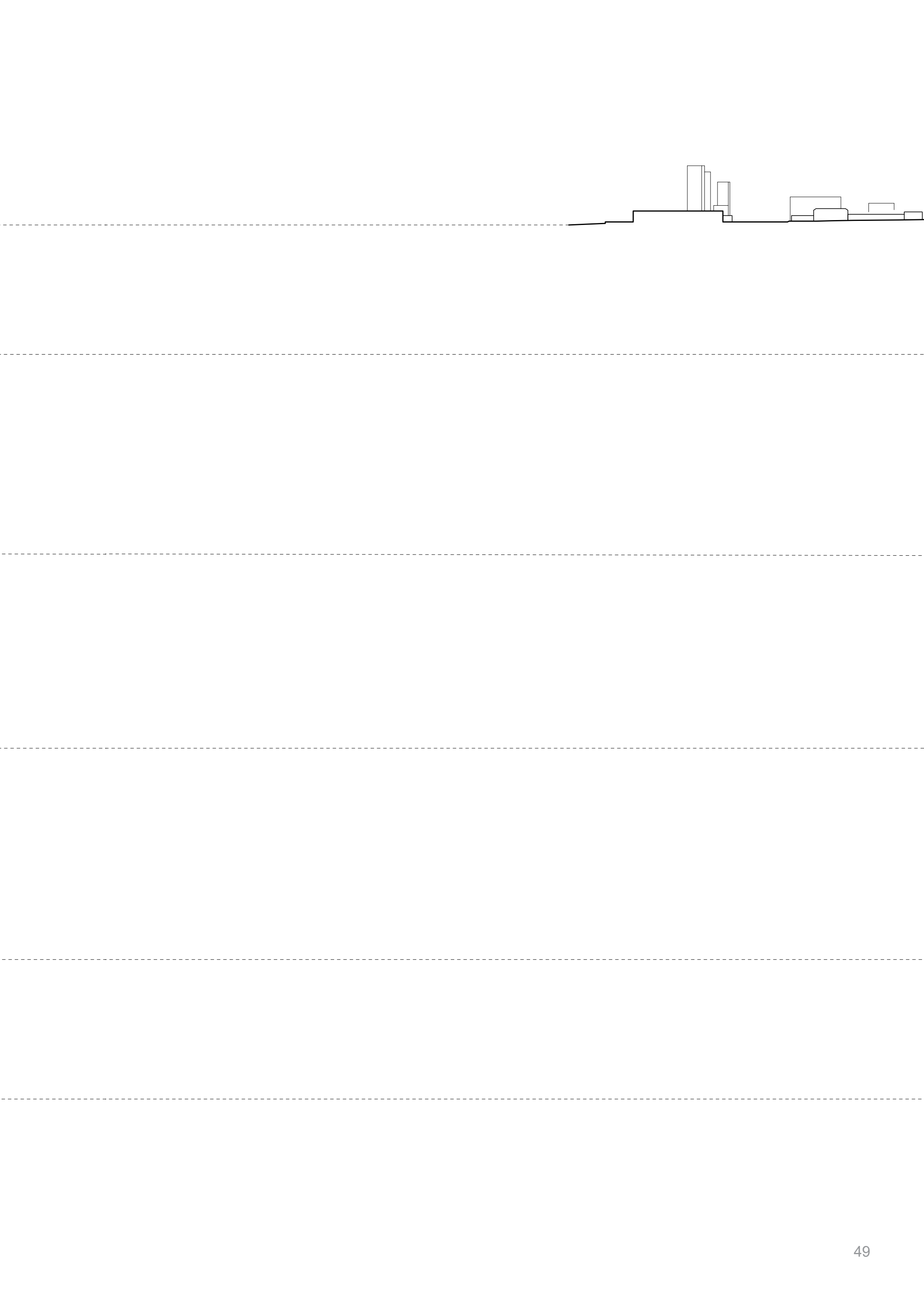


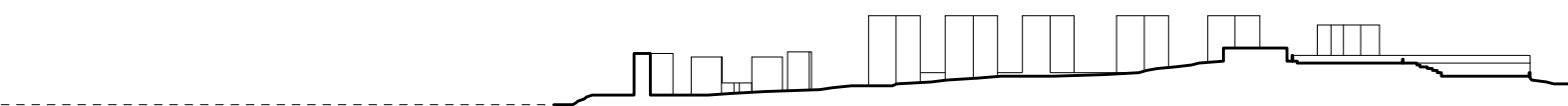
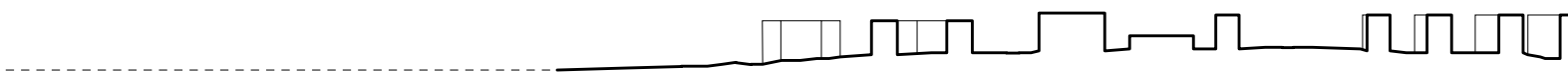
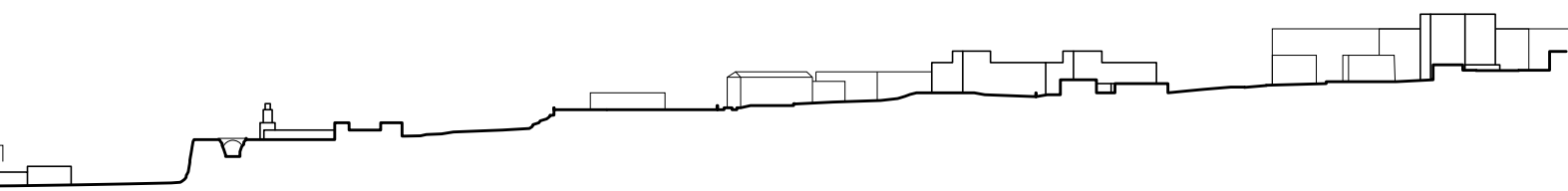
Mapa 3











frente ribeira é caracterizada por uma grande densidade de armazéns, e outras estruturas hoje reabilitadas com programas diversos.

Esta imensidão de camadas, composta por ruínas, antigos edifícios de habitação pública, hortas clandestinas mantidas como jardins urbanos, antigas ruas ladeadas por grandes avenidas, vias que terminam em nada, fábricas abandonadas a contrastarem com novos espaços de co-working, dão a Marvila um aspeto único, que à primeira vista acreditamos ser um vazio urbano mas que através de uma pequeno atlas fotográfico, tentamos capturar a sua essência.



.21



.22



.23



.24



.25



.26



.27



.28



.29



.30



.31



.32



.33



.34



.35



.36



.37



.38



.39



.40



.41



.42

UM NOVO CENTRO URBANO

Definimos Marvila como uma constelação de espaços extremamente diversos, com pouca continuidade social e espacial. Isto deve-se essencialmente, como já vimos, à morfologia do terreno marcado pelo corte dos profundos vales, encostas ou estruturas como é o caso do Geomonumento, e das grandes vias de circulação ferroviária e rodoviária, que geram fortes barreiras na mobilidade rodoviária interna, mas mais importante ainda, na mobilidade pedonal.

O grupo de investigação do projeto Rock no verão de 2019, ciente da necessidade de um maior grau de análise para o debate sobre a mobilidade e vazios urbanos, realizou um inquérito à população residente no território de Marvila.

Foram coletadas cerca de 400 respostas de moradores, abordando vários tópicos como, por exemplo, a perceção dos vazios urbanos. A falta de comércio local, as escassas presenças de estruturas de apoio às necessidades da comunidade aliada às fracas acessibilidades foram consideradas os pontos de maior insatisfação dos moradores. Mas por outro lado, a uma escala territorial e devido a sua localização, Marvila beneficia de uma posição bastante privilegiada em relação ao centro histórico de Lisboa, e ao Parque das Nações. É, de facto, um ponto de passagem entre várias áreas importantes da cidade e a presença da linha férrea, apesar de tudo, vai aumentar este potencial.

Logo a resolução da questão da mobilidade em Marvila aliada à criação de estruturas culturais e comerciais que dinamizem esta zona torna-se numa nova possibilidade. Isto não só beneficiará a sociedade local como também poderá trazer maiores fluxos de circulação para a zona, vindos de outras áreas. É neste contexto que surge a intenção de estabelecer um elo de ligação entre o planalto e a margem, isto é, nascente e poente, de modo a proporcionar uma relação mais direta entre estas zonas.

A estratégia é desenvolvida a duas escalas:

A escala da cidade, pretende-se rematar o corredor verde oriental preexistente, criando assim uma cinta verde, através de uma densa floresta responsável por recriar uma ligação visual entre as duas áreas, bem como proteger e preservar a fertilidade e potencialidades do território.

Por sua vez, à escala local, a estratégia consiste na criação de dois novos centros, responsáveis pela dinamização e articulação das duas zonas. São então propostas duas estruturas localizadas nas extremidades de um antigo percurso, a Azinhaga dos Alfinetes, que estabelece a ligação entre o primeiro centro sobre o planalto junto ao Palácio da Quinta dos Alfinetes até ao Geomonumento, que por sua vez se estende por uma ponte até ao segundo centro situado sobre a margem. Estes novos centros são assim desenhados segundo três tipologias de espaço público, Praça, Edifício Praça e Marco na Paisagem, que veremos posteriormente, responsáveis por garantir uma relação muito mais íntima com os espaços urbanos, através de espaços cobertos e descobertos, de diversos usos e estruturados de modo a garantir permeabilidade e continuidade espacial.

Capítulo II

PRAÇA

Podemos dizer que a primeira noção de praça nos remete para a Antiga Grécia. A Ágora, elemento central neste caso de estudo, surge como o espaço central da vida política e econômica da cidade e da sua região. Espaço onde as pessoas se reuniam para discutir assuntos importantes sobre a cidade e a sociedade, e de onde surgiram as primeiras correntes de opinião e de pensamento. Era um espaço de encontro entre indivíduos, mas também de encontro com a sua própria cidadania, permitindo ao homem desenvolver e consolidar a sua vida em comunidade. Esta “praça” surge como um elemento de organização espacial entre edifícios, e assim, elemento central na estrutura urbana.

Os casos de estudo que se seguem pertencem ambos ao mesmo período da antiguidade Clássica, mas manifestam estratégias dispares no modo como desenham e vivenciam o espaço. Norberg Schulz explica que o modo dos gregos pensarem o espaço, baseava-se em “não só querem definir lugares individuais, como também defendiam que funções diferentes requerem espaços diferentes. O conceito grego de espaço era, portanto, “pluralista”. O facto de a língua grega não ter um termo específico para exprimir o conceito de espaço não significa que esta arquitectura deva ser entendida apenas em termos “plásticos”, mas sim que o espaço grego não foi constituído por uma única entidade, mas por muitas. Esse pluralismo constituiu uma solução realmente importante para o problema de criar uma estrutura significativa no ambiente humano, pois, ao libertar o homem das cadeias de um sistema abrangente, permitiu-lhe transcender o mundo da improvisação casual.”³³

Conclui-se que os gregos acreditavam que os espaços deviam ser definidos segundo a sua envolvente, bem como dialogar com esta.

Imagem 43
50mq di spazio pubblico, EPOS 257, Piazza Palackého náměstí, Praga.

33. NORBERG-Sch, Chr.; (2000) Arquitectura Occidental. p. 41 « no solo querían definir lugares individuales, sino que también reconocían que funciones diferentes requieren espacios diferentes. El concepto griego del espacio era, pues, «pluralista». El hecho de que la lengua griega carezca de un término específico para expresar el concepto de «espacio» no significa que esta arquitectura deba ser entendida sólo en términos plásticos, sino que el espacio griego no estaba constituido por una única entidad sino por muchas. Este pluralismo constituyo una solución realmente importante de problema de crear una estructura significativa al entorno humano, puesto que al liberar al hombre de las cadenas de un sistema omnicomprendivo le permitió transcender el mundo de la improvisación casual»



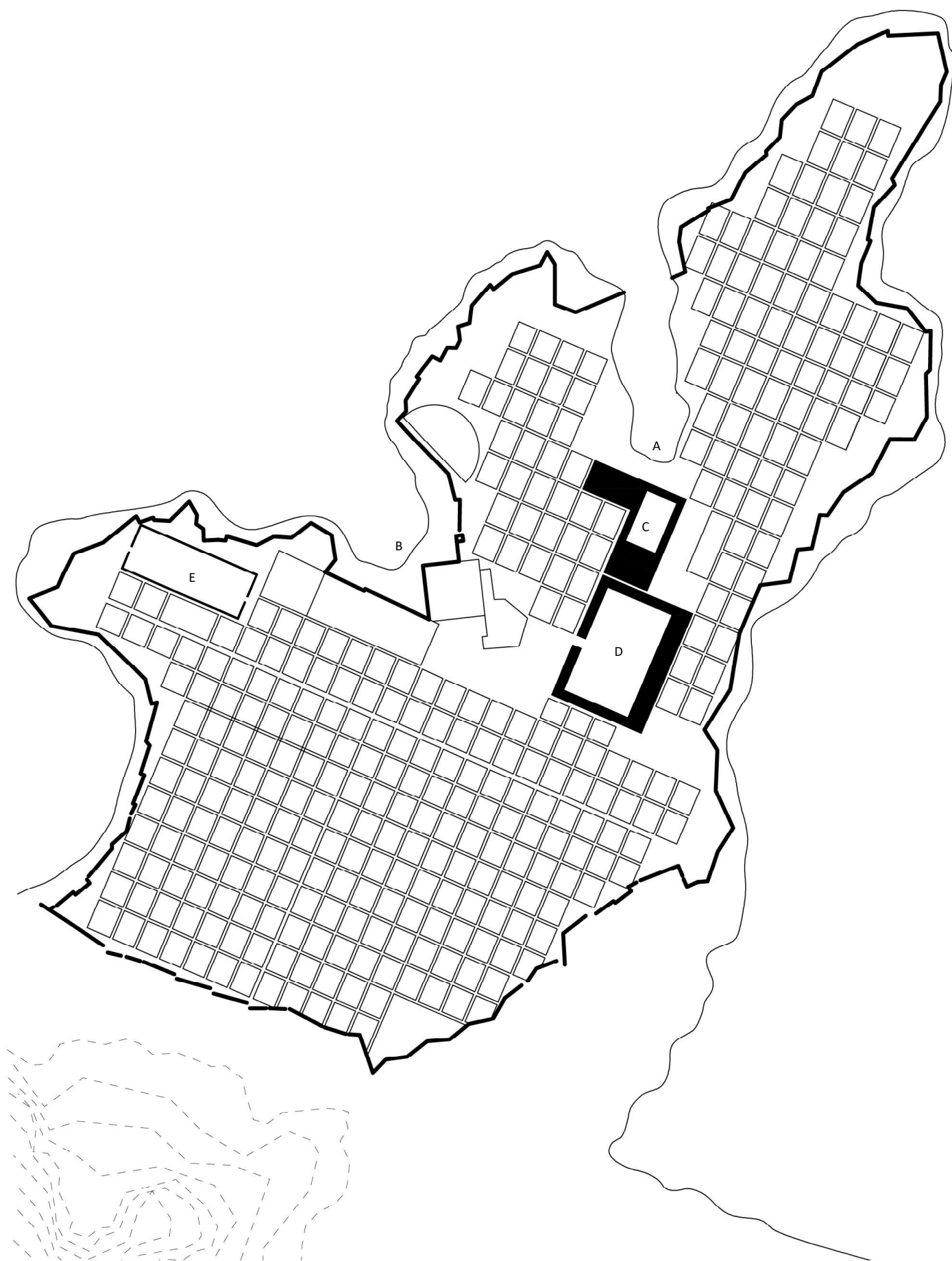
.43

Ágora de Mileto

A Ágora de Mileto é dos primeiros casos da antiguidade Clássica em que a “praça” é intencionalmente desenhada como elemento polarizador das várias “camadas” da cidade. Desenvolvida segundo um plano de urbanização racional, a primeira manifestação do “Traçado Hipodamico”, a cidade de Mileto é desenhada sobre uma malha ortogonal composta por quarteirões que são adaptados às condições morfológicas do terreno. Este traçado urbanístico não se limitava apenas a um rigor geométrico aparentemente homogêneo, alheio a hierarquia de espaços. Olhando com mais atenção, percebemos que sobre esta estrutura são visivelmente identificados dois setores, residencial, e público. É sobre o setor público, composto pelo porto militar, porto comercial, zona desportiva, etc., onde identificamos os “grandes vazios”, as ágoras. Estas três praças são então desenhadas como um centro de articulação entre as várias zonas residências, e da vida política e comercial da cidade, ligando os vários portos, áreas desportivas, etc., ao centro da cidade, através de uma sucessão de espaços públicos.

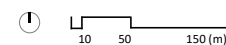
Estas estruturas não só suportavam os principais edifícios da cidade (políticos, religiosos, lúdicos e comerciais) como também suportavam (num sentido figurado) a ideia de ponto de resolução dos problemas da pólis. Tal como acontece na Ágora de Assos, a Ágora de Mileto é igualmente definida pela Stoa. Este é dos primeiros exemplos de um edifício desenhado intencionalmente como equipamento público, ou seja, de apoio ao espaço público. Ao contrário do que se encontrava nas primeiras cidades gregas não planeadas, a Stoa da cidade de Mileto é o elemento que compõe a praça dando-lhe um caráter monumental devido a sua fachada porticada.

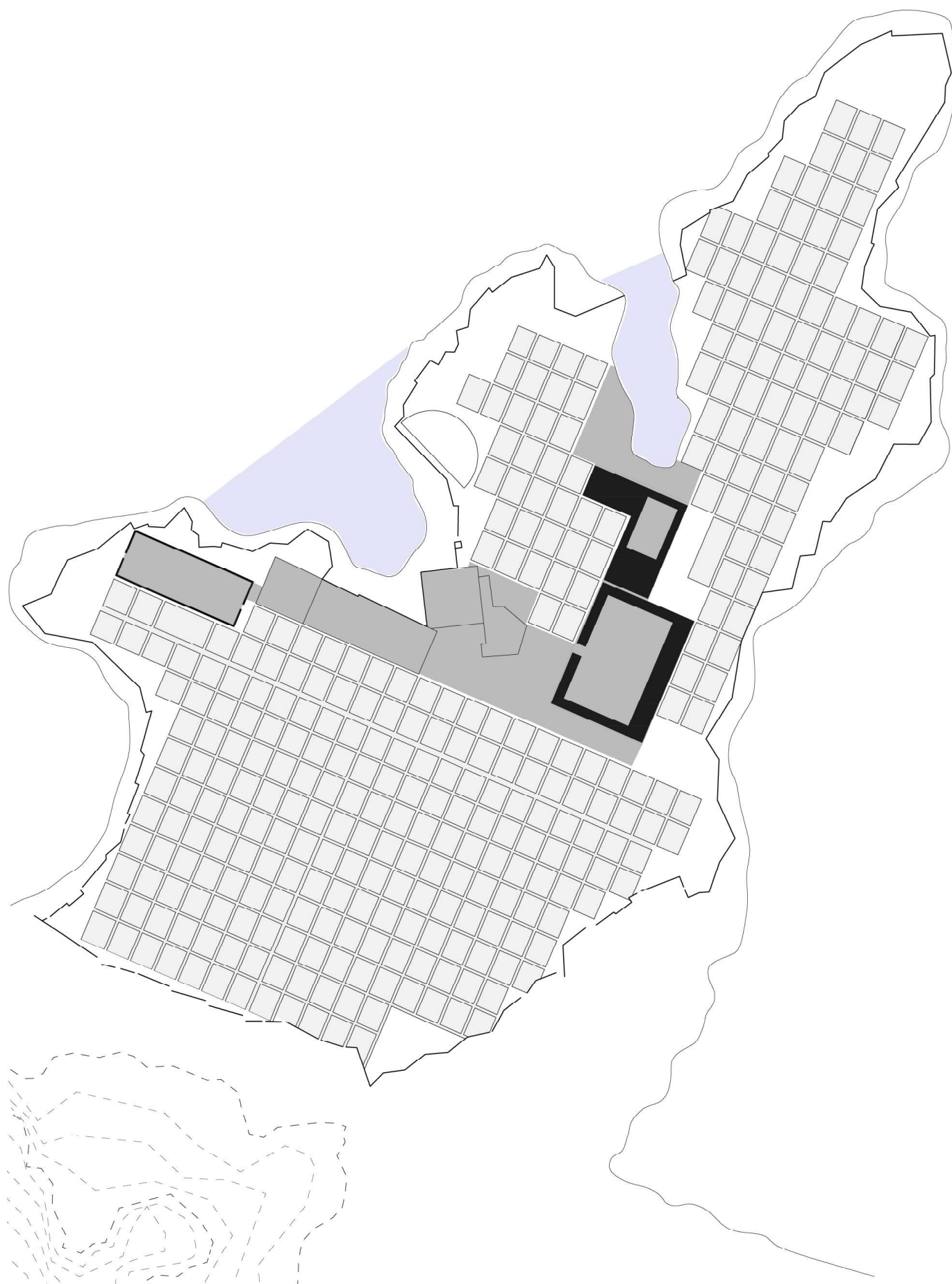
Semelhante em termos construtivos aos templos gregos, estes edifícios quando postos em conjunto delimitavam a Ágora através de uma sequência de colunatas, que funcionavam como um filtro entre o exterior e o interior do edifício. Estas estruturas foram sem dúvida um dos principais elementos para o excelente funcionamento da Ágora de Mileto, devido à sua grande flexibilidade na forma e função. Estruturalmente estavam compostas por materiais modestos, pedras e colunatas que morfológicamente compunham uma das duas naves que delimitava a Ágora e outra por um conjunto de pequenos compartimentos usados como arrumos.



Planta de Localização

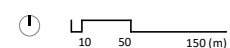
- A - Porto Militar
- B - Porto Comercial
- C - Ágora do Norte
- D - Ágora do Sul
- D - Ágora do Oeste

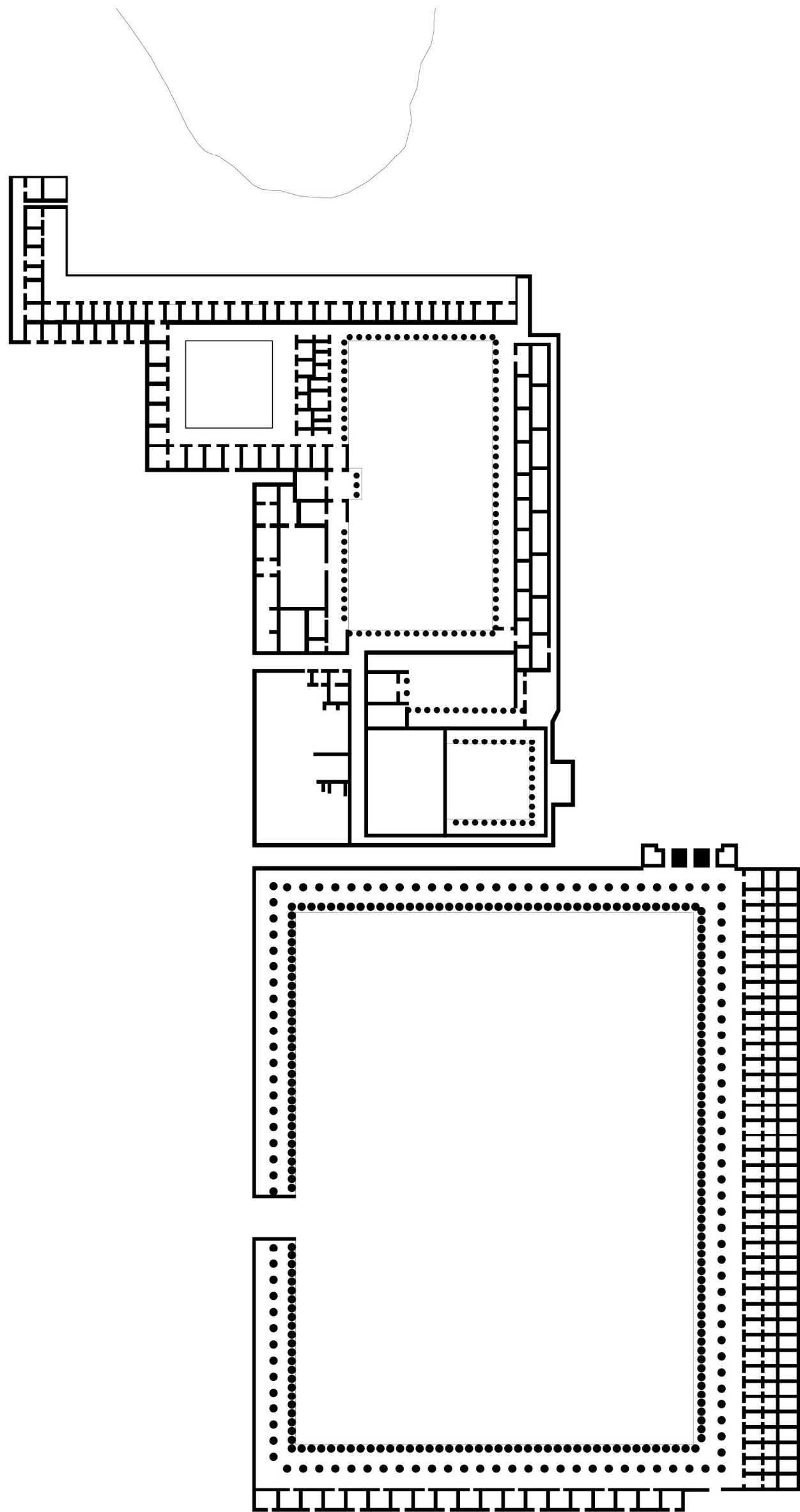




Planta de Localização

-  Praças
-  Mar
-  Sector Residencial
-  Sector Público





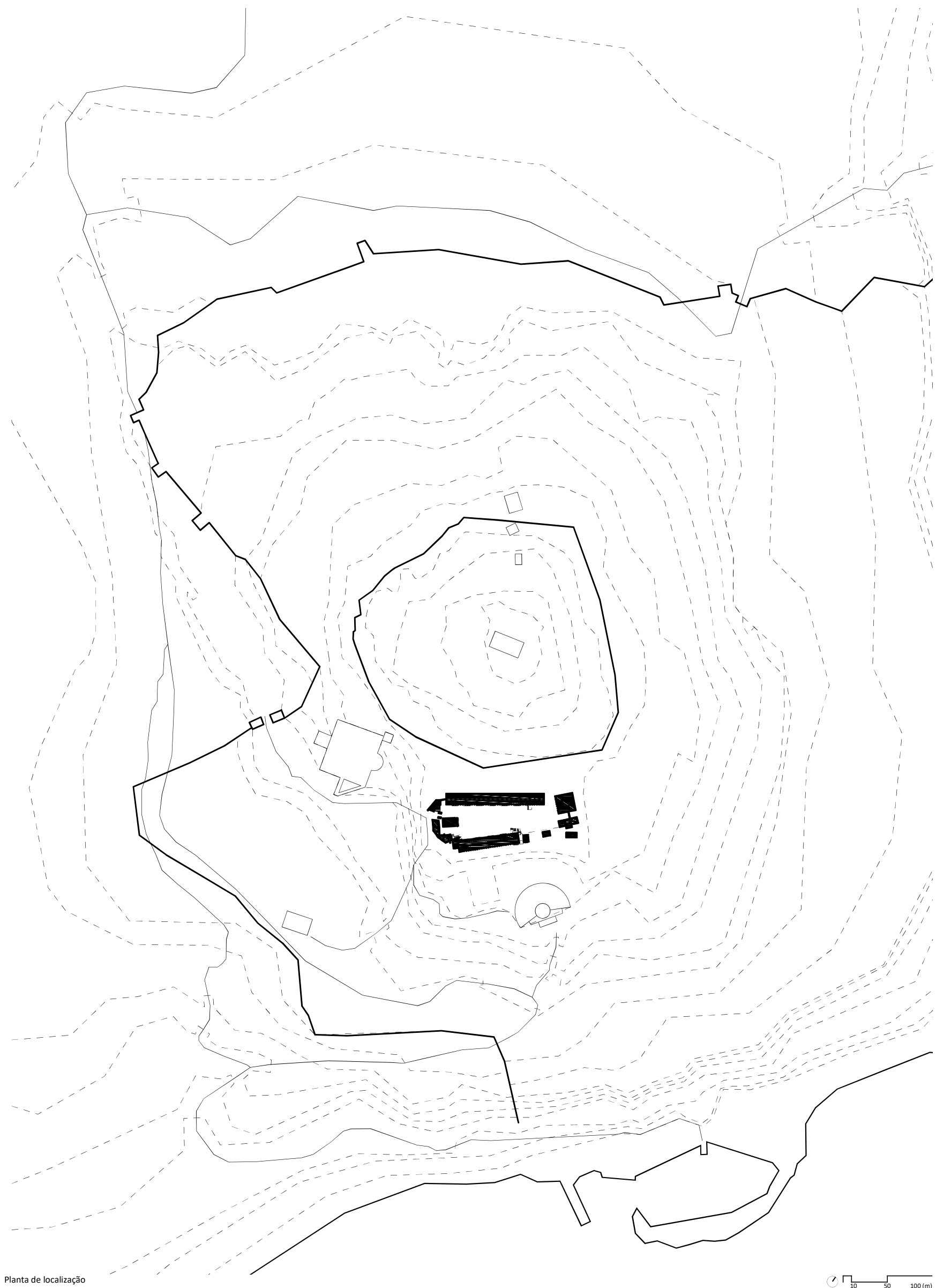
Planta das Agoras norte e sul



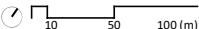
Ágora de Assos

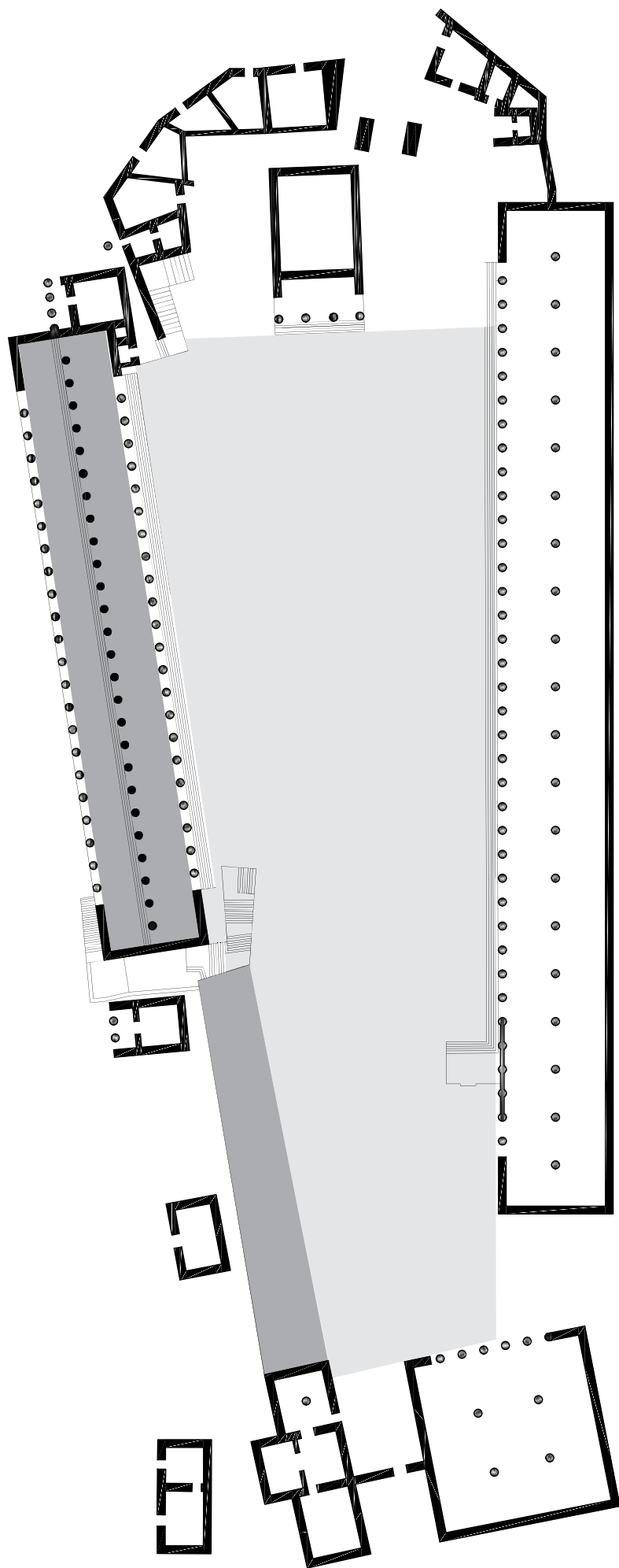
Ágora de Assos é um exemplo interessante pois a sua geometria sugere novas formas de se viver o espaço. Localizada na antiga Ásia Menor, hoje Turquia, e banhada pelo mar Egeu, a cidade de Assos desenvolvia-se sobre uma colina a 200 metros de altura. A estrutura urbana encontrava-se dividida em dois, a acrópole e a cidade, que se desenvolvia ao longo da colina. A cidade estava composta por vários equipamentos de carácter público, como banhos públicos, um teatro e pela ágora. Devido à morfologia do terreno, bem como a posição privilegiada que a praça tinha sobre a colina, esta é desenhada pela torção de duas stoas, que não só delimitam a praça e aumentam a noção de espaço como também criam um efeito cenográfico sobre a paisagem.

Este tipo de configuração debruça-se muito mais sobre um jogo de torções, tensões, redefinição de vazios e jogos de escala entre os edifícios e a sua envolvente.

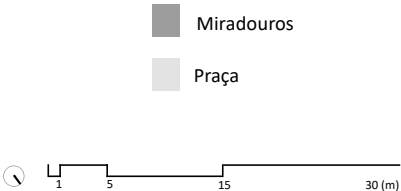


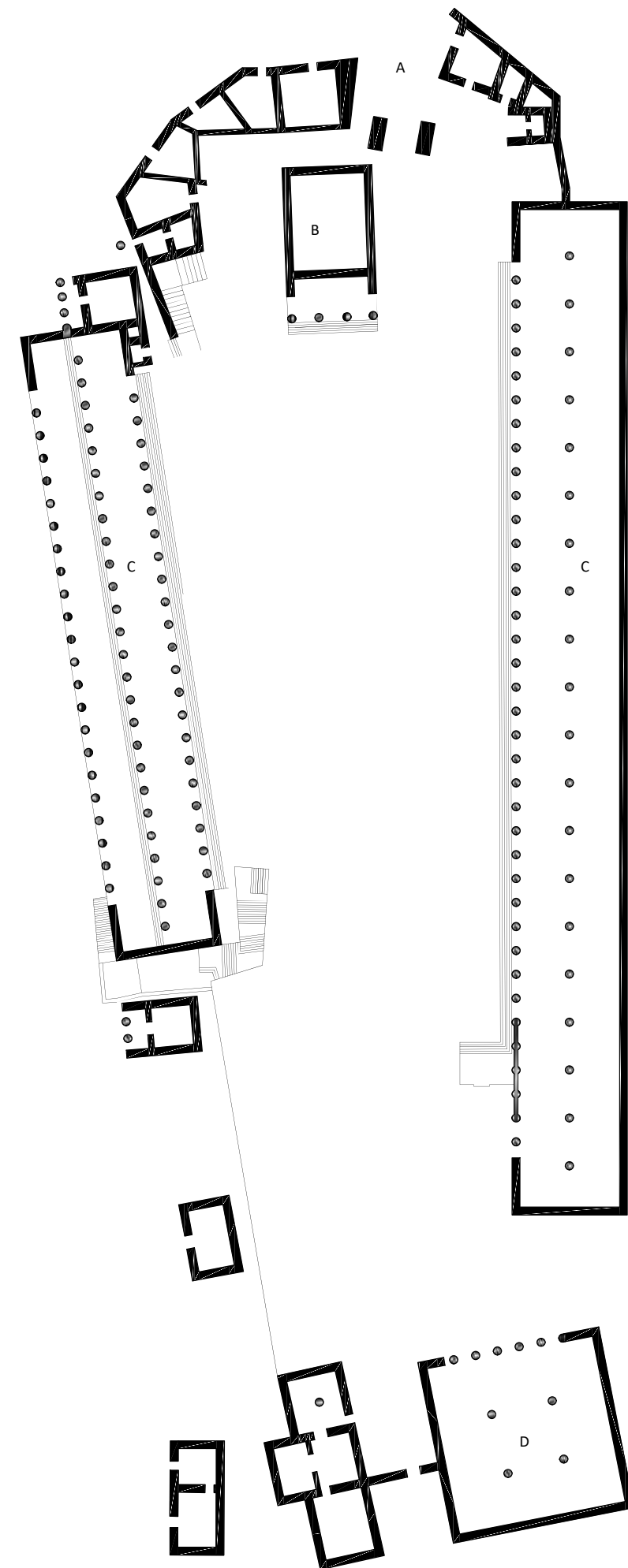
Planta de localização





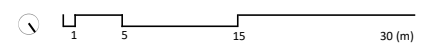
Planta





- A - Portas
- B - Templo
- C - Stoa
- D - Bouleuterion

Planta



Marvila - Duas Praças

Desde a antiguidade clássica que as praças são o principal elemento gerador e agregador do espaço público. Isto deve-se ao facto de se constituírem os grandes centros de vida social compostos por estruturas responsáveis por dinamizar o mesmo. Devido à sua forma, em alguns casos bastante precisa ou mais “orgânica”, estes espaços são responsáveis pela criação de um sentimento de pertença.

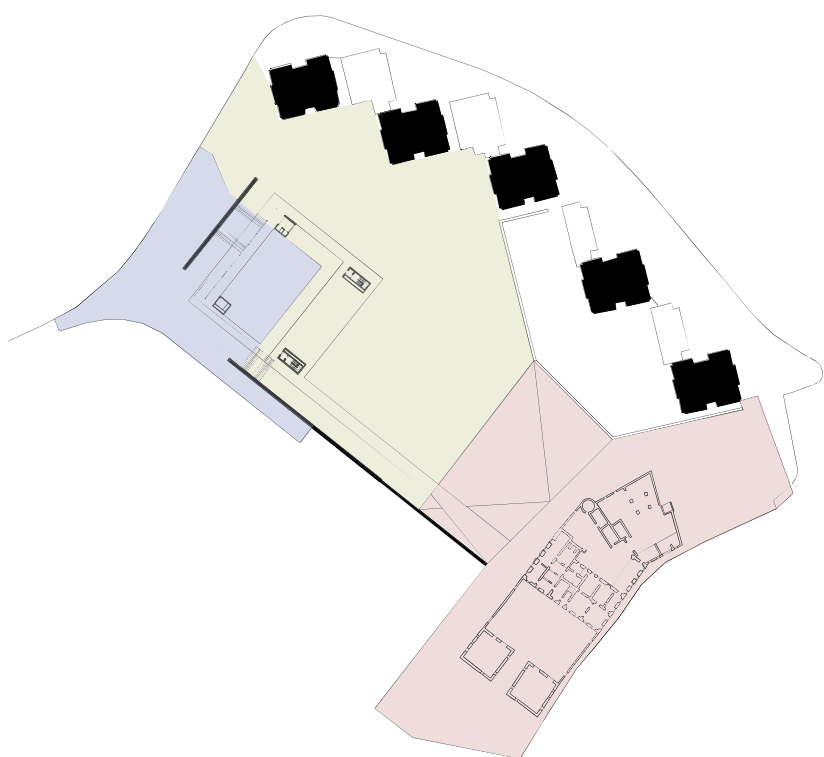
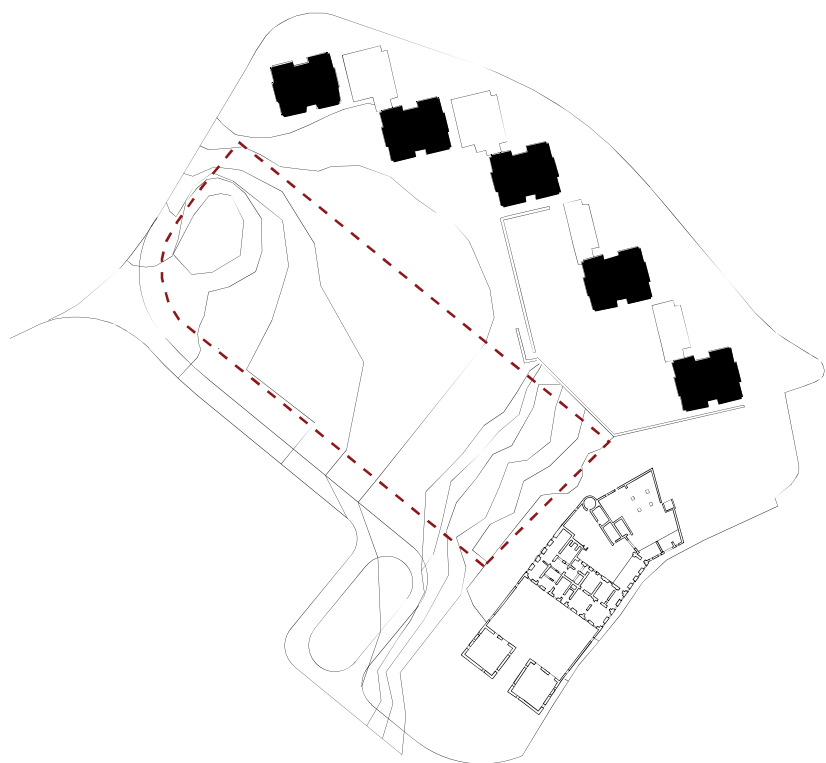
“A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa. Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional de encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas.”³⁴

Assim, tenciona-se que as duas praças para Marvila acrescentem a este território árido dois espaços definidos por um vazio de formas precisas, responsáveis por gerar vida através da articulação e reativação de atividades.

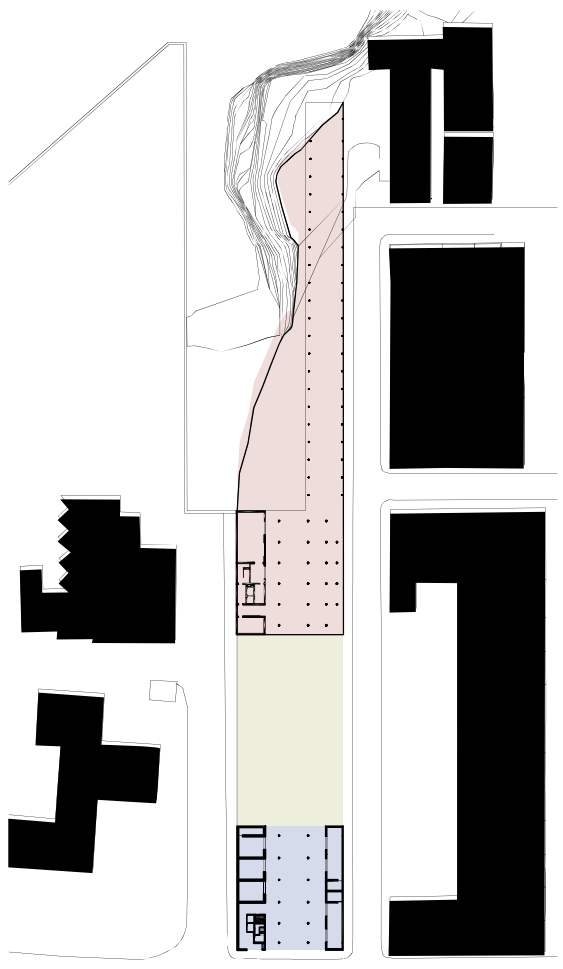
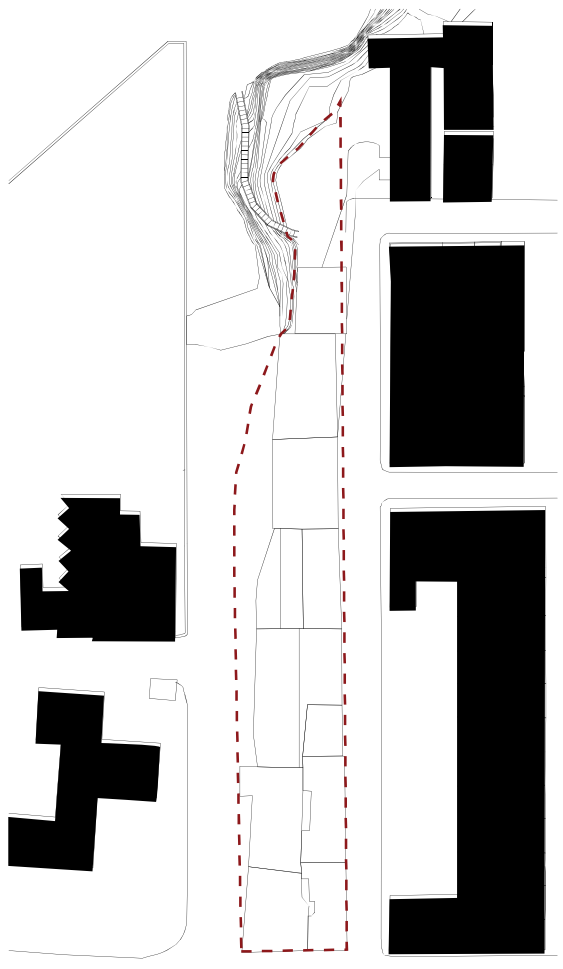
A Praça Palco localiza-se sobre o planalto, e será tripartida em diferentes cotas, onde cada uma criará uma atmosfera diferente; A primeira encontra-se na cota baixa e funcionará como um espaço coberto, equipado com estruturas comerciais, a segunda a cota intermédia, consiste numa praça aberta e palco da terceira. Por fim, a terceira praça consiste num plano inclinado, criando assim um anfiteatro que se levanta sobre os outros dois espaços, e funcionará como um miradouro.

A Praça d'Água, localizada à cota baixa no sopé do Geomonumento, será responsável pela articulação de cotas entre o planalto e a margem. Esta zona, caracterizada por esta formação rochosa que se eleva da cota baixa até aproximadamente 25 metros de altura, constitui atualmente uma barreira para o acesso à margem. Situado no extremo nascente da Azinhaga dos Alfinetes, o Geomonumento é atravessado por uma escada, responsável pela ligação entre as duas cotas. No entanto, esta escada encontra-se atualmente num estado degradado, por não responder às necessidades dos seus utilizadores. Assim, a Praça d'Água pretende renaturalizar o Geomonumento, anulando a escada, e adicionando um elevador que se afasta ligeiramente da estrutura rochosa de modo a preservá-la. Esta praça será tripartida em espaços com diferentes temáticas. O Primeiro espaço é delimitado pela rua do Açúcar a nascente, pela rua José Domingos Barreiro a Norte e pela rua Amigos de Lisboa a sul. Este terá um programa comercial e será coberto. A segunda praça fará a articulação entre a diferença de cotas das ruas que a delimitam, a norte pela rua José Domingos Barreiro e a sul pela rua Amigos de Lisboa, que se desenvolve a uma cota superior em relação à primeira. A terceira praça, que é delimitada pelo Geomonumento a poente, pretende ter um carácter contemplativo. Esta terá espaços comerciais, responsáveis por dinamizar e potencializar a relação com o Geomonumento.

34. LAMAS, J. M. R. G.; (2000) Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. p. 100



- Diagramas de uso
- Praça Temática
 - Praça
 - Praça Coberta



- Diagramas de uso
- Praça Temática
 - Praça
 - Praça Coberta

Edifício Praça

A ideia de ter equipamentos públicos como elementos de apoios ao espaço público existe desde a formação das primeiras cidades. A sua origem está ligada à necessidade de compor o espaço público de estruturas que albergam funcionalidades de interesse social, de convívio e circulação, respondendo assim à necessidade das populações, e trazendo desta forma maior dinamismo à zona em que se insere.

Imagem 44
Stoa de Attalos, Atenas, Grécia.





.44

Basílica Palladiana

A Basílica Palladiana, projeto de autoria do arquiteto italiano Andrea Palladio, consiste na reabilitação e construção de loggias e uma estrutura porticada, que abraçam um antigo edifício em ruínas. O antigo Palazzo della Ragione – atual Basílica Palladiana - foi construído no final da época medieval, e era o principal edifício da vila, por ser a sede do governo da cidade e dos tribunais.

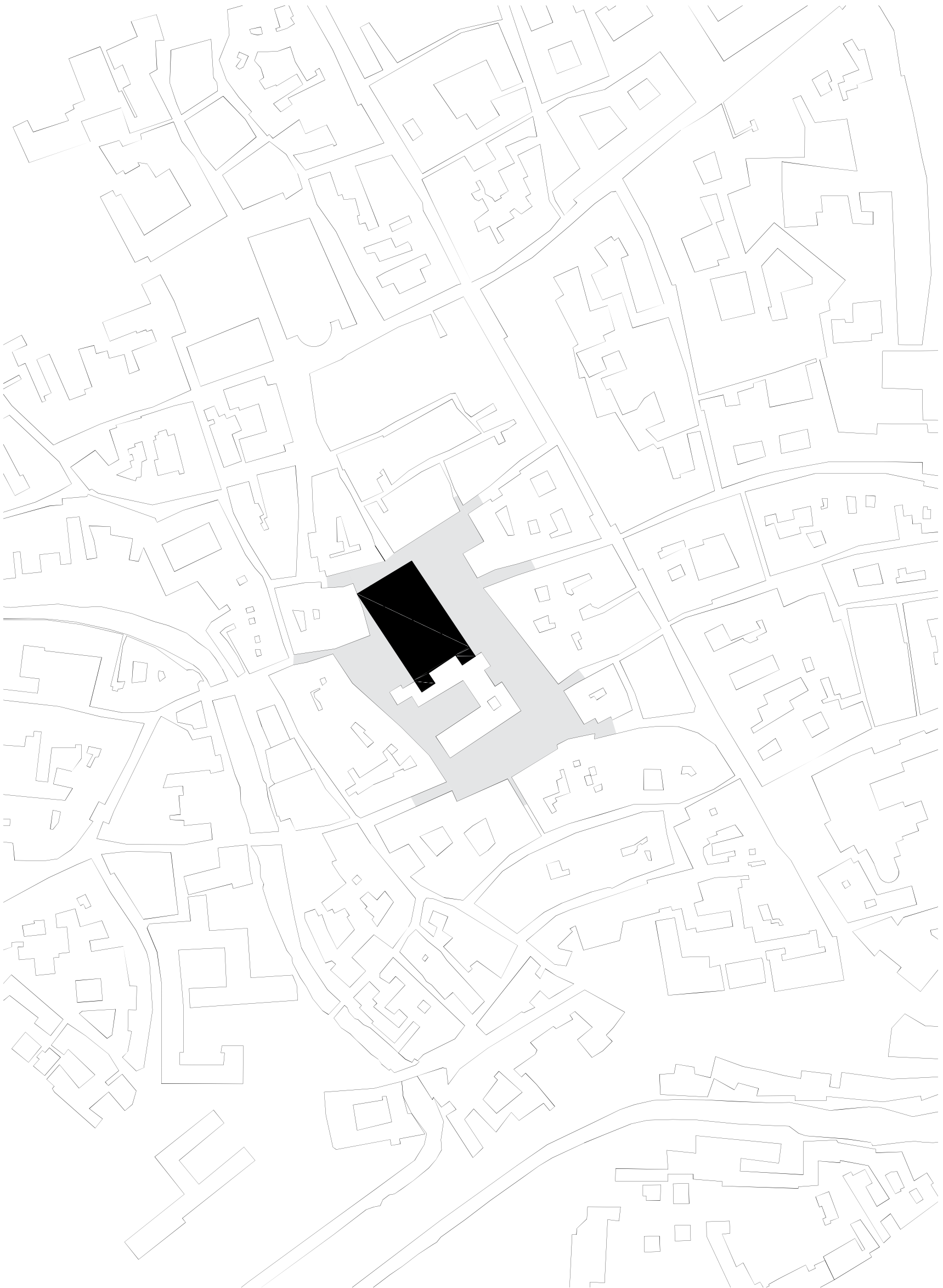
Dada a importância e imponência que o edifício tinha sobre as duas praças adjacentes, a estratégia de Palladio passa pela construção de uma estrutura elástica em galeria, capaz de acertar as várias aberturas e alinhamentos com a pré-existência, mas ao mesmo tempo criar uma nova pele que se abria para as Piazza dei Signori e a Piazza delle Erbe.

Esta solução resolve visualmente as diferenças de estilo ao tapar o módulo gótico da pré-existência, que fica oculto no interior das loggias maneiristas, funcionando como filtro, um elemento que propõe uma transição impercetível entre o interior e o exterior do edifício.

Morfologicamente, o edifício é composto por dois pisos: um primeiro piso onde encontramos a sala de reuniões, e no piso térreo, encontramos uma área aberta composta por vários pórticos responsáveis pelo suporte do edifício.

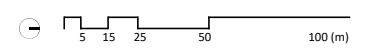
Há uma atenção especial do arquiteto em relação ao espaço público, usando as varandas do primeiro piso como espaço de contemplação sobre as praças, e a área livre do piso inferior como uma continuação das mesmas, uma área protegida das ações da natureza, e que até hoje é usada como espaço para feiras.

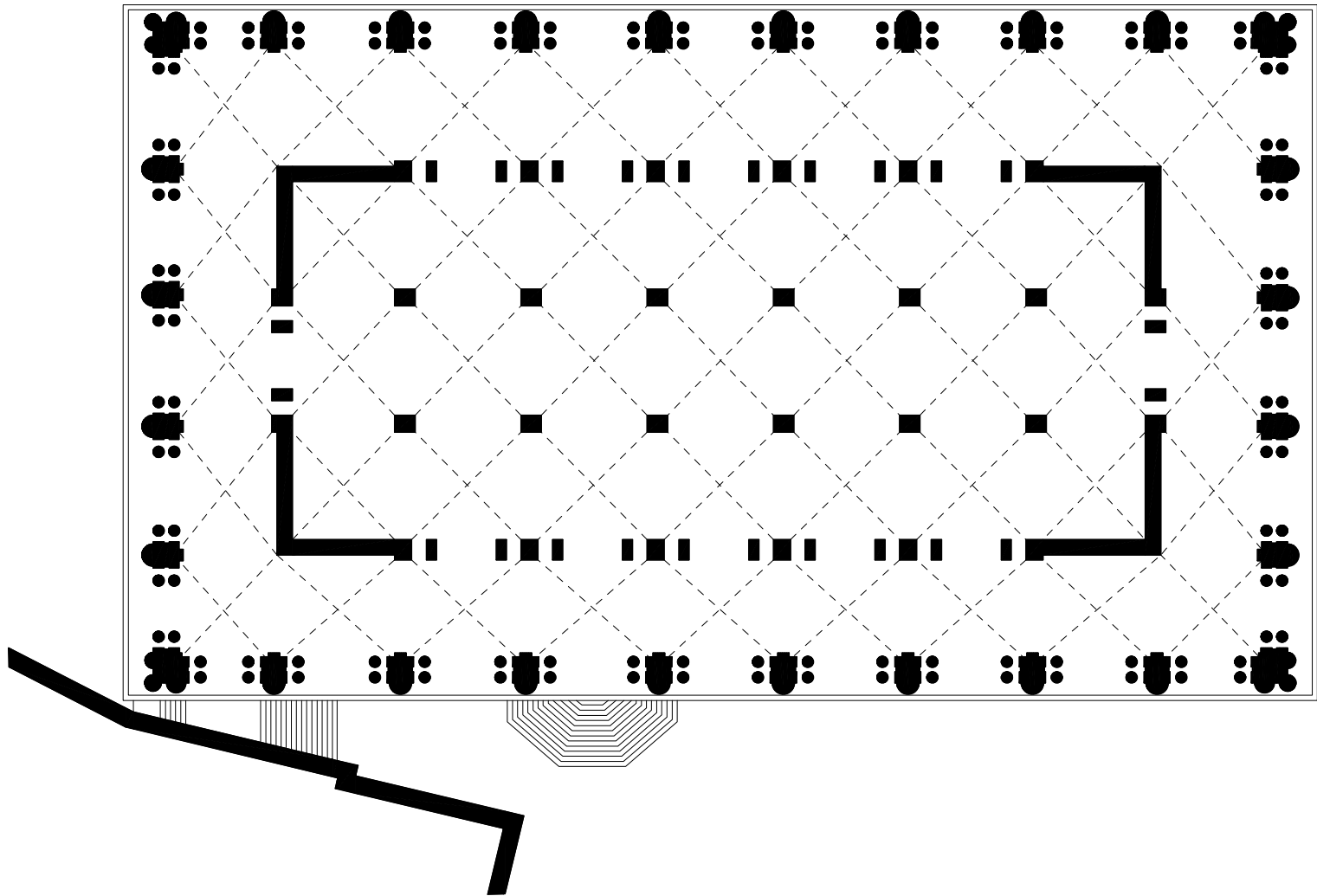
Percebemos assim que a Basílica Palladiana não é apenas o corpo sobre a cidade, é antes uma estrutura que se abre para cidade e permite que esta se aproprie dele



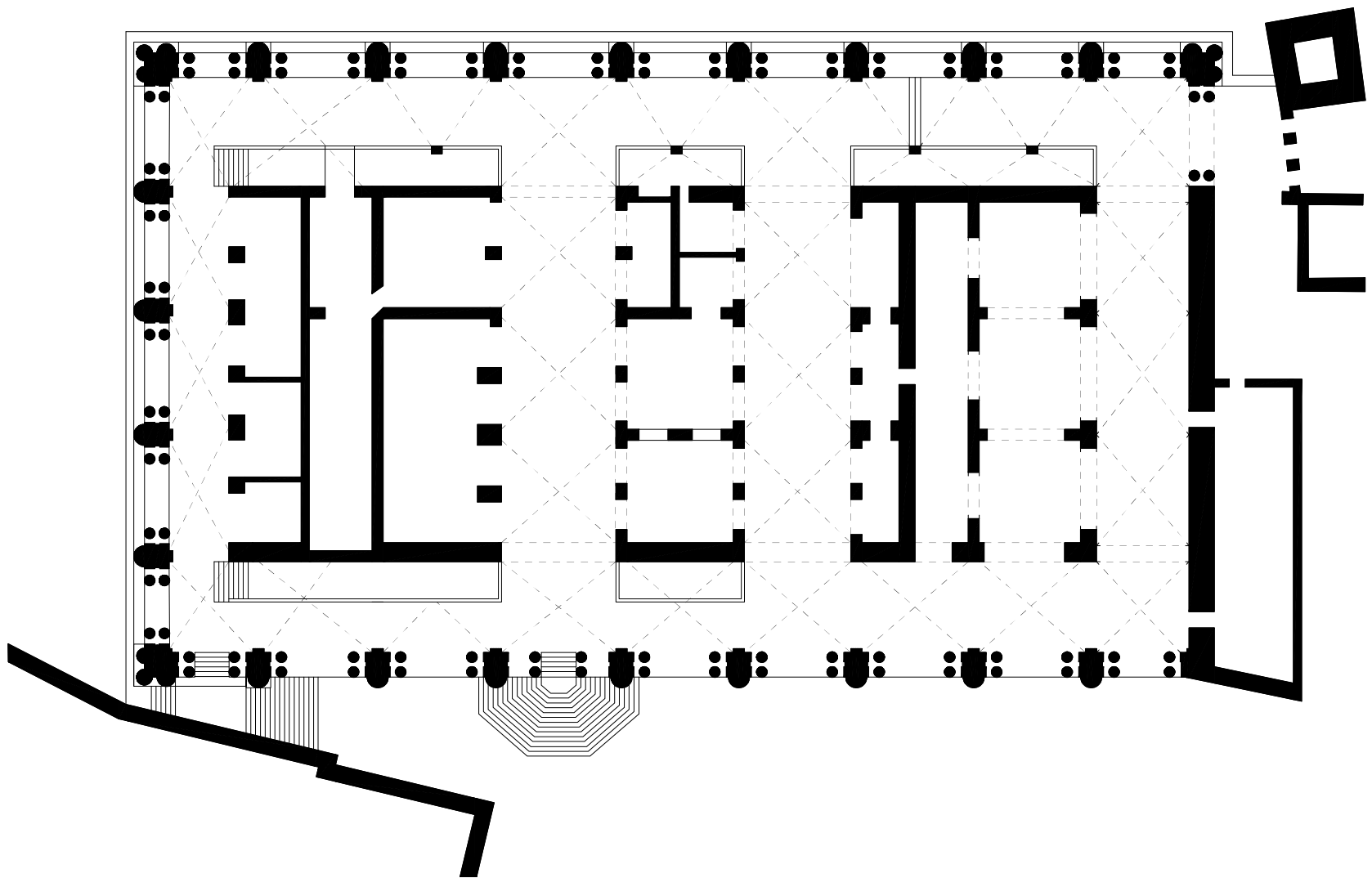
■ Espaço Público

Planta de localização

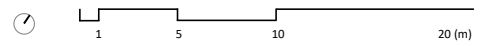


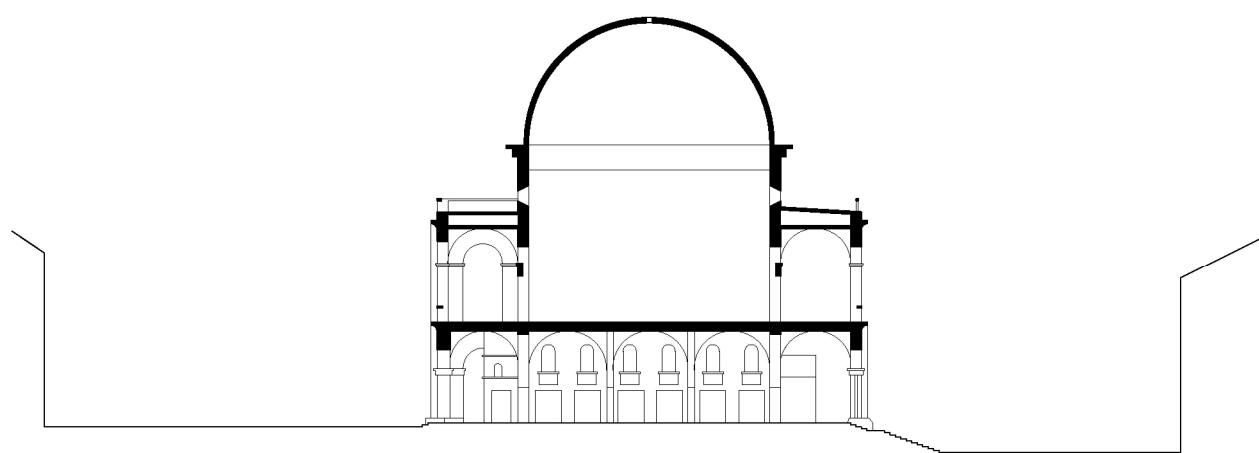


Planta piso 1

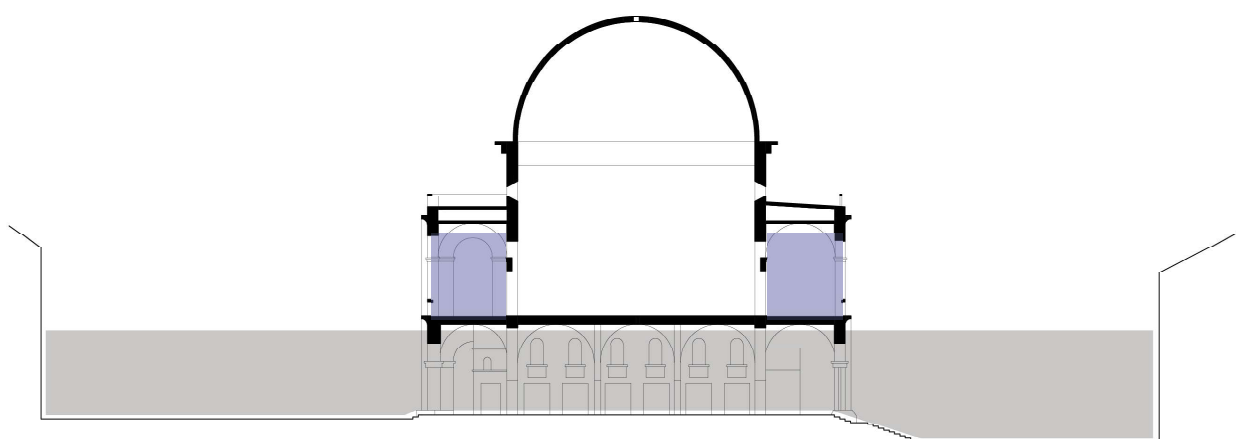


Planta piso térreo





Corte



Corte

Miradouros
 Espaço Público

1 5 10 20 (m)

Altes Museum

O projeto do Altes Museum da autoria do arquiteto Alemão Frederisch Schinkel é um projeto onde o edifício é usado como elemento estratégico para a reorganização urbana, e consciencialização de uma cidade construída para os cidadãos.

Construído no início do século XIX, princípio da industrialização, este edifício marca a transição da cidade aristocrática para a cidade da classe média.

Schinkel aproveita o convite do Rei para construir de raiz o primeiro grande museu de arte, como pretexto para a revitalização do centro público de Berlim. O local da construção do edifício é estrategicamente escolhido por um lado, pela sua centralidade, e por outro, pela oportunidade de tornar público a arte e a cultura, valores que até então eram apenas acessíveis às classes mais altas.

Com isto, a estratégia do arquiteto à escala urbana, passa por reativar e dignificar um conjunto de monumentos de caráter religioso, real e militar, que rematavam a sua envolvente direta, bem como o Jardim de Lustgarten (Jardim de Prazeres) que haviam caído em desuso. O museu é então contruído sobre formas puras e de poucas ornamentações, “a distância física apropriada à extensa e imponente fachada do palácio”³⁵, de modo a não entrar em “conflito” com os monumentos que o delimitam.

O Jardim Lustgarten é construído como elemento de ligação entre o museu e os e o espaço público.

Esta estrutura, consistia numa praça ajardinada, ornamentada com fontes e caminhos, a qual a sua grande premissa era de que este se tornasse “numa experiência visual controlada com a natureza desempenhando um papel decisivo ao relacionar as diferentes massas de estruturas entre si e também os espaços abertos ou confinados com o todo”³⁶. O jardim torna-se assim, o elemento de equilíbrio de escalas e proporções, e funciona como uma espécie de átrio para o museu, conduzindo o exterior para o interior do museu, enfatizando a ideia de um edifício público.

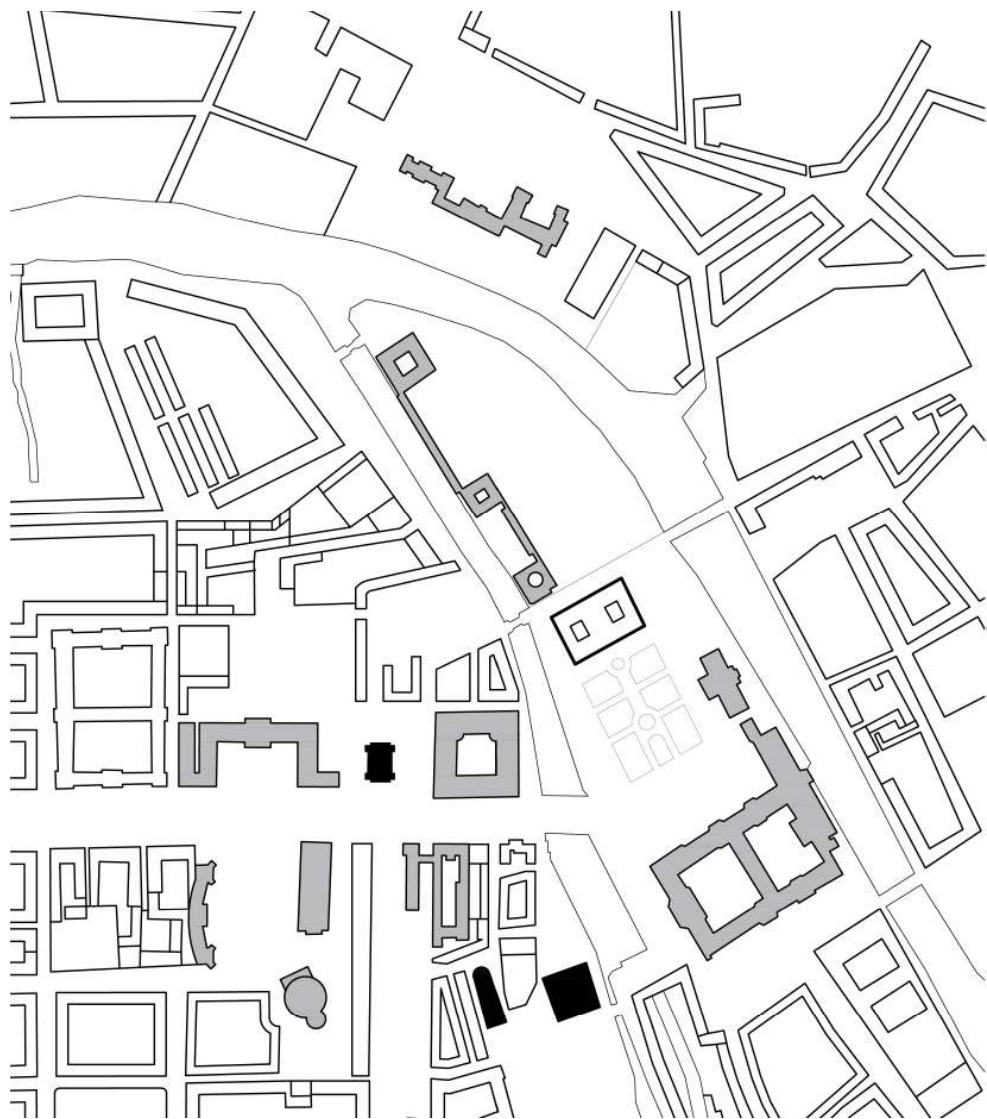
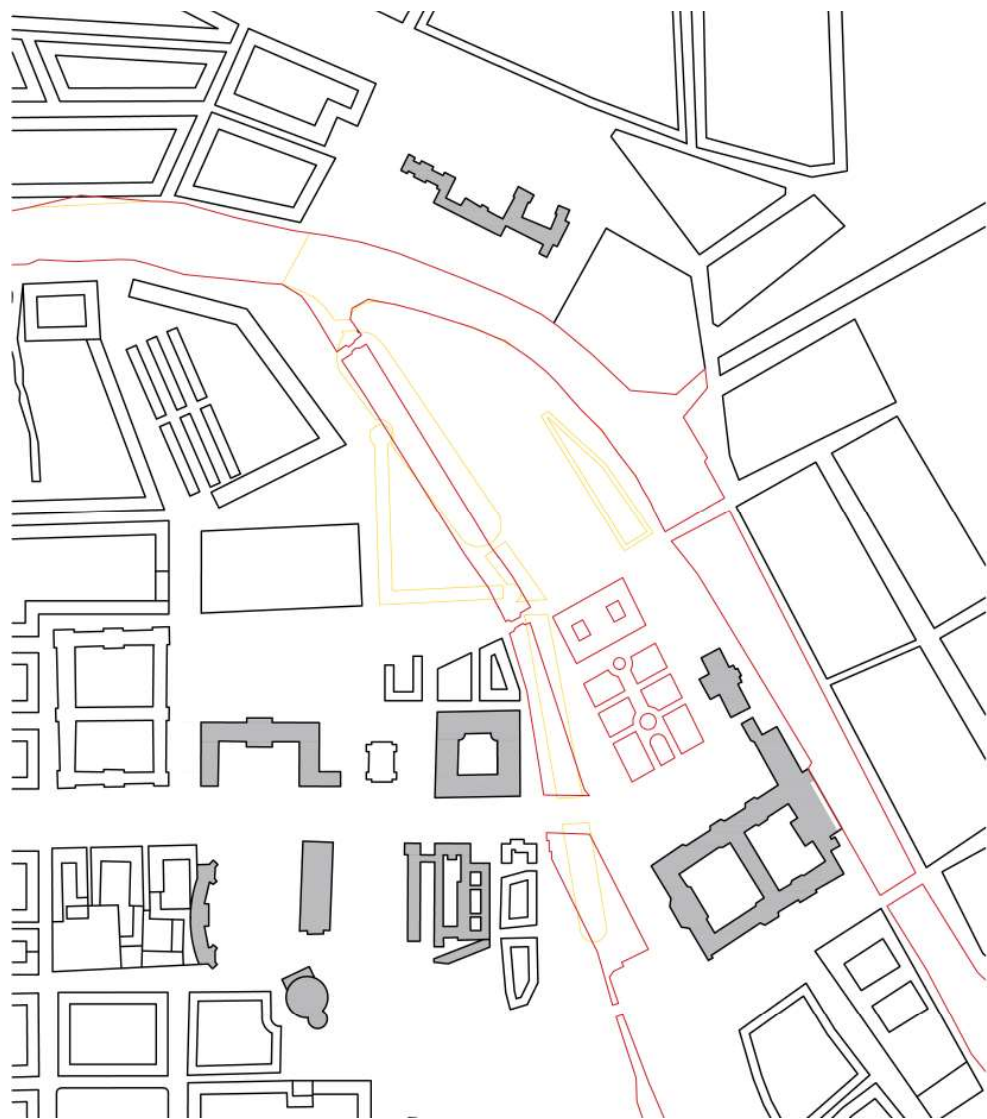
Esta ideia está igualmente presente na morfologia do edifício, onde a sua configuração interior revela elementos e espacialidades de caráter urbano. O edifício é morfologicamente composto por um paralelepípedo de dois pisos, disfarçado (do ponto de vista exterior) por uma colunata jónica que antecede as paredes estruturais e cria um átrio alongado. À entrada encontramos uma dupla escadaria que nos dá acesso a uma plataforma/terraço que se liga visualmente ao jardim Lustgarten.

No seu interior, o edifício constitui-se por um conjunto de salas que delimitam dois claustros e um hall circular. Este grande hall situado no centro do edifício funciona como uma rotunda, uma praça que se articula com as várias salas expositivas. O arquiteto apresenta aqui uma tipologia de resposta a uma ideia de cidade construída para o “Flaneur”³⁷. O foco deixa de estar apenas sobre a composição dos espaços públicos, ruas, passeios, parques e outros, e passa a estar sobre o carácter do programa, seja ele dentro ou fora do edifício.

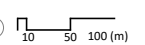
35. PUNDT, H. G.; (1981) Schinkels Berlin. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts. p.149 “By deciding to erect the Museum at the former site of the transverse canal, the appropriate physical distance from the long, impressive façade of the palace could be achieved.”

36. PUNDT, H. G.; (1981) Schinkels Berlin. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts. p.150. “a controlled visual experience with nature playing a decisive role in relating both the masses of solid structures to one another and the open and confined spaces to the whole”.

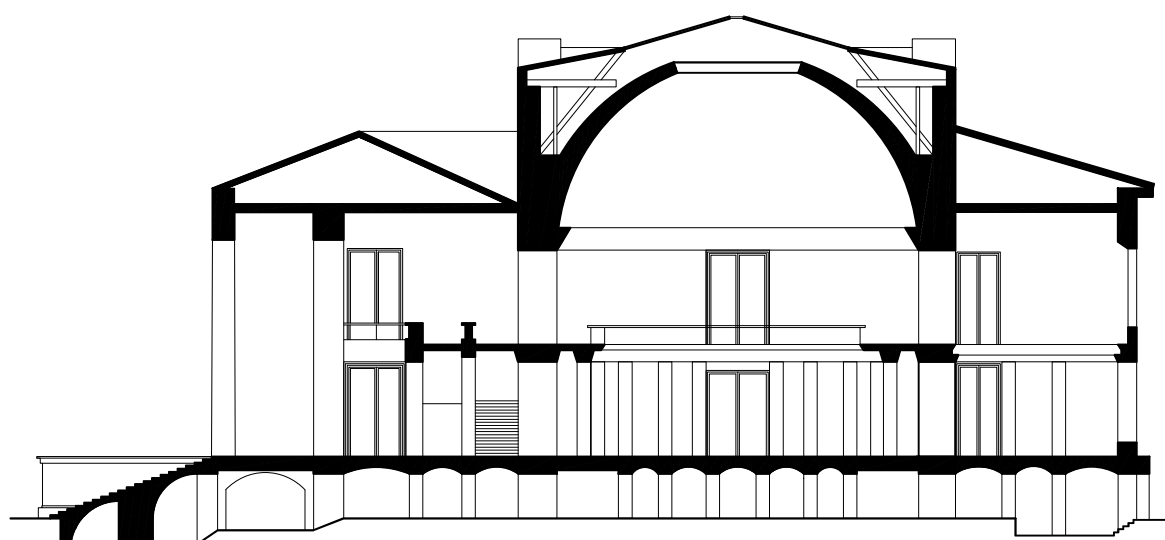
37. Termo francês usado na arquitetura para descrever - uma pessoa que caminha pela cidade -.



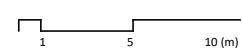
-  Altes Museum
-  Edifícios Propostos
-  Construído
-  Demolido

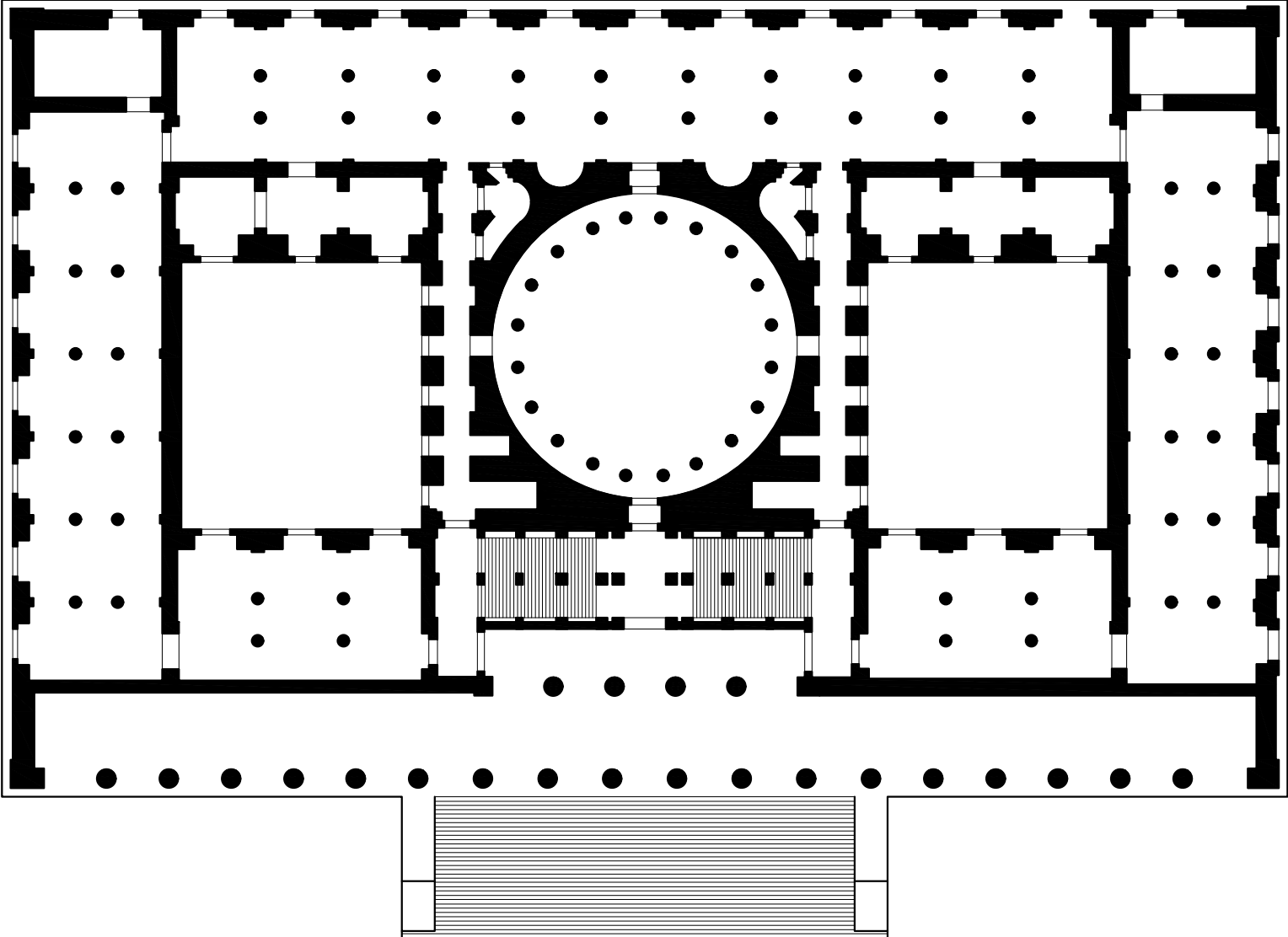


10 50 100 (m)

Plantas de Localização

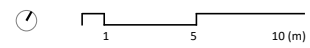


Corte





Planta

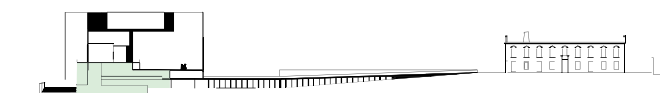
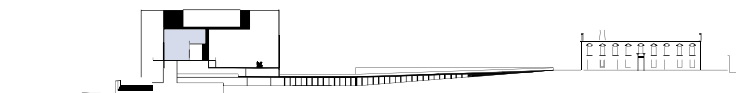
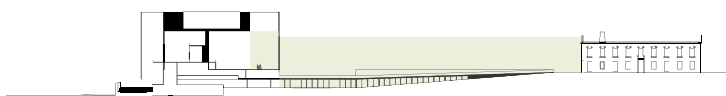
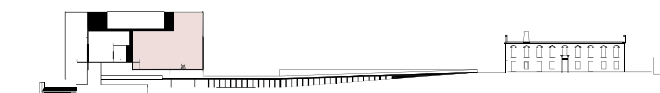
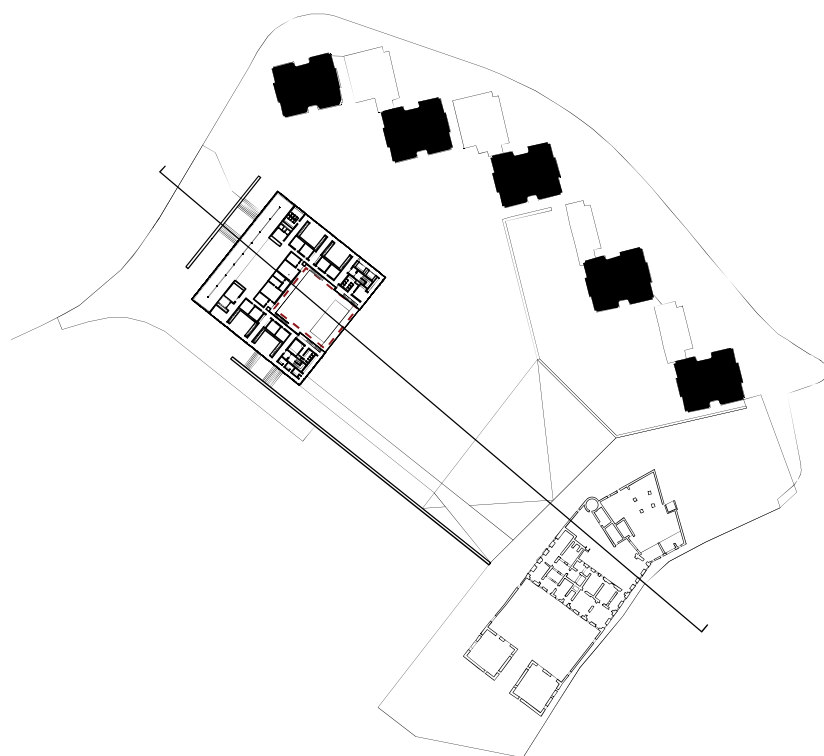


Marvila - Centro Polivalente e Piscina

Desde o surgimento das primeiras praças entendidas como espaços de agregação na cidade, que se fez sempre omnipresente a necessidade de uma estrutura de apoio a estes lugares. Vistos como o palco para a prática das várias actividades citadinas, políticas, de comércio e de religião, percebemos a importância da presença das estruturas não só como equipamento de apoio, mas também como elemento simbólico que caracteriza a praça. Assim, as praças propostas para Marvila são equipadas por duas estruturas responsáveis por dinamizar a vida destes lugares. Estes edifícios agregarão equipamentos comerciais bem como programas responsáveis pela reactivação da envolvente.

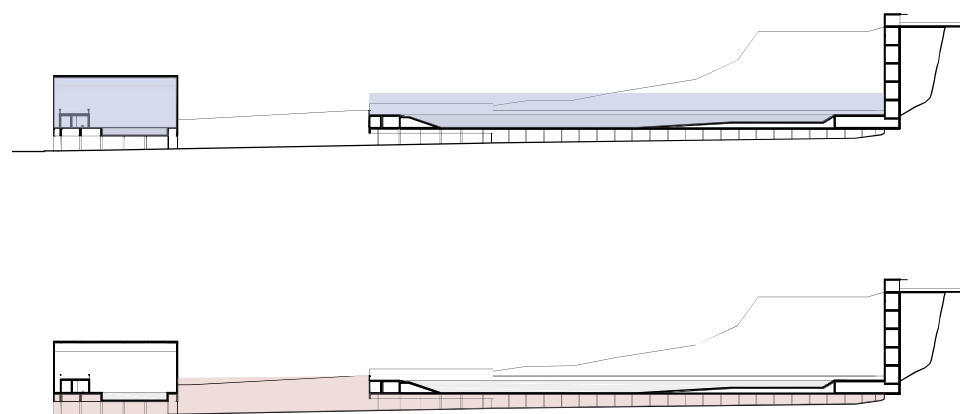
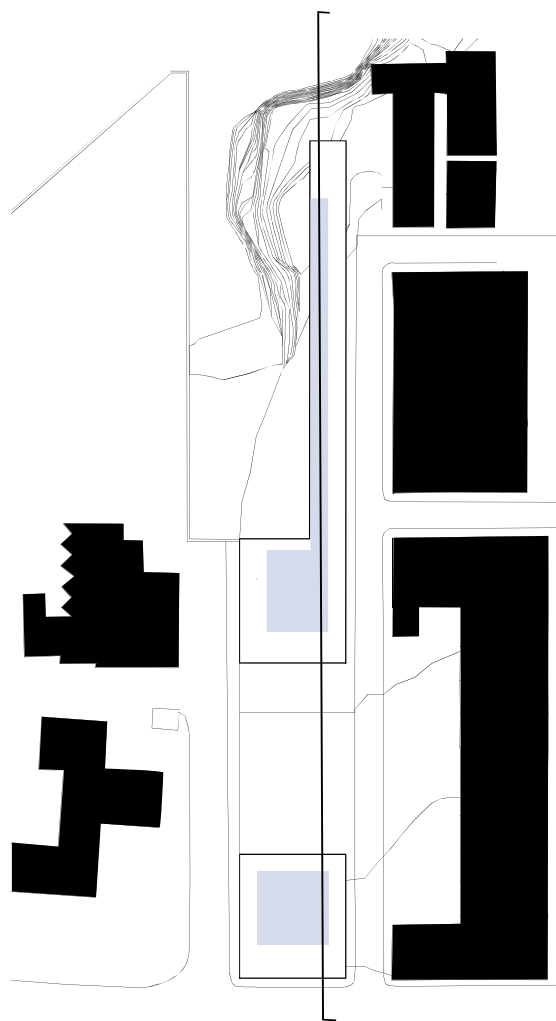
O edifício Palco localiza-se à cota superior e funcionará através de um grande vazio central, ladeado em três dos seus lados por atelier e espaços de co-working. O grande espaço central será palco de várias actividades festivas, funcionando como um auditório tradicional, mas também como um auditório virado para o exterior, usando a praça inclinada como bancada. O edifício é desenhado de modo a levar o conceito de “Palco” ao limite. Isto é, embora todos os espaços exteriores sejam pensados de forma a responderem às necessidades de circulação estes propõem uma ideia de contemplação através de uma relação visual omnipresente entre todos os espaços. Ou seja, o edifício deixa de ser composto por apenas um palco, e passa a ser dotado de vários palcos.

O edifício d'Água à cota da margem tenta resgatar a memória do rio, através da criação de dois edifícios equipados por tanques de água. Propõe-se um primeiro edifício fechado, que abrigará um conjunto de espaços comerciais, oficinas, balneários e um tanque de água. Pretende-se que este edifício funcione durante todo o ano. É também proposta uma segunda estrutura, responsável pela articulação das alturas existente na zona. Este edifício funcionará como uma praça elevada do terreno, albergando uma piscina ao ar livre que procura uma relação mais próxima com o Geomonumento.



Diagramas de uso para concertos

- Auditório
- Praça
- Átrio
- Praça Coberta



Diagramas de uso

- Piscinas
- Praça

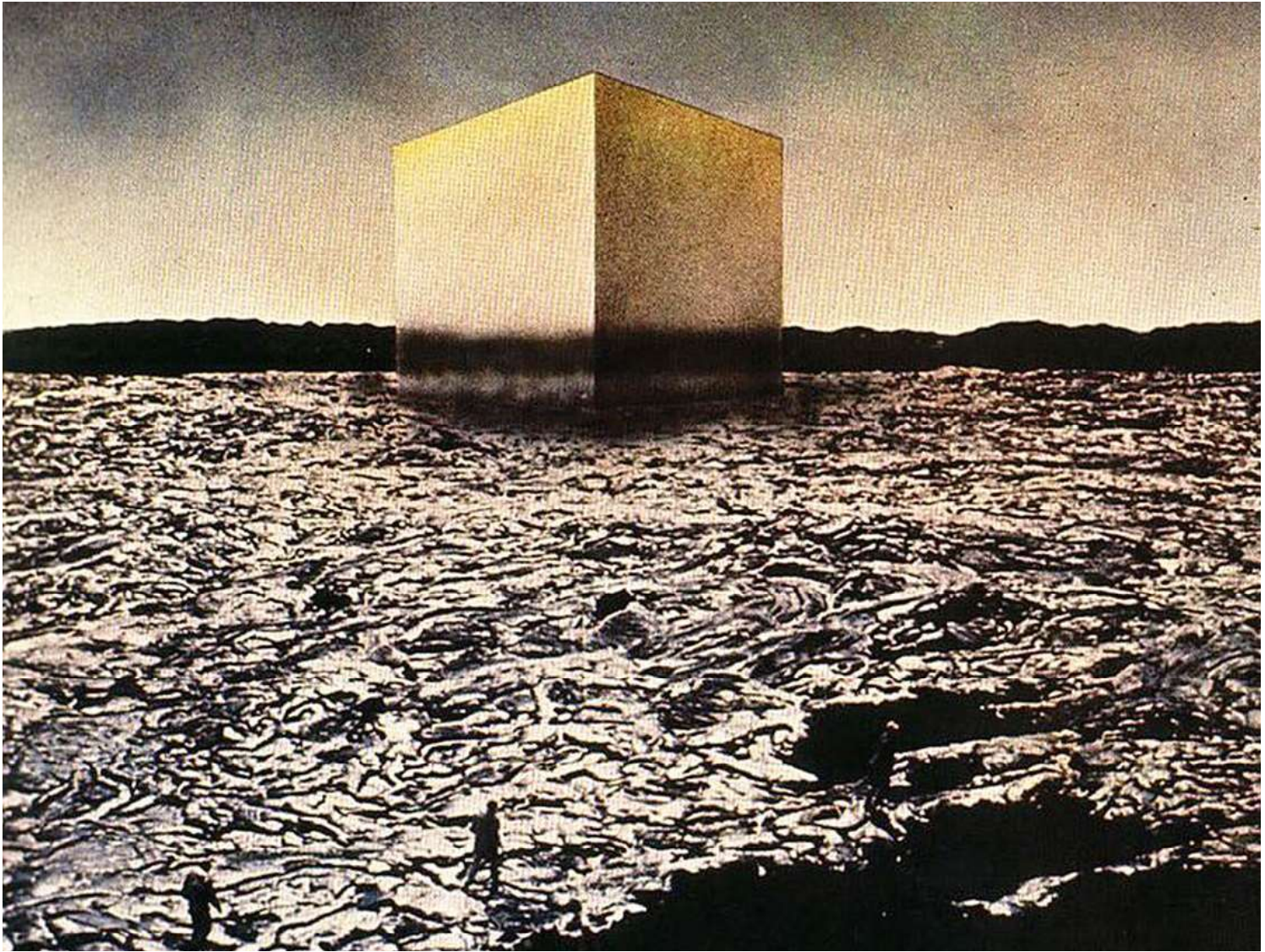
Marco na Paisagem

O tema Marco na Paisagem pretende destacar a importância do elemento de referência sobre o território, ao qual Kevin Lynch denomina como Elementos Marcantes e os define como “pontos de referência considerados exteriores ao observador, são simples elementos físicos variáveis em tamanho (...) funcionam como indicações absolutamente seguras do caminho a seguir”³⁸. Passando a explicar, os faróis que, para além de nos orientarem sobre o território através das relações que estabelecem entre si, adquirem também uma importância simbólica e de identidade sobre os seus agentes. Aliado a esta definição, o autor identifica também duas escalas espaciais fundamentais para a composição que se pretende com este tema.

“O domínio espacial pode causar elementos marcantes de duas formas: tornando um elemento visível de muitos outros pontos (...), ou criando um contraste local com elementos circundantes, isto é, sendo uma variante em altura ou constituição.”³⁹ Estas escalas definidas pelo autor, referentes à cidade e ao local definem dois modos de se intervir no espaço. Se por um lado cada edifício passa a caracterizar o seu local e a sua escala, por outro a volumetria e a materialidade se relacionam entre si, criando assim uma ligação entre ambos à escala da cidade. Desta maneira, são analisados dois casos de estudo que para além de representarem estas duas escalas, funcionam como excelentes articuladores entre a escala local e a escala da cidade.

Imagem 45
SUPERSTUDIO, A terceira cidade, em “As doze cidades ideais”, 1971.

38, 39. LYNCH, k.; (2009). A Imagem da Cidade. p. 90.



.45

Partenon

Quando pensamos na arquitetura da Antiga Grécia, é impossível ignorarmos a grandiosidade e o destaque que os seus templos tinham sobre o território.

O Pártenon (447-436 a.C.) da autoria do arquiteto Ictino e o escultor Fídias, durante o reinado de Péricles, é sem dúvida um dos grandes exemplos históricos alcançados na tentativa de representar o divino como elemento de referência. Visto como um espaço de “não arquitetura”⁴⁰ devido a carência de espaços de estar interiores, o Pártenon era, portanto, um espaço de contemplação, uma obra-prima plástica, à qual Bruno Zevi definia como um espaço que “não era concebido como a casa dos fiéis, mas como a morada impenetrável dos deuses. Os ritos realizavam-se no exterior em torno do templo”⁴¹.

Por outro lado, quando visto como um todo, modo de construção, plasticidade, localização e o modo como se destaca do solo, esta estrutura ganha uma presença física mais intensa. Isto porque este espaço foi concebido para ser visto na sua totalidade, à luz da arquitetura grega.

Schulz define esta arquitetura como, “antes de tudo, uma arquitetura de corpos plásticos. (...) compreende-se que a sua distribuição aparentemente casual possui uma função especial significativa em relação a paisagem circundante”⁴².

É, portanto, uma arquitetura composta por vários elementos, Homem e Natureza, onde a escolha do local, orientação e plasticidade do edifício têm um determinado simbolismo.

“Um dos Fatores fundamentais do espaço é o carácter individual dos sítios. “Individual” se usa aqui para definir que os sítios eram sentidos não como absolutamente diversos, mas como manifestações de caracteres arquetípicos.”⁴³

Havia nesta arquitetura, um foco na composição externa, uma vontade de interpretar os lugares e construir estruturas com programas ou temáticas ligadas à relação e sentimentos que o homem tinha com aquela envolvente em específico.

Morfologicamente esta construção é composta por duas estruturas.

A Acrópole, zona onde assenta o Pártenon e alguns outros templos gregos, consiste numa plataforma situada na região mais alta da cidade, geralmente sobre morros ou colinas. Essa elevação atendia a duas funções: militar para defesa da cidade, e simbólica, pois representa a elevação dos valores humanos e a supremacia sobre o resto da cidade.

O Pártenon, principal obra deste complexo, é dedicado à Deusa Atena, é constituído por uma plataforma retangular elevada com 30x60m. Sobre esta base assentam 46 colunas dóricas com 10m de altura sobre as quais assentava um entablamento que sustenta a cobertura de duas águas, rematada por um frontão nas duas fachadas mais estreitas do edifício. O seu interior era composto por duas divisões, onde a maior albergava a estatua da Deusa Atena, e o segundo tratava-se de uma camara, onde se armazenavam as oferendas da deusa.

40. NORBERG-Sch, Chr. ; (2000) *Arquitectura Occidental*. p. 23.

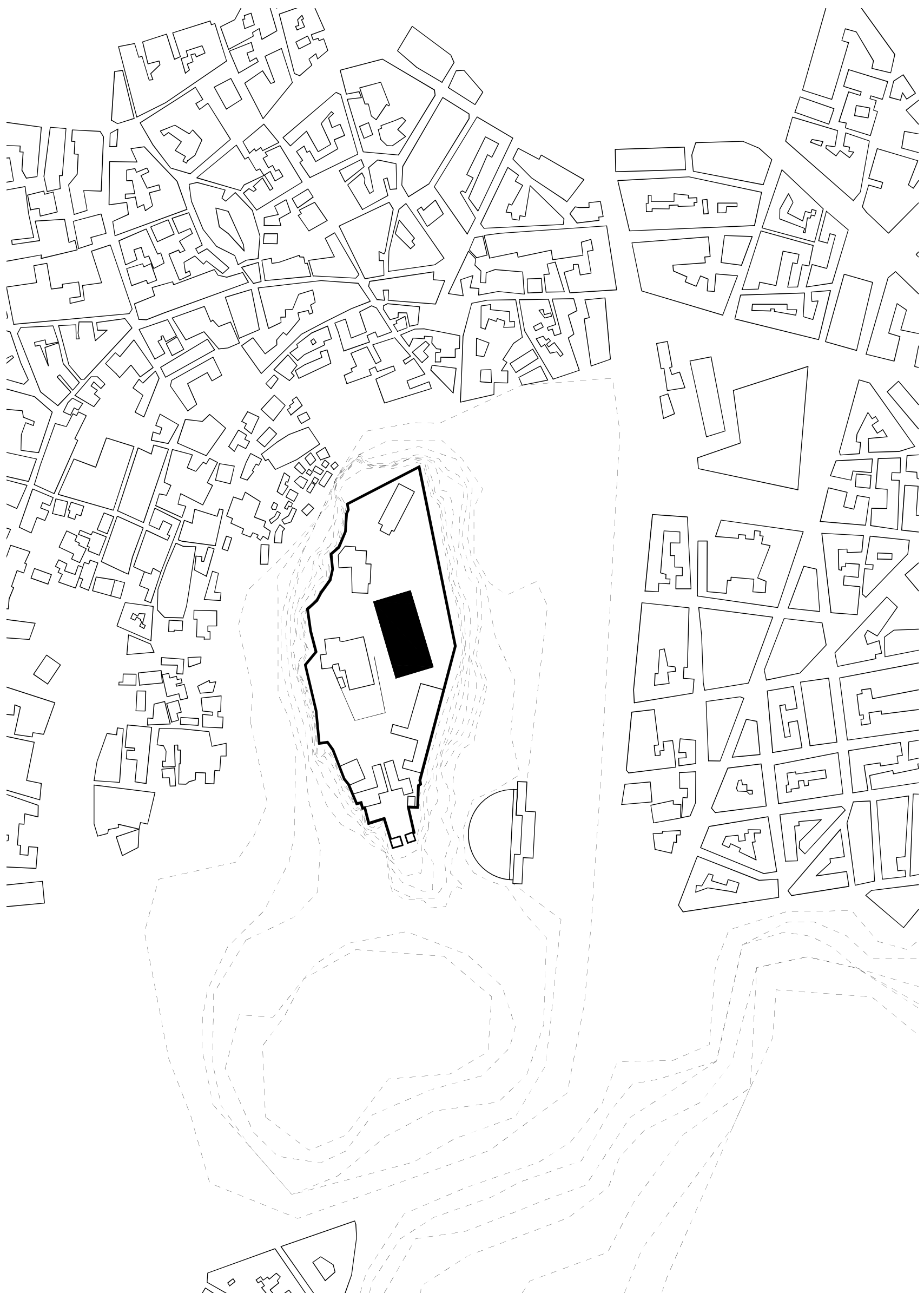
41. ZEVI, B.; (1966) *Saber ver a Arquitectura*. p. 49.

42. NORBERG-Sch, Chr. ; (2000) *Arquitectura Occidental*. p. 25 “ ante todo, una arquitectura de cuerpos plásticos. (...) se comprende que su distribución aparentemente casual posee una función espacial significativa en relacion con el paisaje circundante.”.

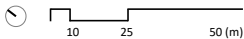
43. NORBERG-Sch, Chr. ; (2000) *Arquitectura Occidental*. p. 26 “ Uno de los factores fundamentales del espacio es, pues, el carácter individual de los sítios. “Individual” se usa aqui para significar que los sítios eran sentidos no como absolutamente diversos, sino como manifestaciones de caracteres arquetípicos.”.

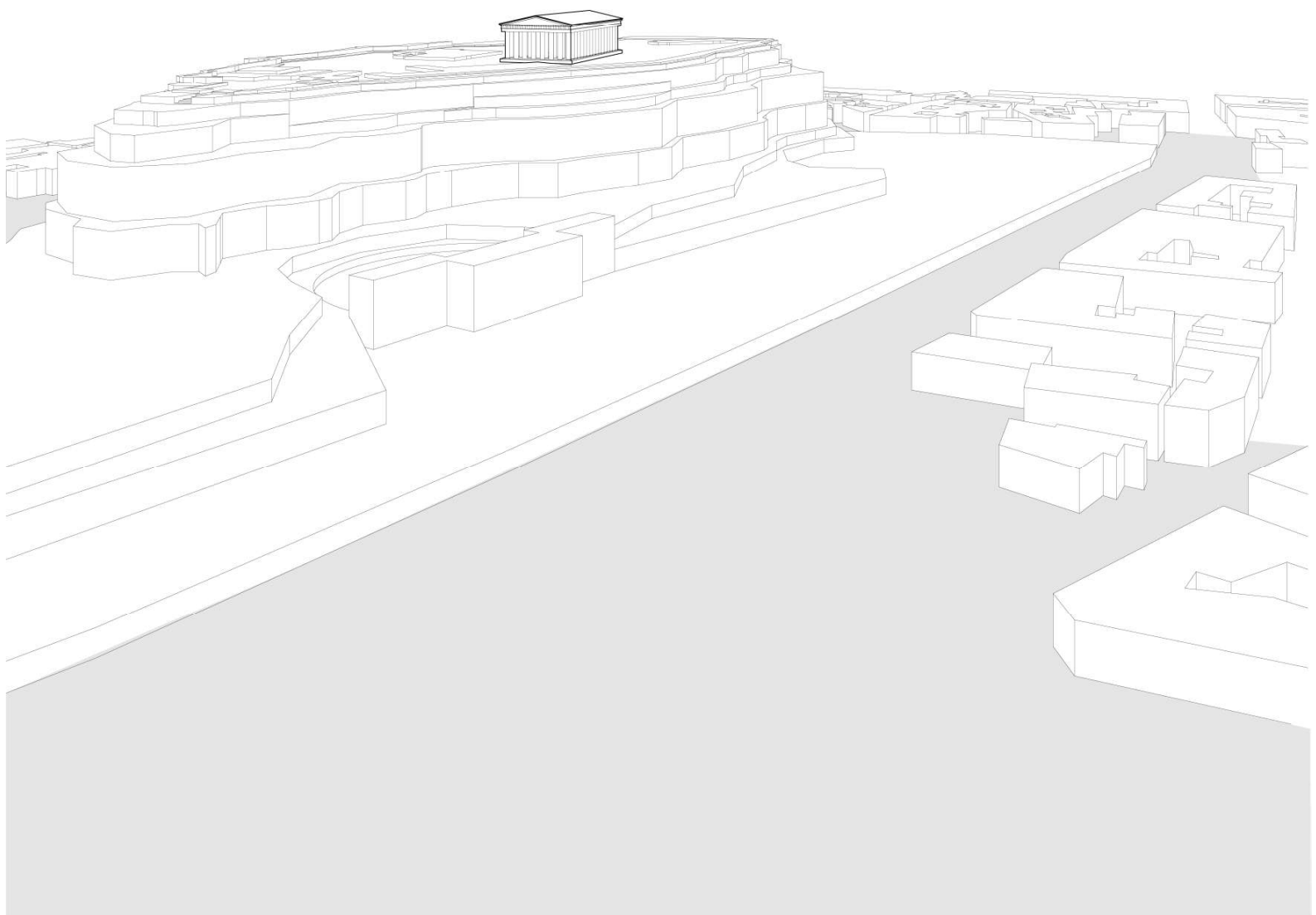
Podemos concluir que seu isolamento sobre o alto da acrópole, a homogeneidade da fachada que retira a hierarquia de acessos bem como a plasticidade de proporções harmoniosas, resultantes de correções ótica “êntase”⁴³, refletem bem esta busca pela beleza da construção.

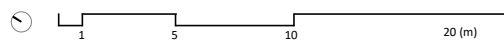
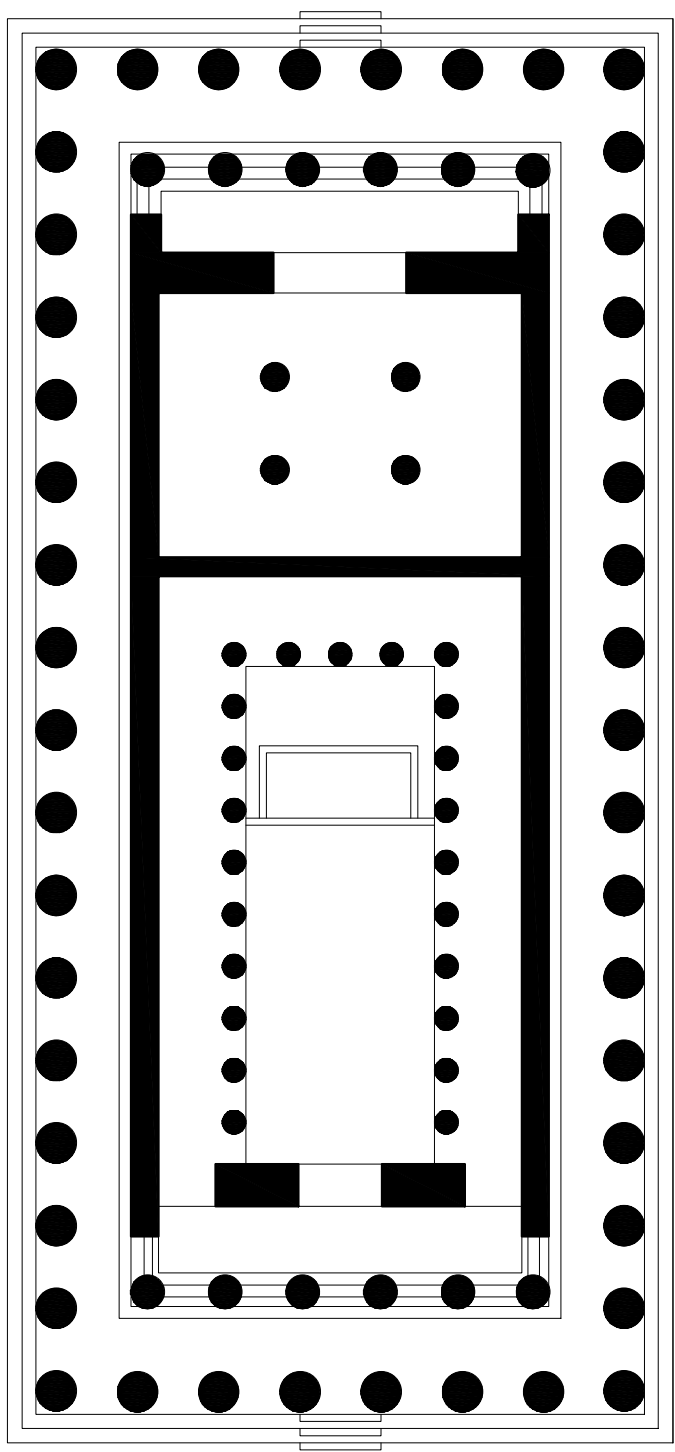
44. Êntase- engrossamento da parte central do fuste de uma coluna grega, para que esta pareça reta, visando à correção da ilusão óptica de concavidade produzida por fuste perfeitamente cilíndrico. CIBERDÚVIDAS da língua portuguesa. Lisboa, 17 fev. 2010. disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/sobre-o-uso-do-termo-entase/27675>. Acesso em 30 mar. 2021.



Planta de Localização







Basílica de S’Andrea

A Basílica de S’Andrea da autoria do arquiteto Leon Battista Alberti, é uma das principais obras do arquiteto renascentista do século XV. Localizada em Mântua, norte de Itália, este edifício é definido segundo os princípios da composição e articulação do espaço e da sua fachada com o espaço público. Alberti Arquiteto, escritor, poeta, matemático e humanista, admirador das construções da antiguidade clássica, vê na Basílica de Santa Andrea a oportunidade de explorar ao máximo as suas teorias expressas no “De re aedificatoria”⁴⁵ onde este define “as bases de uma teoria geral para a construção e para a cidade, enquanto artefactos ao serviço do equilíbrio do espaço humanizado e, como tal, integradores de uma cultura do sensível e do belo”⁴⁶

Encomendada por Ludovico III Gonzaga, esta igreja constitui um dos exemplos base do renascimento, na busca da exaltação do homem, através de um jogo de espacialidades definidas pela luz e proporções equilibradas.

Alberti define a sua arquitetura renascentista como “a harmonia e a concordância de todas as partes realizadas de tal forma que nada possa ser acrescentado, retirado, ou alterado, sem que seja para pior”⁴⁷.

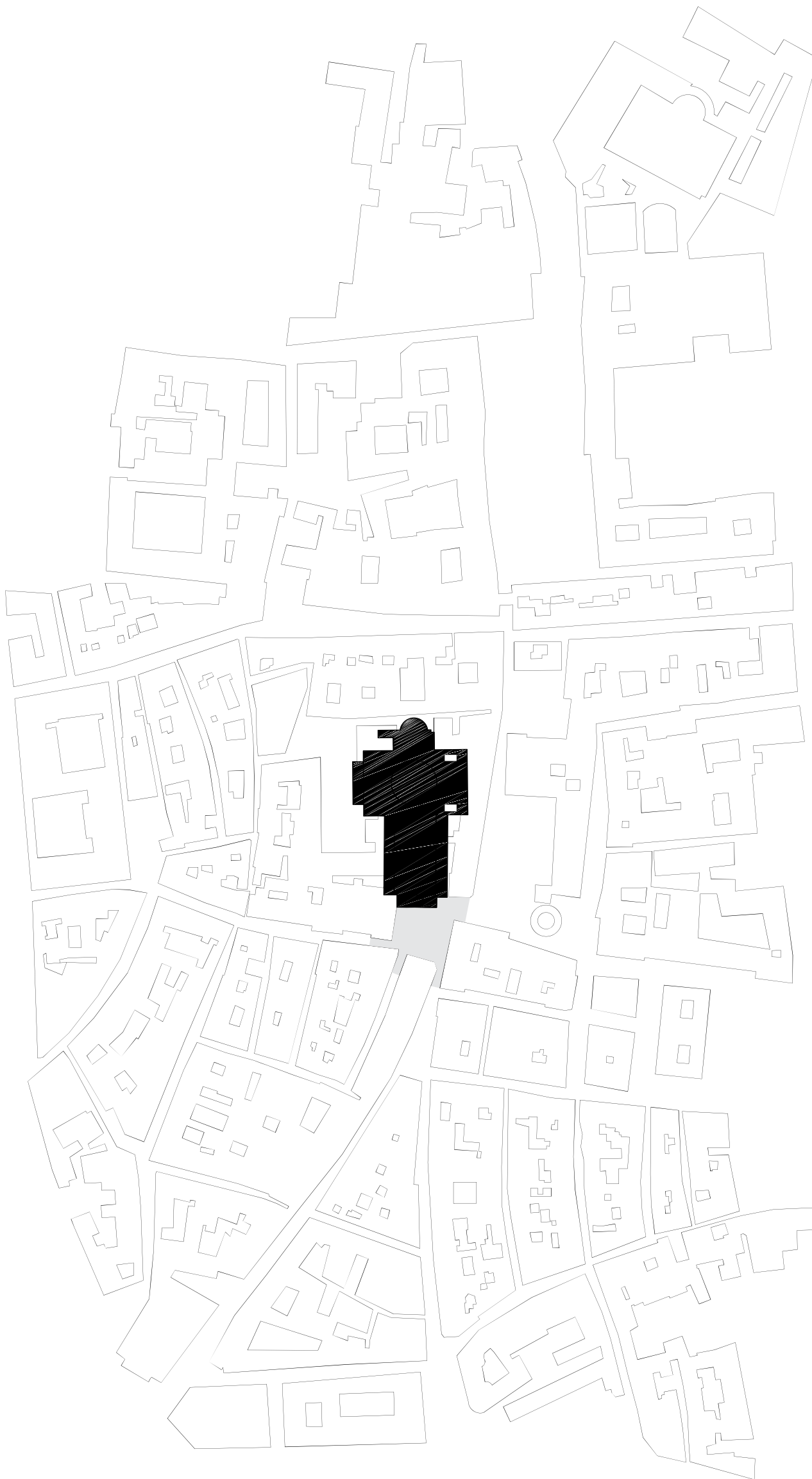
A fachada da Basílica de S. Andrea representa tal definição, pois funciona como uma espécie de tela, onde vemos estes princípios bastante presentes, e como uma introdução para o grande momento no seu interior. É assim composta por um grande arco triunfal no centro, ladeado por quatro pilastras coríntias de bases altas. Entre as várias pilastras, encontramos no piso térreo duas portas de acesso à igreja. No segundo piso, encontram-se dois nichos para esculturas e no terceiro, uma janela de cada lado. Sobre este “todo” assenta um frontão que nos remete para a antiguidade clássica. Esta mesma composição, mas a uma escala maior se repete no seu interior, onde “o arquiteto substitui a disposição tradicional de nave principal e naves laterais por uma série de capelas laterais que toam o lugar das naves laterais (...) tornam-se uma serie de centros menores que compunham a espaçosa nave recoberta por uma abobada de berço.”⁴⁸. Ou seja, através da fachada o arquiteto prepara-nos para o que vamos presenciar no interior do edifício. Isto é, apos um percurso ao longo de ruas estreitas e sinuosas, somos inesperadamente largados sobre um pequeno largo, onde atraves de um jogo de proporções que se relacionam com a escala humana e a escala da cidade, ou se destacam destas, somos assim conduzidos para um interior colossal, mas proporcional.

45. De re aedificatoria, - dez livros sobre os Tratados da arquitetura, do arquiteto Renascentista Leon Battista Alberti.

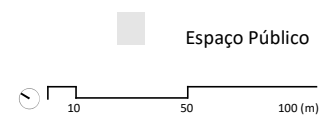
46. <https://dafne.pt/livro/leon-battista-alberti/>.

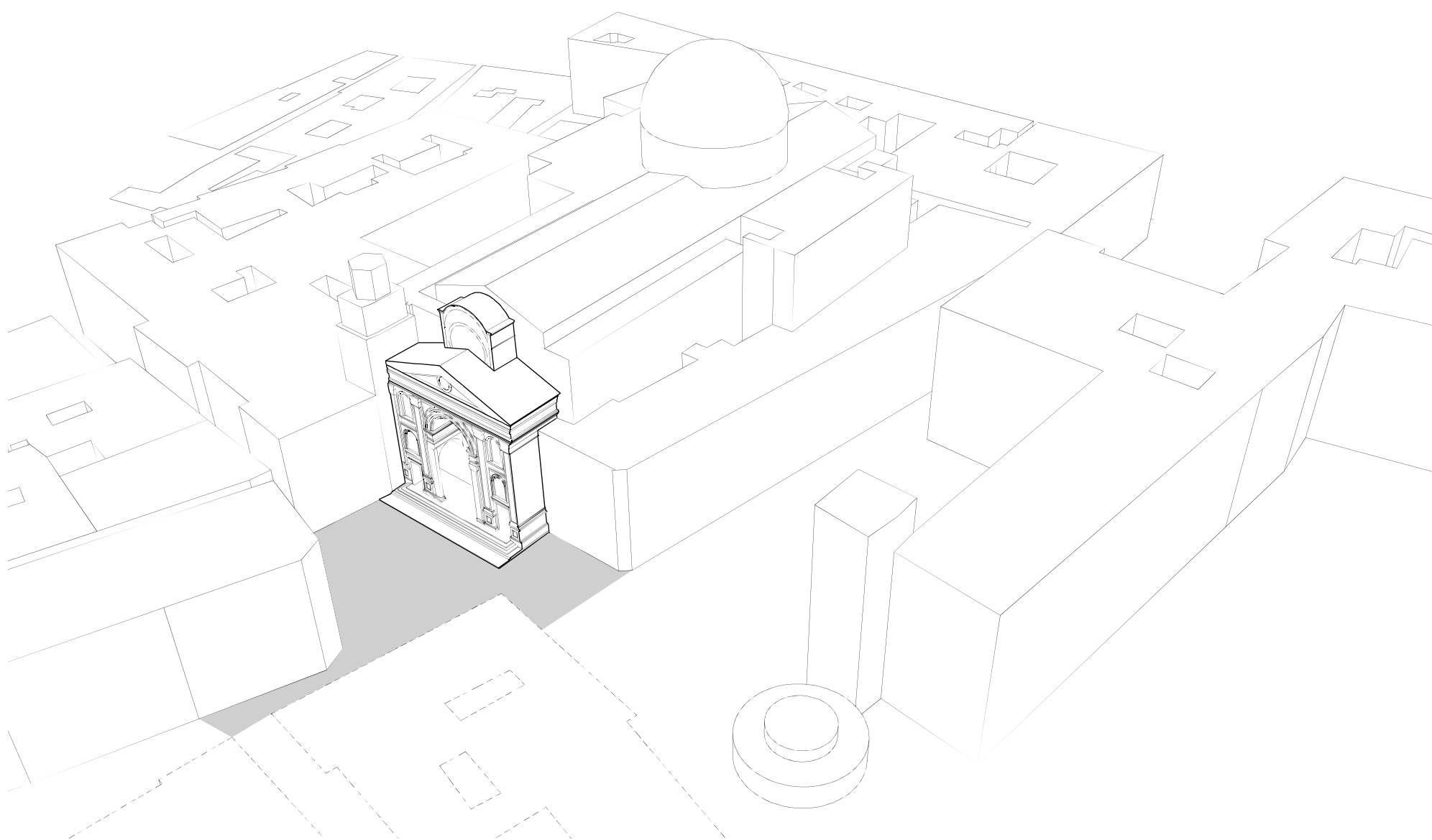
47. PEVSNEVER, N.; (2002) Panorama da Arquitetura Ocidental p.185.

48. PEVSNEVER, N.; (2002) Panorama da Arquitetura Ocidental p.187.

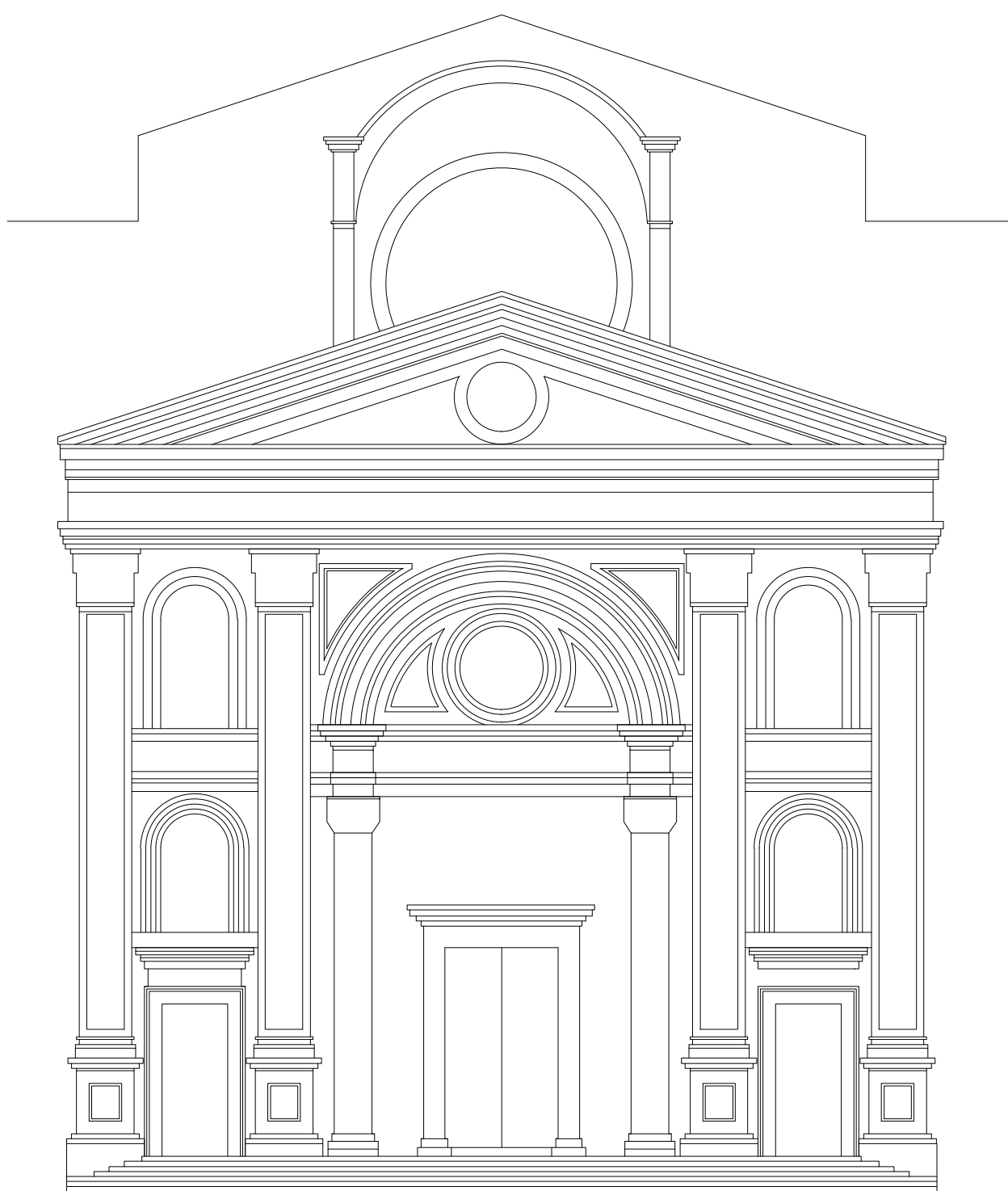


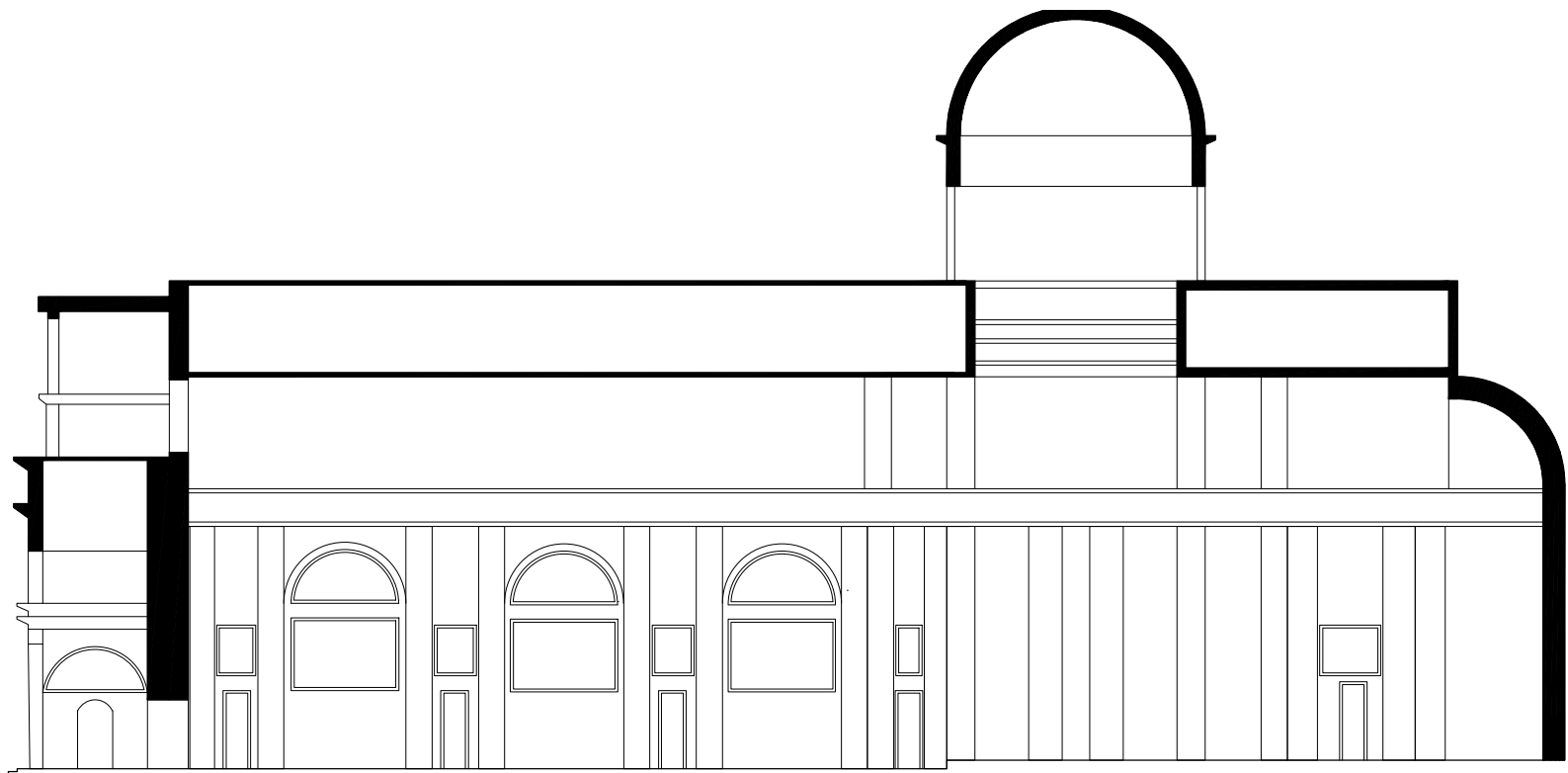
Planta de Localização



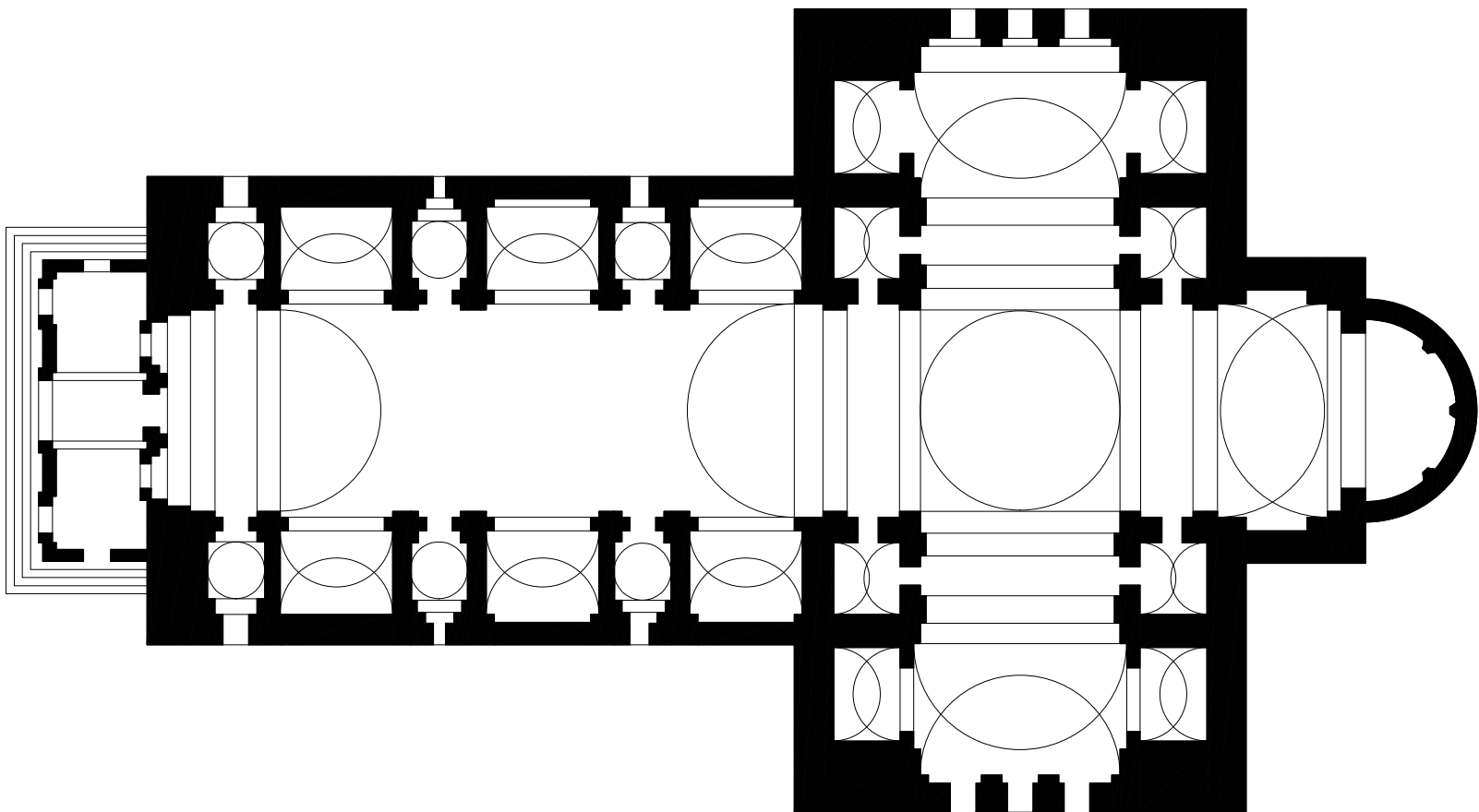
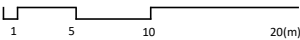


■ Espaço Público





Corte



Planta



Marvila - Farol

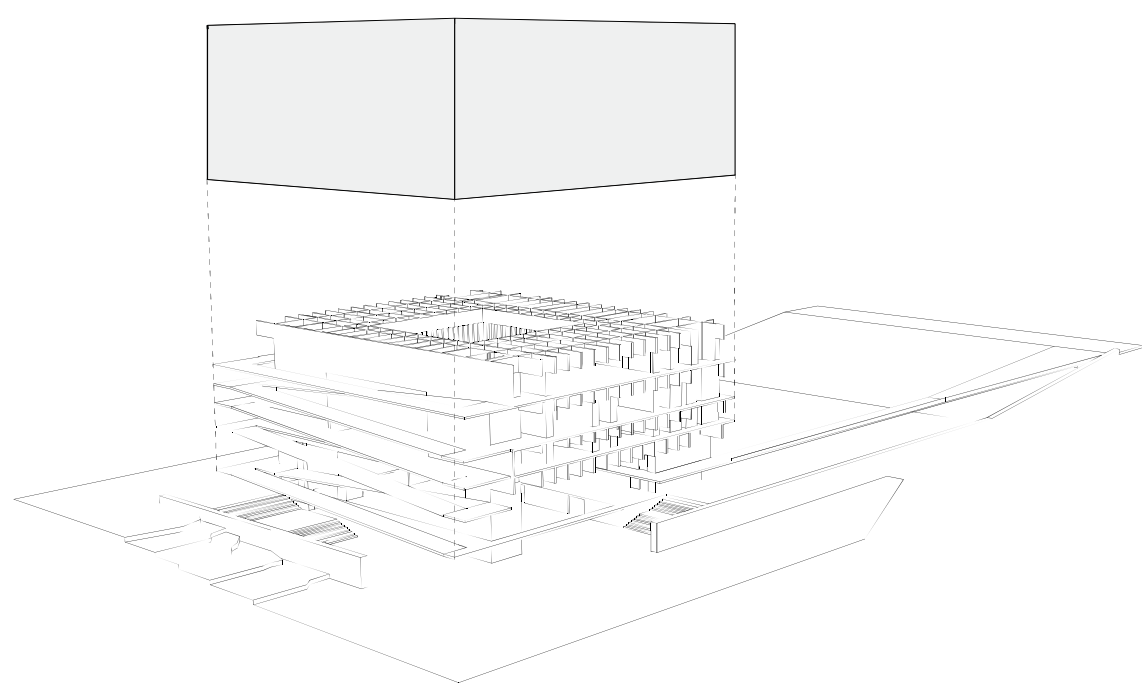
Face a um território bastante marcado por descontinuidades, escalas díspares, áreas desconexas e desequilibradas, são propostos dois edifícios com formas claras que pretendem contrapor a infor- midade desta área. Isto é, dois paralelepípedos que se constituem como dois faróis neste território.

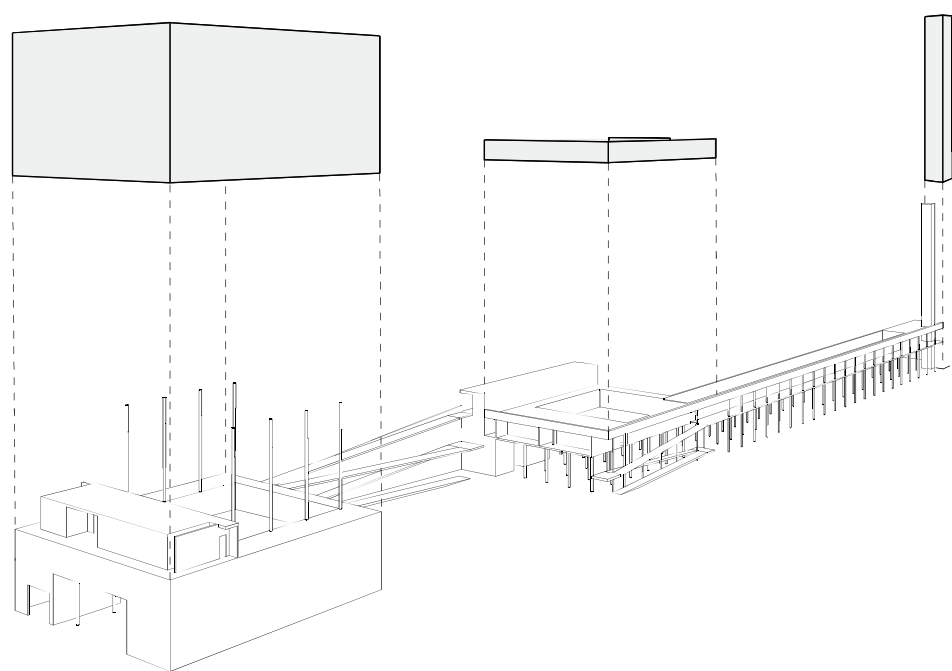
Pretende-se assim que tenham forma e volumetria iguais, mas com dimensões que se adaptem a sua envolvente direta. Estes en- contram-se elevados do pavimento, sendo assim estruturalmente compostos por pilares de betão que para além de permitirem uma maior permeabilidade espacial no piso térreo, dão também uma maior flexibilidade espacial para os restantes pisos.

No Edifício Palco, junto ao Palácio dos Alfinetes propõe-se um edi- fício de espaços mais articulados capazes de albergar as mais varia- das atividades, bem como um grande vazio, usado como espaço de atuações. O edifício é estruturalmente desenhado sobre 4 pilares que também funcionam como acessos verticais, (elevadores e es- cadas).

No edifícios d'Água, junto ao Geomonumento, propõe-se uma primeira estrutura composta por um grande espaço livre, onde encontramos a piscina de inverno. Devido à escala pretendi- da para o espaço e a sua funcionalidade, os seus apoios são de- senhados de modo que se dissolvam no espaço. São assim de- senhados 12 pilares, 6 de cada lado, com 30 cm de diâmetro.

A fachada dos dois edifícios é composta por um pano de vidro di- fuso, que procura trazer uma transparência e leveza a imponên- cia destas duas estruturas. Pretende-se que estas lentes durante o dia captem os diferentes qualidades de luz, e que durante a noite funcionem como dois faróis. Dois elementos que funcionem como referencias a escala do bairro, e como candeeiros a escala local, iluminando as varias praças.





Capitulo III

PARQUE

Imagem 46
Ponte de pedra em Olmsted Park, 1919, Emerald Necklace Conservancy/
Boston Public Library, publicado no artigo “The History Behind Boston’s
Treasured Emerald Necklace” em www.bostonmagazine.com.



.46

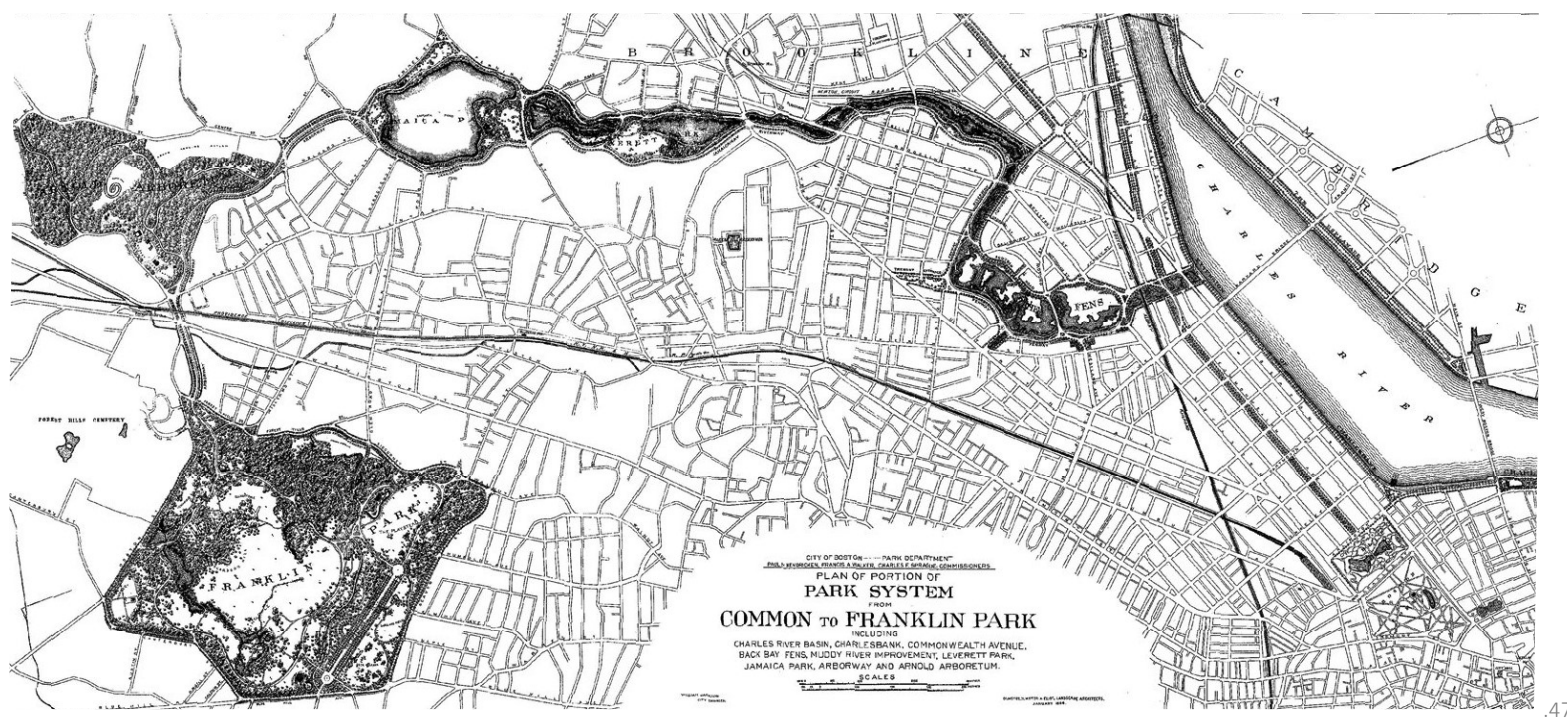
Como vimos até agora, a interligação e a articulação dos espaços públicos é fundamental para a requalificação do tecido urbano. Para tal, é igualmente importante perceber quais os elementos hoje presentes neste território, capazes de potencializar estes princípios. Exemplos como "O colar de Esmeraldas" em Boston, Img. 47 que se baseava na junção de vários parques, afim de tornar as áreas adjacentes à cidade mais próximas através de corredores verdes, e pela grande diversidade de áreas que estes parques ofereciam.

Assim o Corredor Verde Oriental, torna-se num dos elementos-chave para a estratégia que propomos, pois, irá potenciar a continuidade que necessitamos para a cidade de Lisboa, bem como preservar a identidade e os valores associados ao território. Trata-se de uma rede de parques e de espaços verdes que se desenvolvem no Concelho de Lisboa, sobre as freguesias do Beato, Marvila, Areeiro e Alvalade. Este sistema é composto por: Parque do Vale da Montanha, Parque Hortícola do Vale de Chelas, Parque Urbano da Bela Vista, Parque do Vale Fundão, Parque da Quinta das Flores e o Parque Ribeirinho Oriente. Estes espaços verdes surgem com a premissa de colmatarem a falta de espaços verdes urbanos, capazes de resgatar a biodiversidade de animais e plantas, característicos da zona, bem como introduzir novas estratégias ecológicas e sustentáveis, aliados a estruturas lúdicas e recreativas, área em que a nossa estratégia se insere.

Como vimos anteriormente, os vários planos projetados para a zona de Marvila tentaram sempre resgatar uma relação socio-espacial outrora importante para o dinamismo desta área. Acreditamos que a estratégia do Corredor Verde Oriental responde a essa premissa, potenciando as ligações envolventes com Marvila.

Imagem 47
Referencia ao parque - Plan of Portion of Park System from Common to Franklin Park, National Park Service Olmsted Archive

Mapa 6
Localização, Mapa de Lisboa, Escala 1: 25000.
(O mapa é uma reelaboração gráfica, do autor, de uma obra produzida por Inês Lobo Arquitectos.)





Mapa 4



Corredor Verde Oriental

Parques de Lisboa

🕒 Escala: 1/25000

A nossa estratégia pretende, através de uma relação simbiótica com o corredor verde, criar dois polos temáticos de carácter polivalente responsáveis por responder às necessidades à escala do concelho, como também se pretende que sejam os elementos-chave na resolução e dinamização à escala local em termos de circulação e socialização.

Esta hipótese de projeto parte de uma análise ao lugar, dos seus vazios e das suas potencialidades, como também do território em si, da morfologia e da circulação. Este processo permitiu responder a algumas necessidades de desenho urbano.

Localizados a diferentes cotas, um sobre o planalto junto ao antigo Palácio da Quinta dos Alfinetes, e outro na cota baixa sobre o quarteirão que inclui o Geomonumento, estes dois edifícios encontram-se estrategicamente posicionados sobre a antiga Azinhaga dos Alfinetes. Nos diagramas 3 e 4 que se seguem são identificados sobre a área de intervenção os equipamentos existentes a manter tais como os novos elementos propostos, respetivamente.

São ainda identificados os elementos morfológicos mais marcantes do território, tais como o Geomonumento e as linhas férreas.

Percebemos como o local é estruturado por um conjunto de equipamentos públicos como a biblioteca, a escola, os campos de futebol, estruturas estas tidas em consideração no processo do projeto, pois pretende-se que estes edifícios sejam integrados no programa dos dois novos centros, e que se tornem peças fundamentais na geração de dinâmicas sociais. Por outro lado, e de modo a criar áreas de maior afluência pedestre, são desativadas algumas ruas. O último elemento que se quer introduzir sobre a área de intervenção, consiste numa grande malha verde responsável pela ligação ao corredor verde oriental.

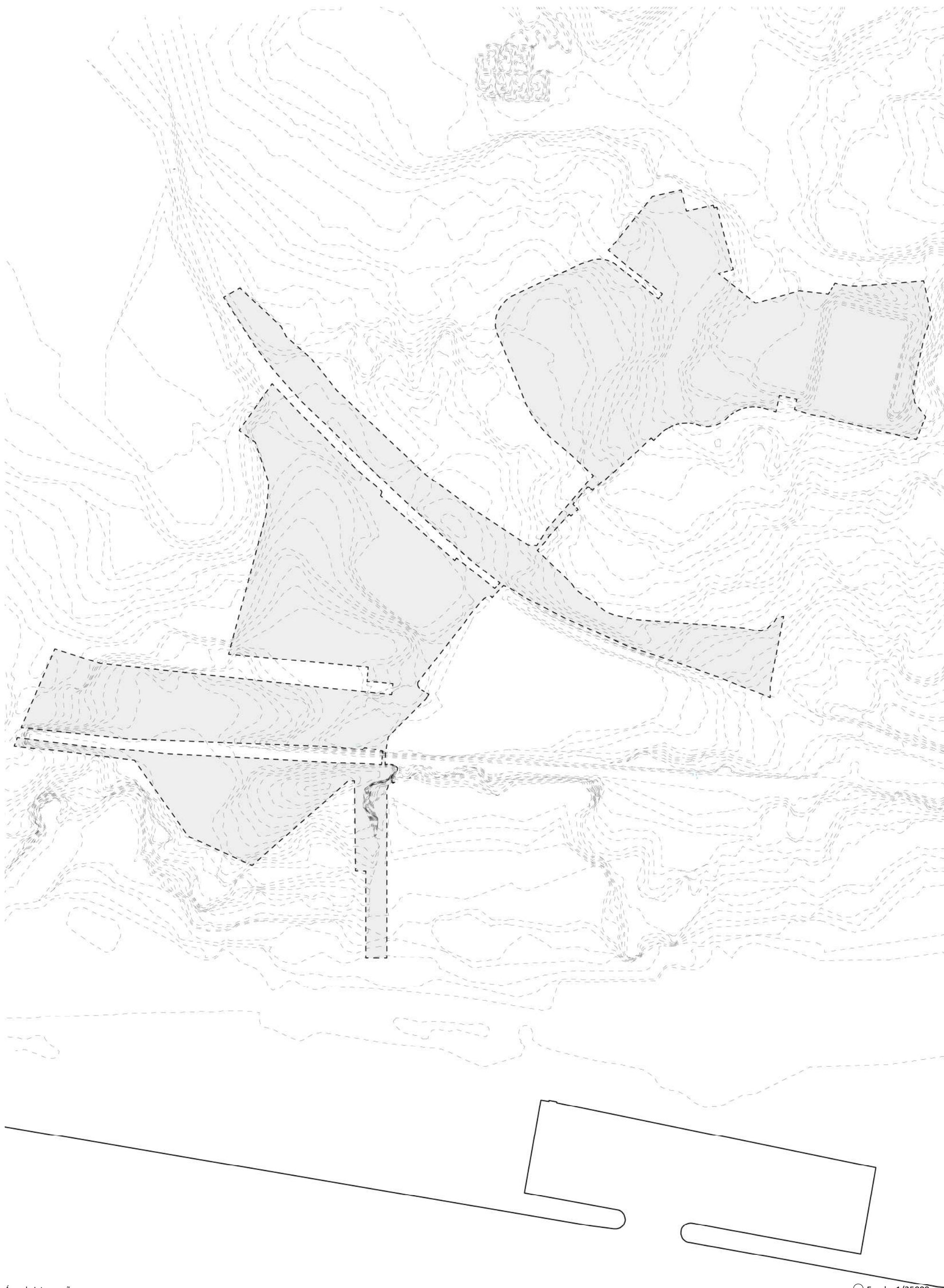
Deste modo o projeto para Marvila procura evidenciar todas as potencialidades do local em que se insere, procurando envolver na solução os principais temas como a topografia, a diferenciação dos espaços públicos da habitação coletiva.

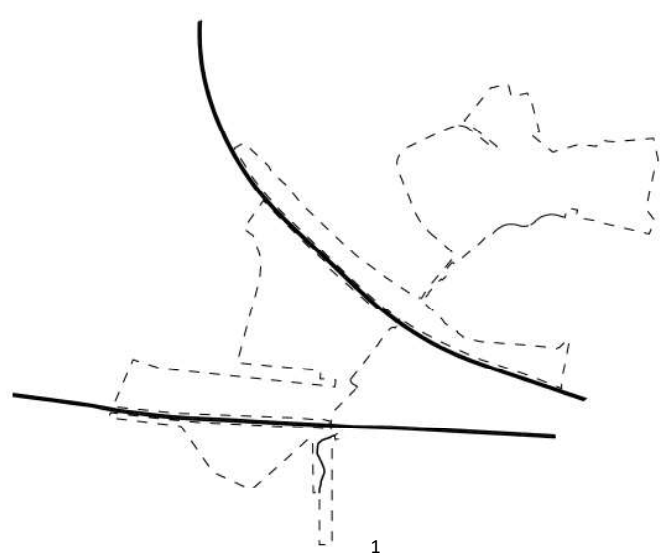
Mapa 7
Localização, Mapa de Lisboa, Escala 1: 10000.
(O mapa é uma reelaboração gráfica, do autor, de uma obra produzida por Inês Lobo Arquitectos.)



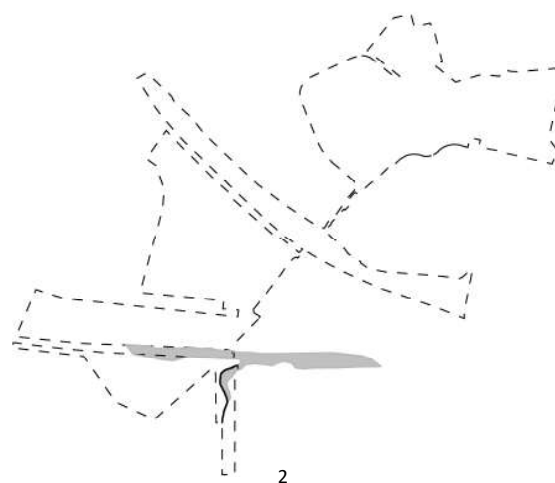
Mapa 5

Escala: 1/10000

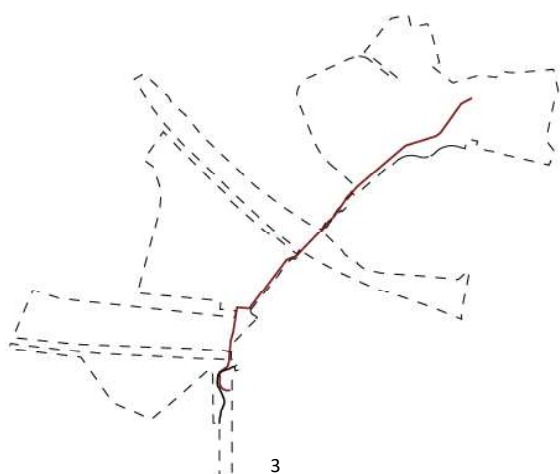




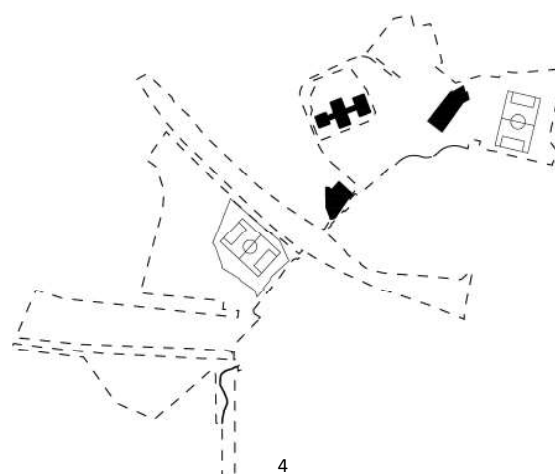
1



2



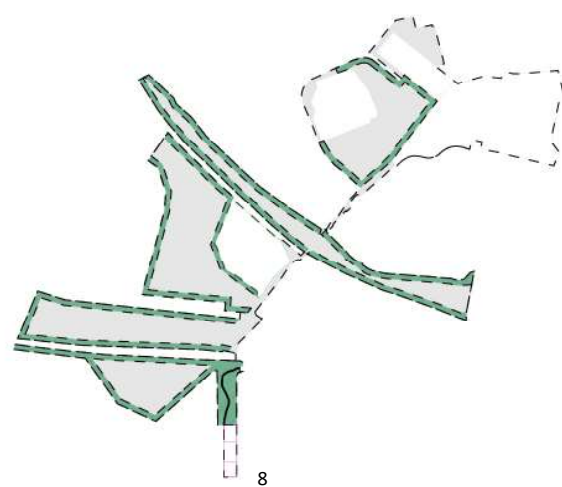
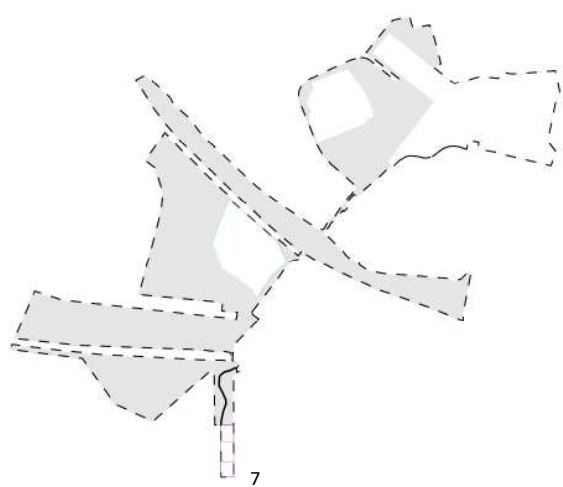
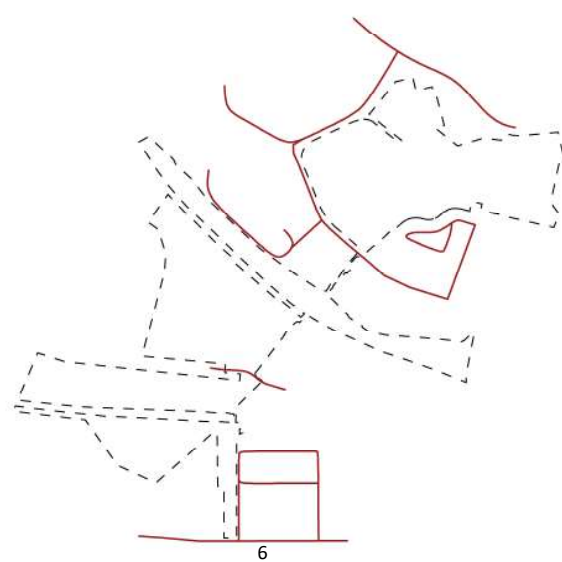
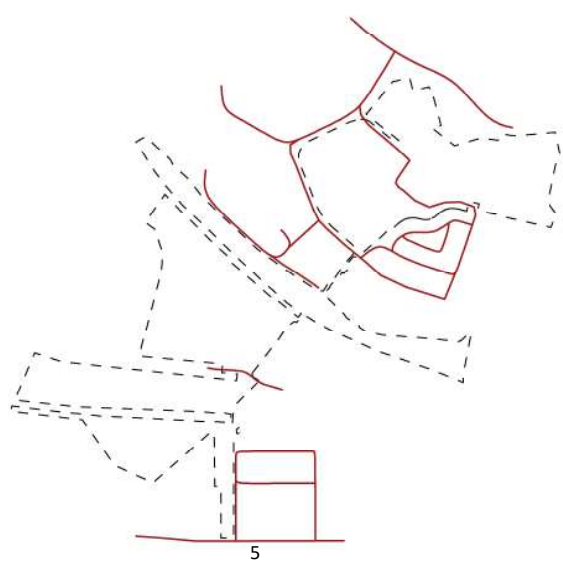
3



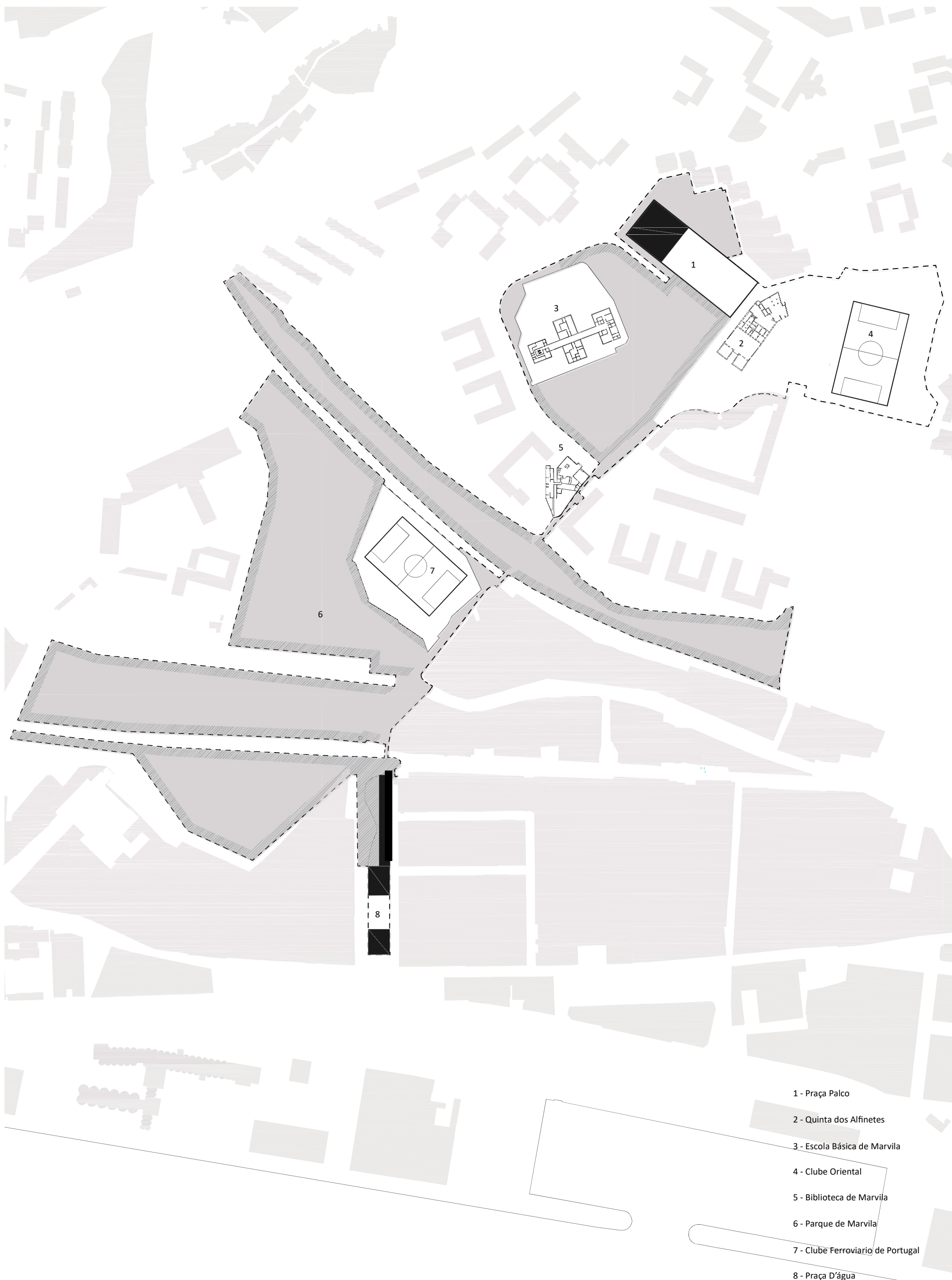
4

Diagrama de elementos

- 1- Linhas de comboio
- 2 - Geomonumento
- 3 - Azinhaga dos Alfinetes
- 4 - Equipamentos Públicos



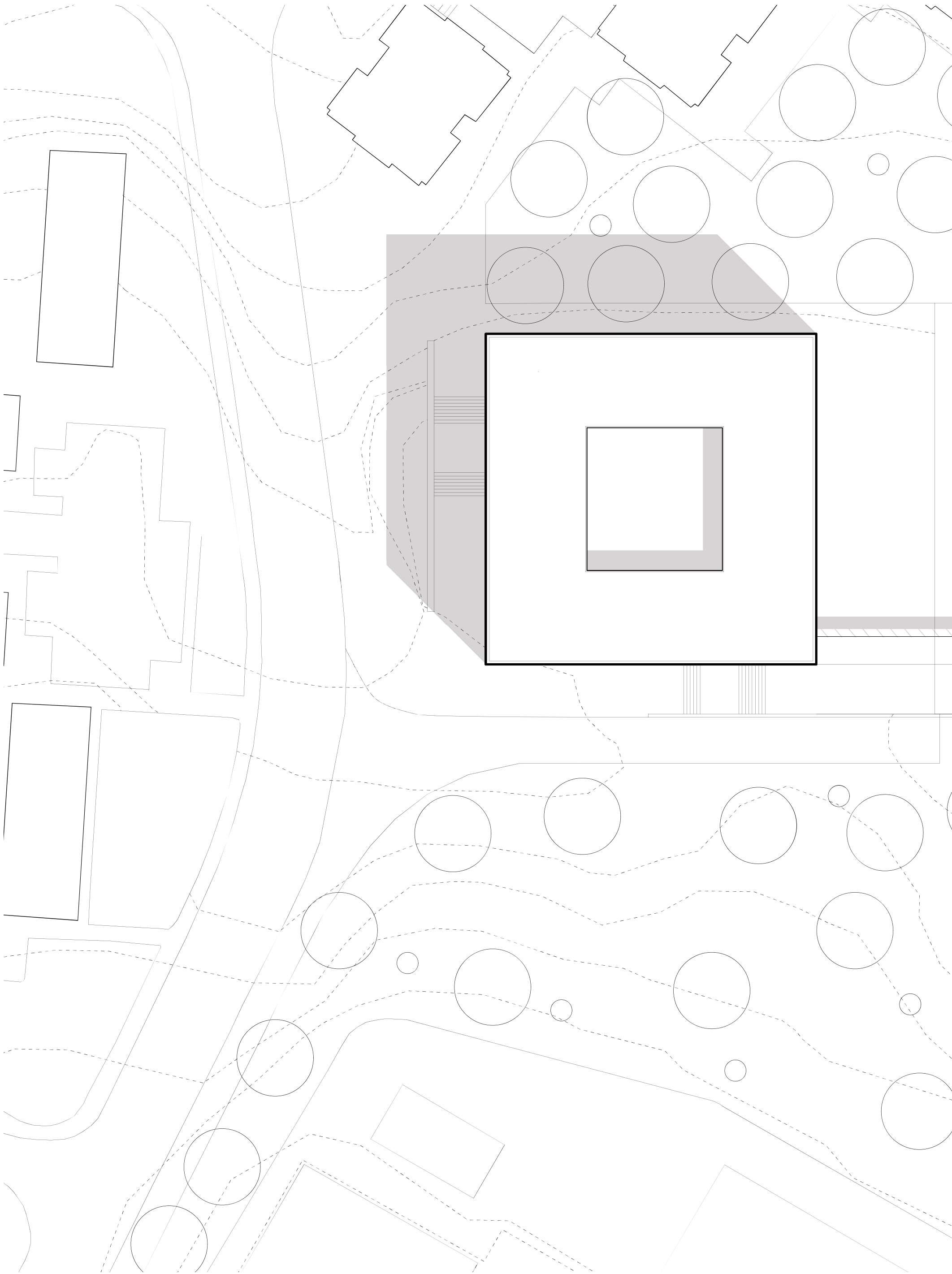
- 5 - Rede viária existente
- 6 - Rede viária proposto
- 7 - Parque de Marvila
- 8 - Corredor arbóreo



- 1 - Praça Palco
- 2 - Quinta dos Alfinetes
- 3 - Escola Básica de Marvila
- 4 - Clube Oriental
- 5 - Biblioteca de Marvila
- 6 - Parque de Marvila
- 7 - Clube Ferroviário de Portugal
- 8 - Praça D'água

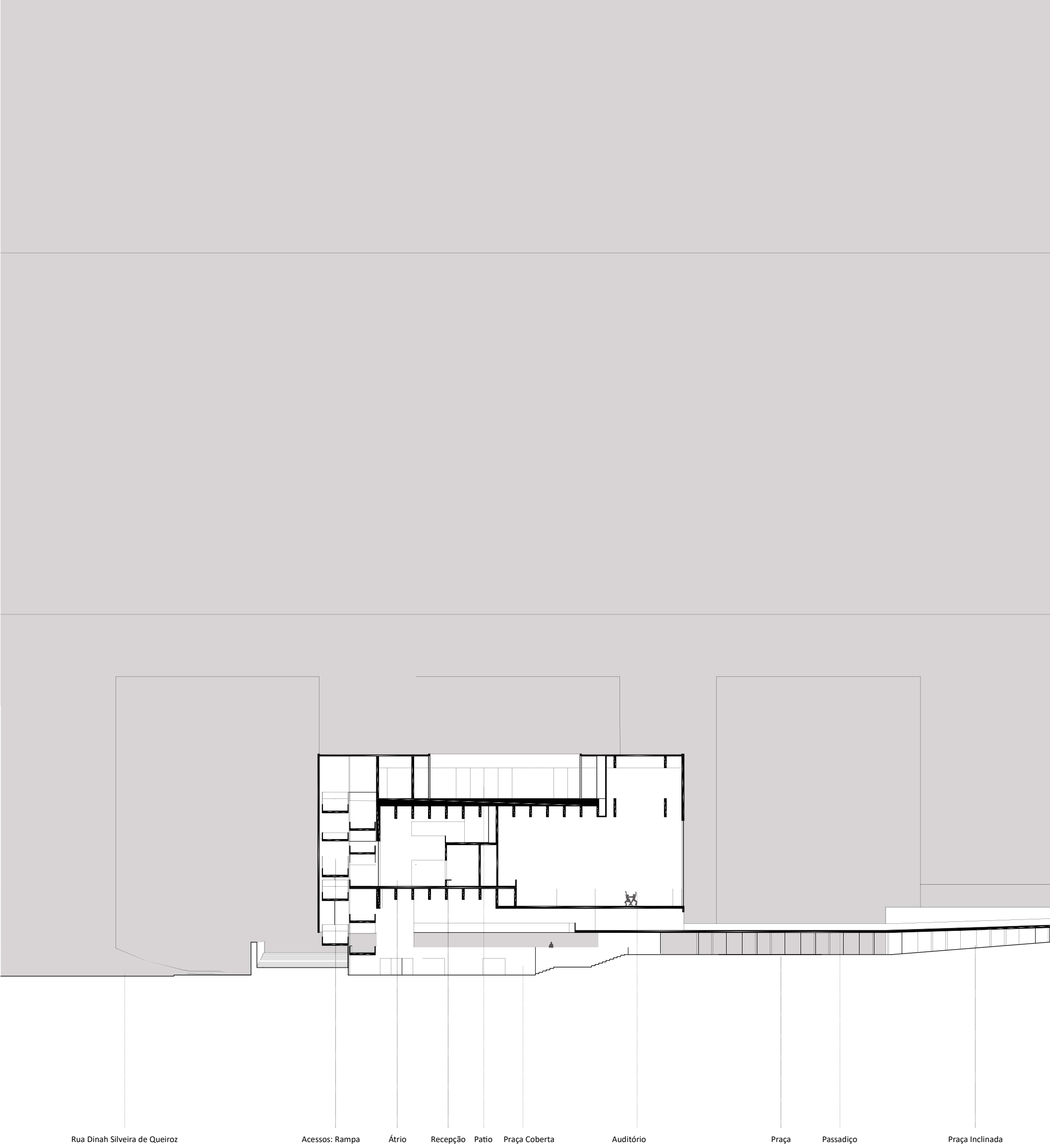
PRAÇA PALCO

O edifício Palco, localiza-se na cota superior e é composto por uma praça e por um auditório. A sua praça, tripartida, é responsável pela ligação entre a Quinta dos Alfinetes e a cota baixa do terreno. O edifício consiste num paralelepípedo de 50x50x27(m) com 6 pisos. No piso térreo prevê-se uma zona de lojas e restauração, nos pisos 2 e 3 encontramos um conjunto de passadiços e corredores responsáveis pelas ligações e articulações entre as diferentes cotas do terreno. O acesso ao grande auditório é feito pelo piso 4, cercado por um conjunto de salas de aulas, de ensaio e camarins, que se repetem sobre o piso 5. O piso 6, ultimo piso, é composto por um grande patio central, que separa a área de exposições da cafetaria. Do ponto de vista construtivo, o edificio é composto por dois elementos fundamentais na sua idealização. A sua fachada é constituída por um sistema de paredes de vidro difuso (Bendheim Channel Glass), capaz de atingir grandes proporções sem juntas. Em contrapartida, o seu interior, isto é, estruturalmente, o edifício é constituído maioritariamente por betão armado. Procurou-se trazer para o seu interior lembranças de um passado industrial e a afirmação de um novo marco para a zona através de uma arquitetura expressiva, de paredes e vigas em betão a vista.



Planta de Localização





Rua Dinah Silveira de Queiroz

Acessos: Rampa

Átrio

Recepção

Patio

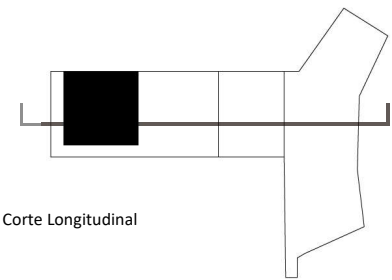
Praça Coberta

Auditório

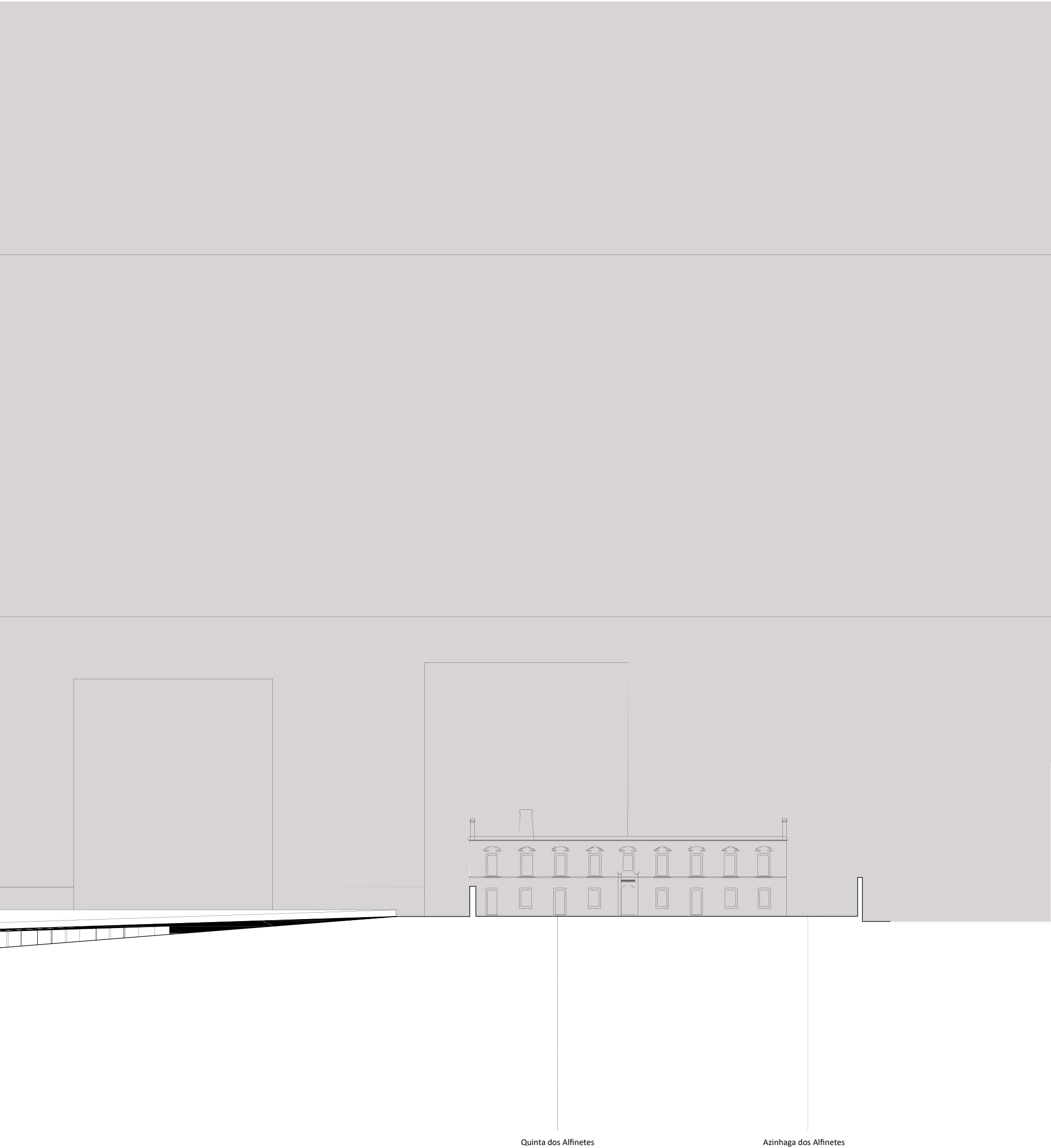
Praça

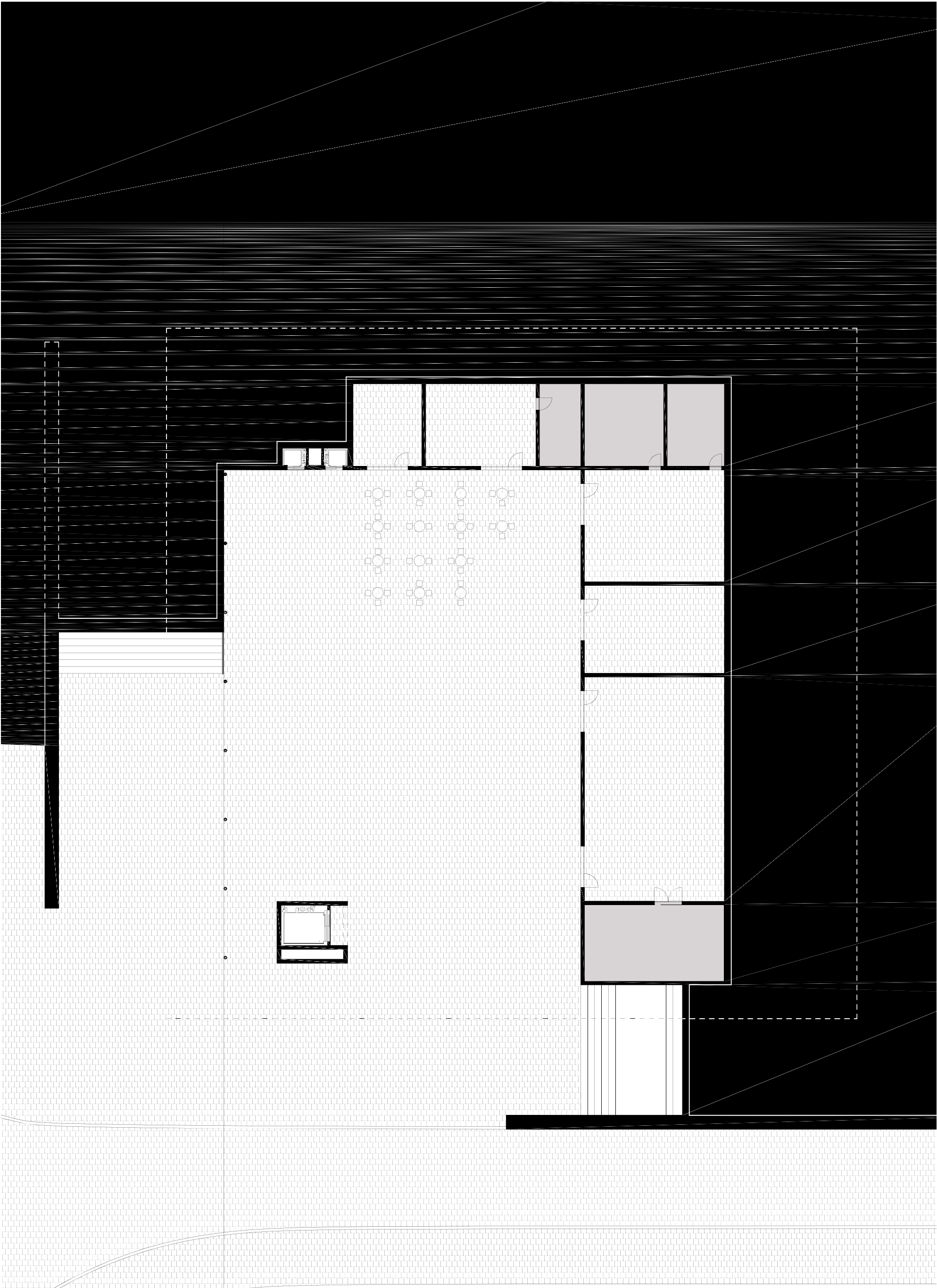
Passadiço

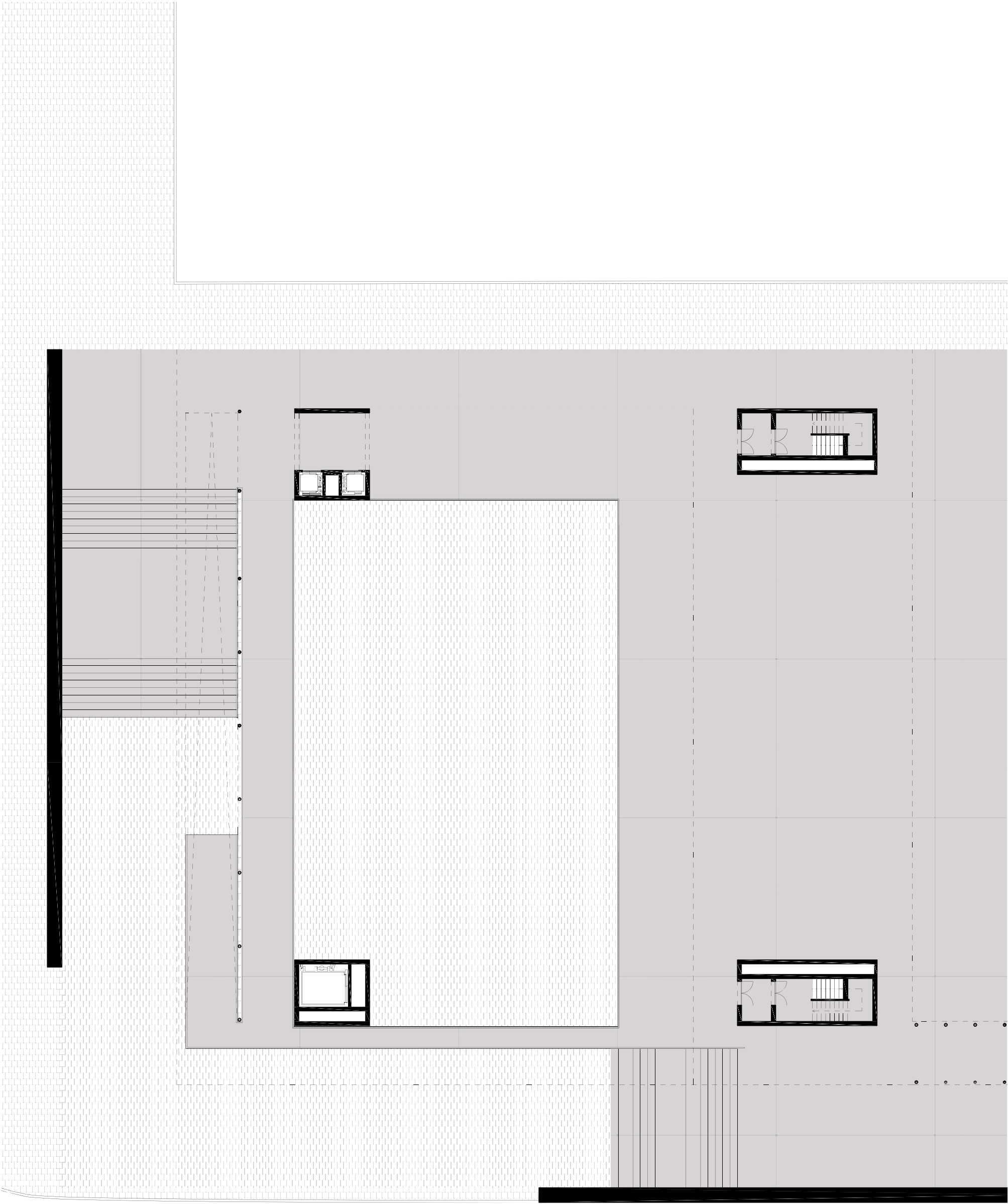
Praça Inclinada

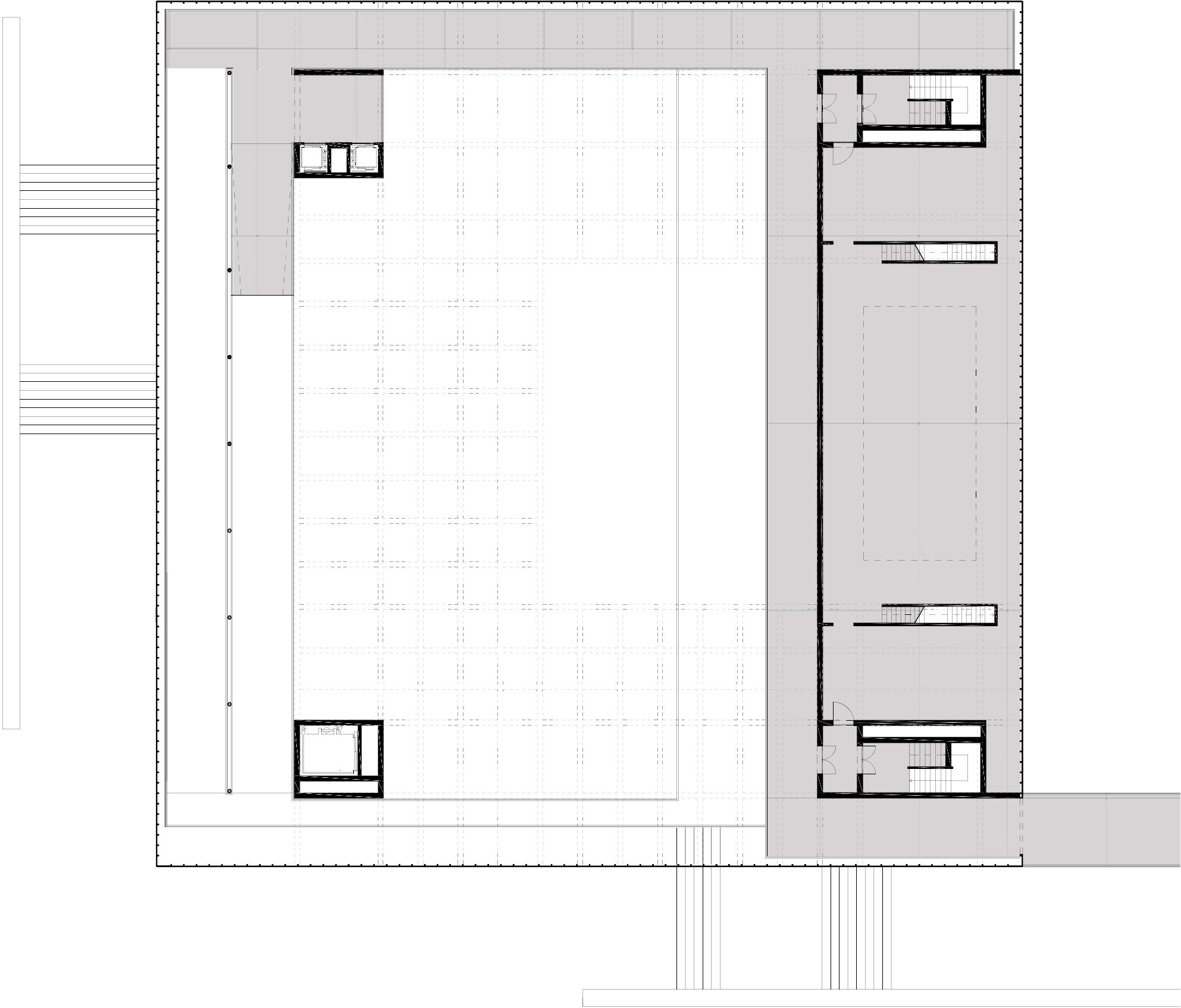


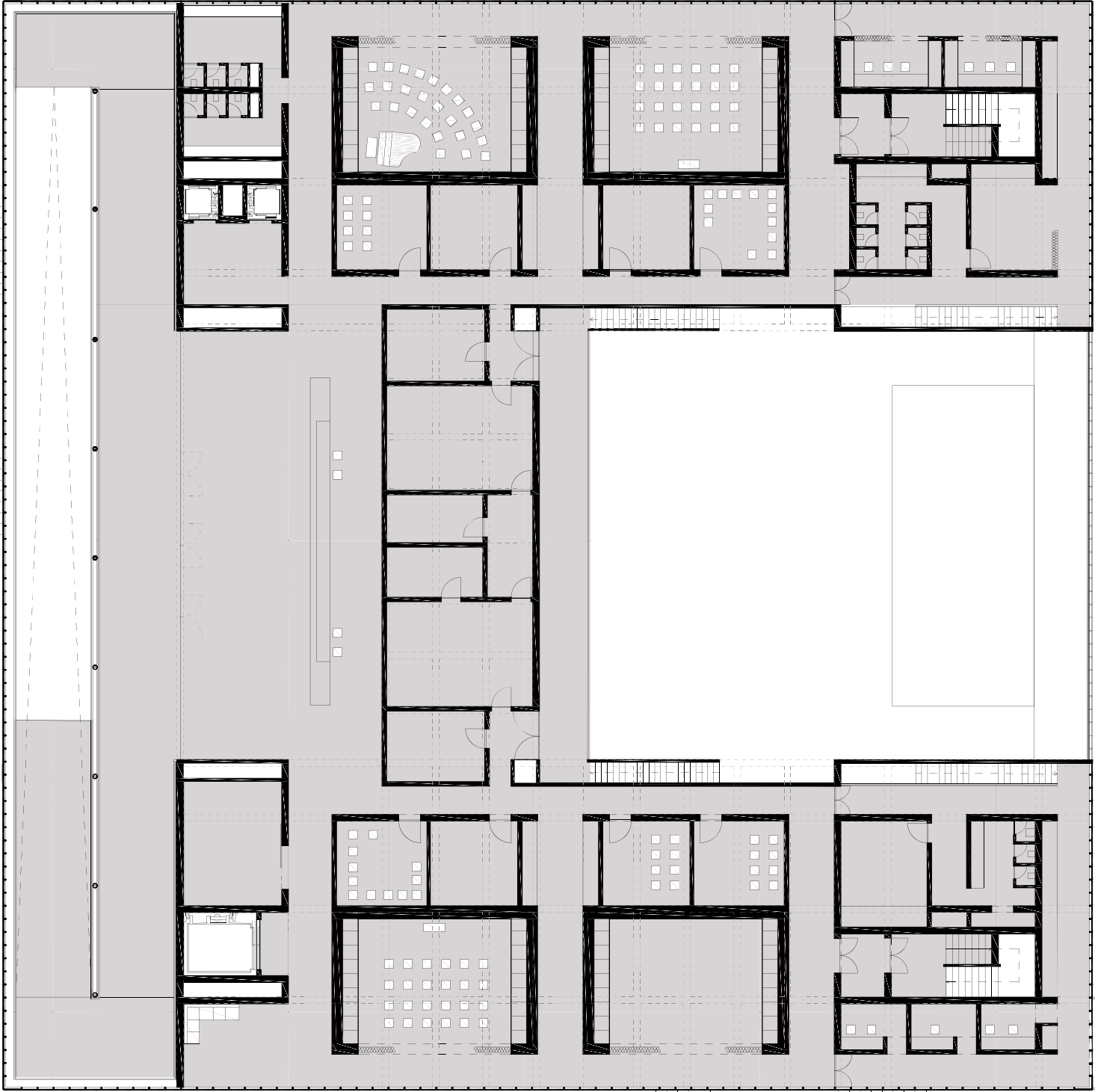
Corte Longitudinal

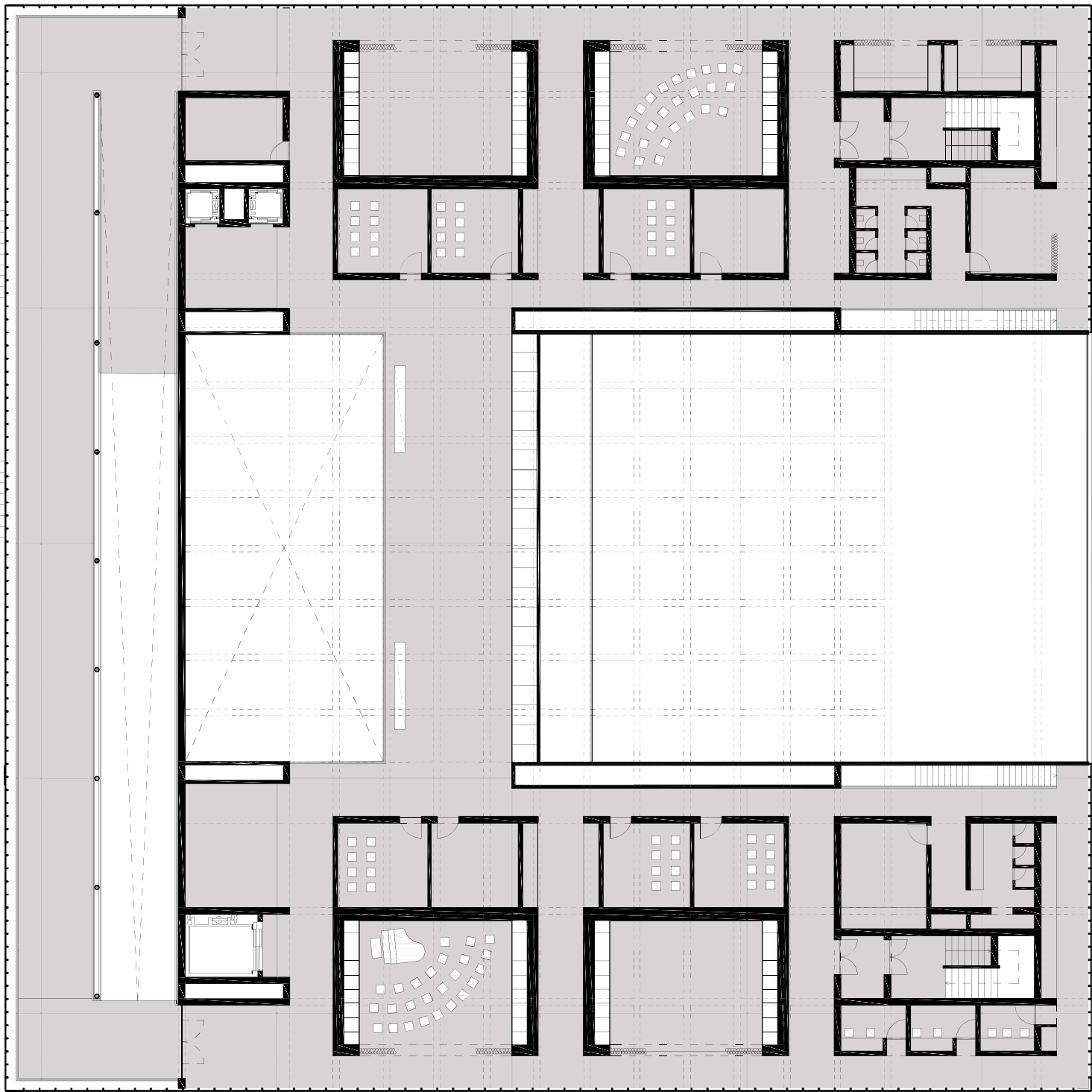


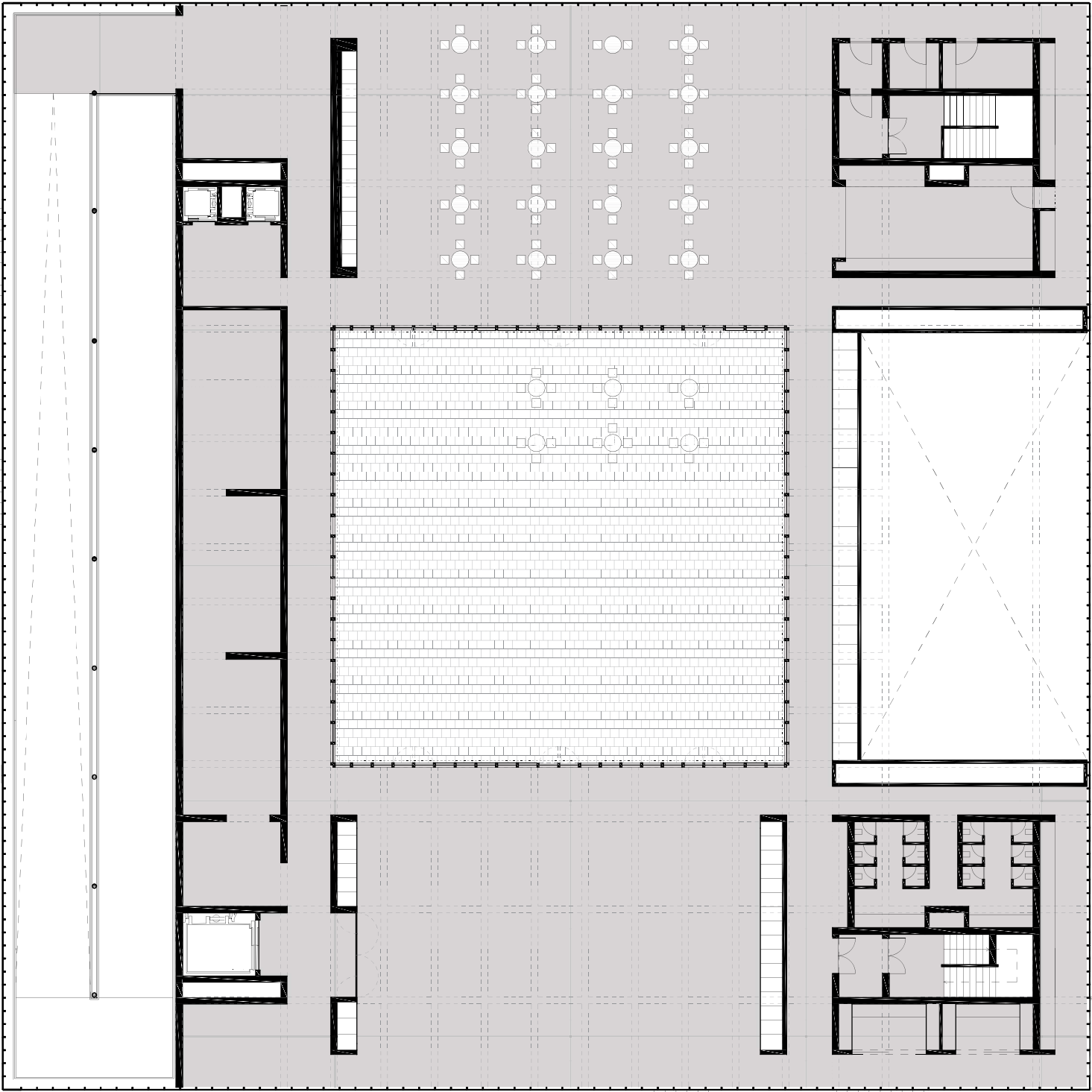


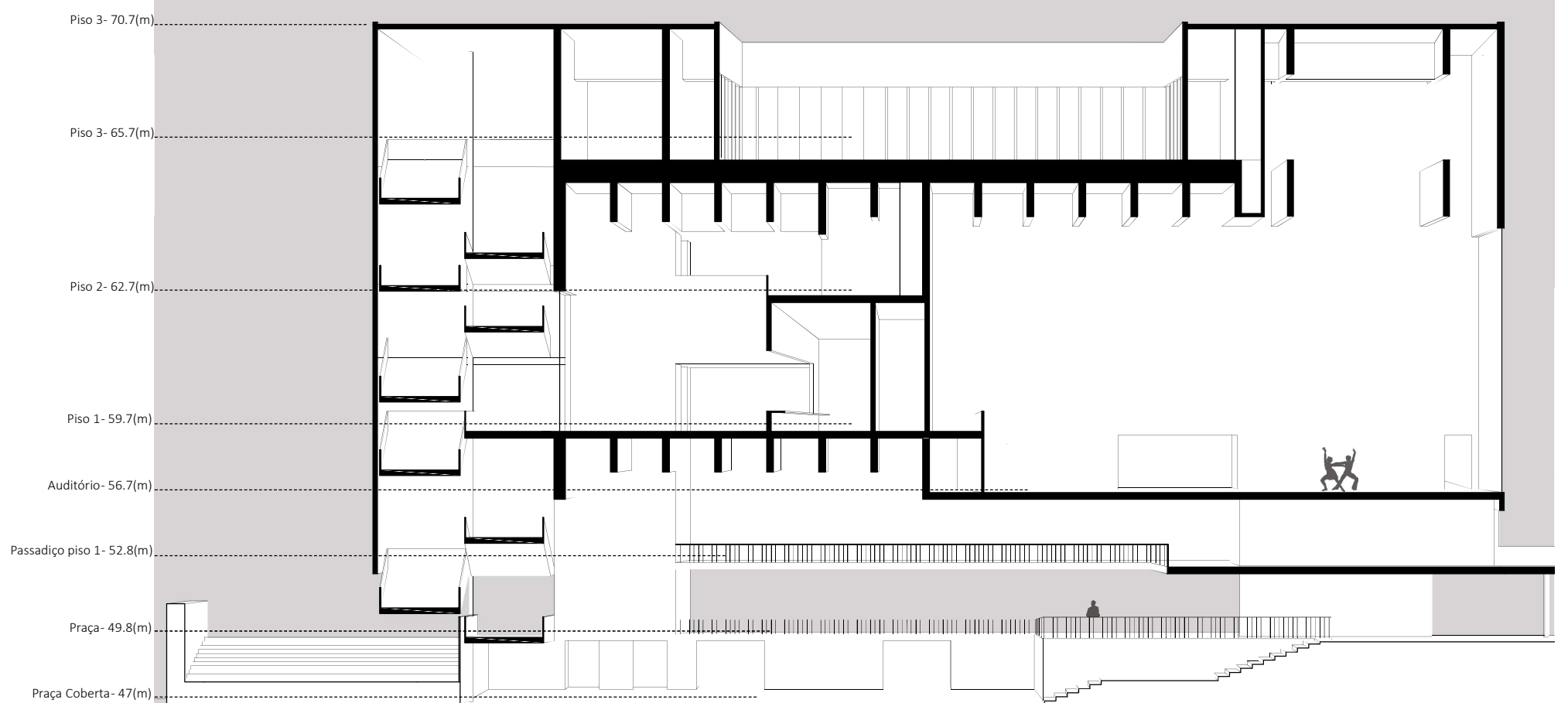


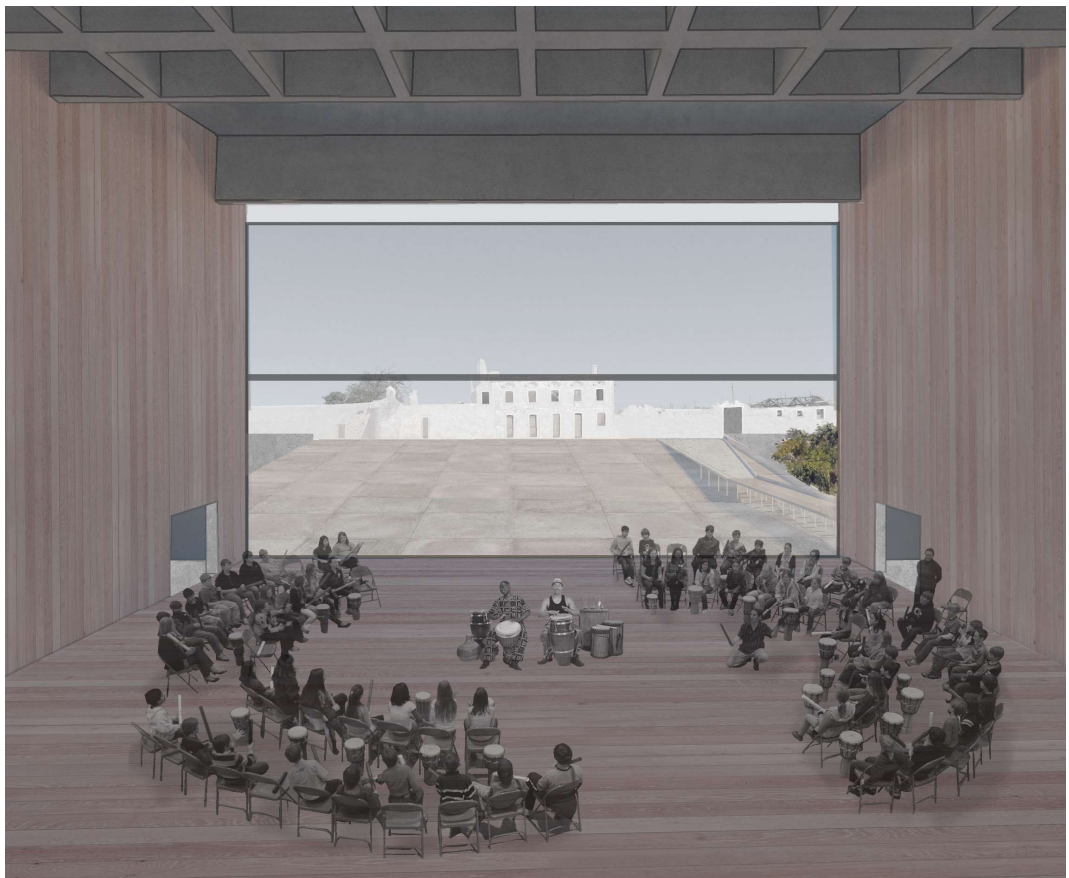










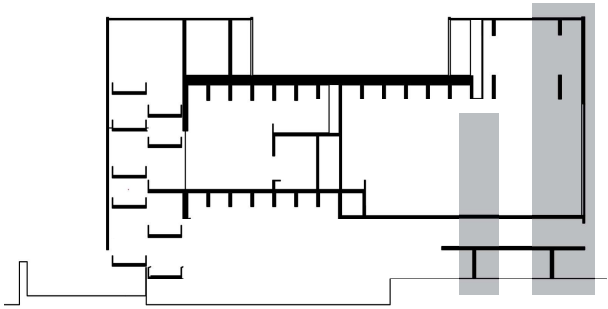


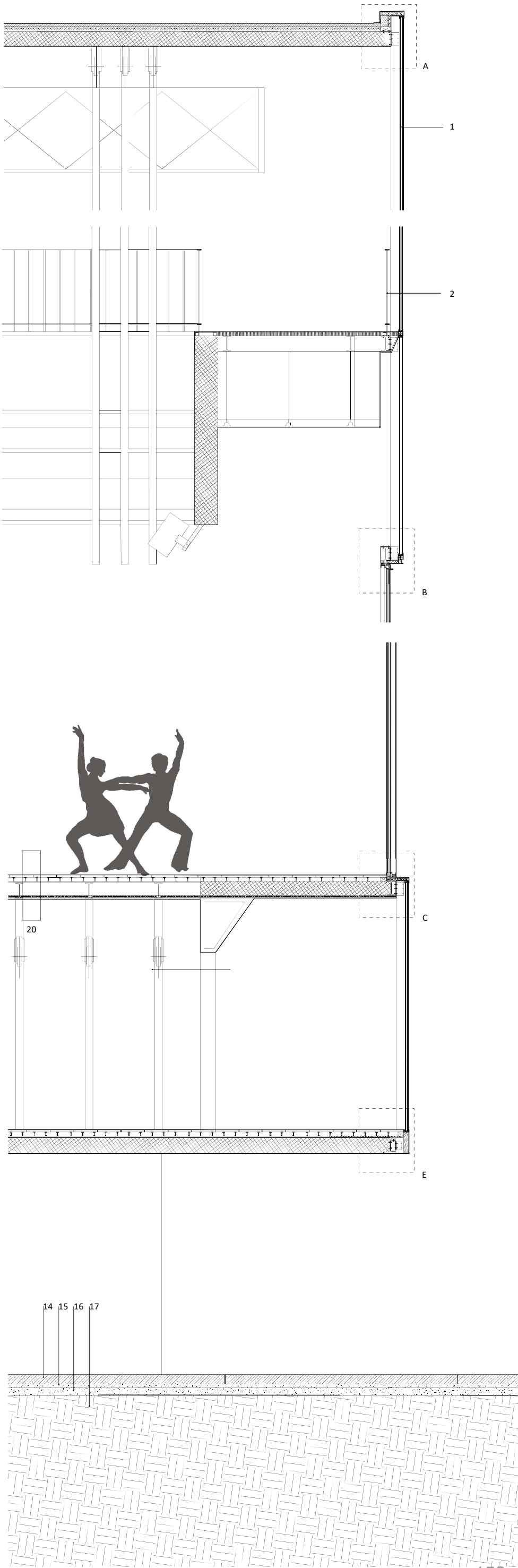
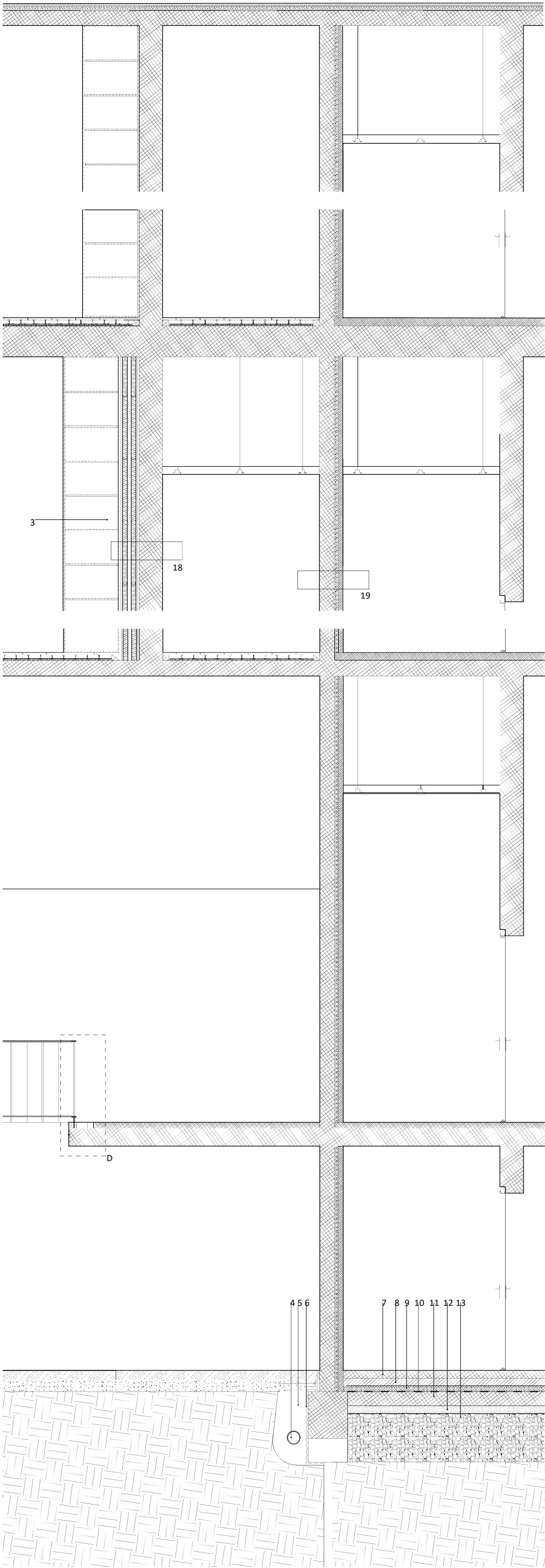




EDIFÍCIO PALCO - CORTE CONSTRUTIVO - ESCALA 1:20

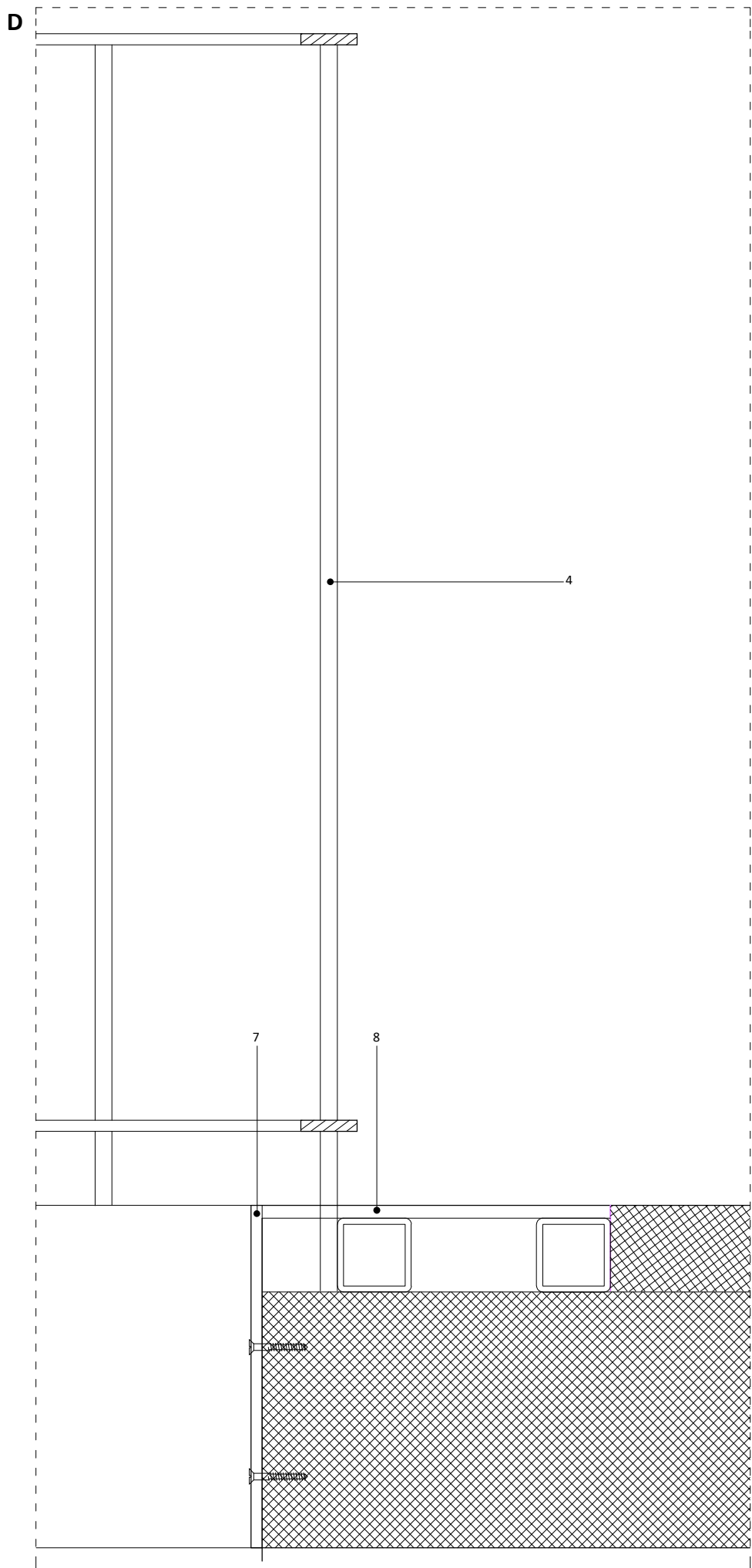
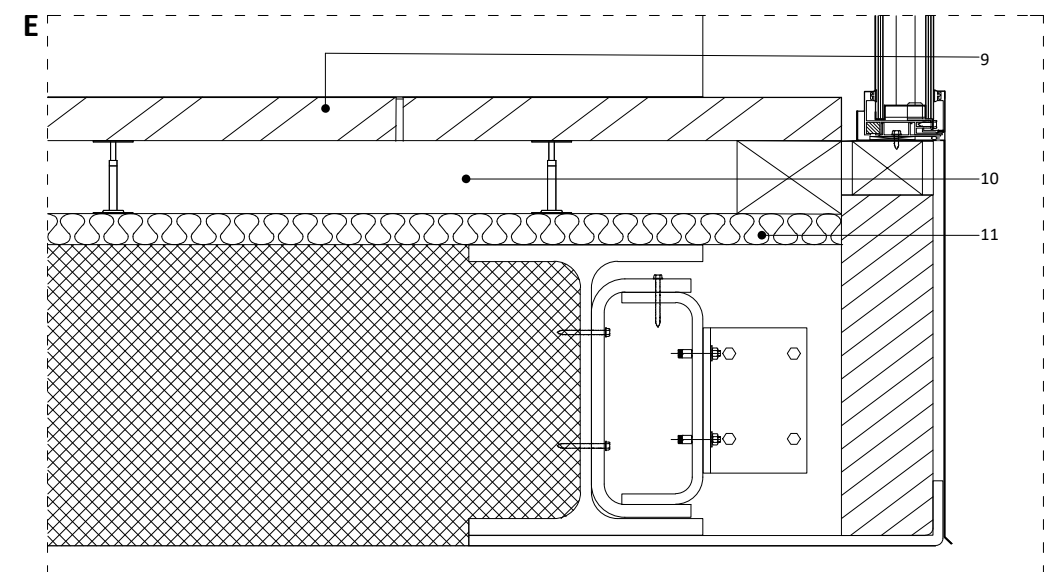
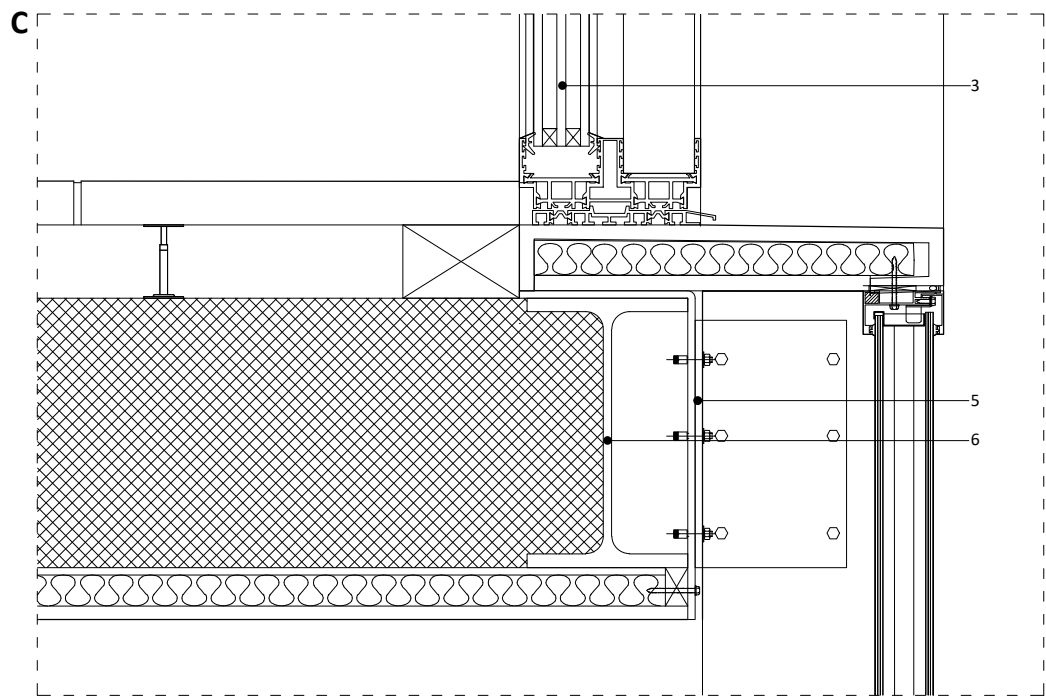
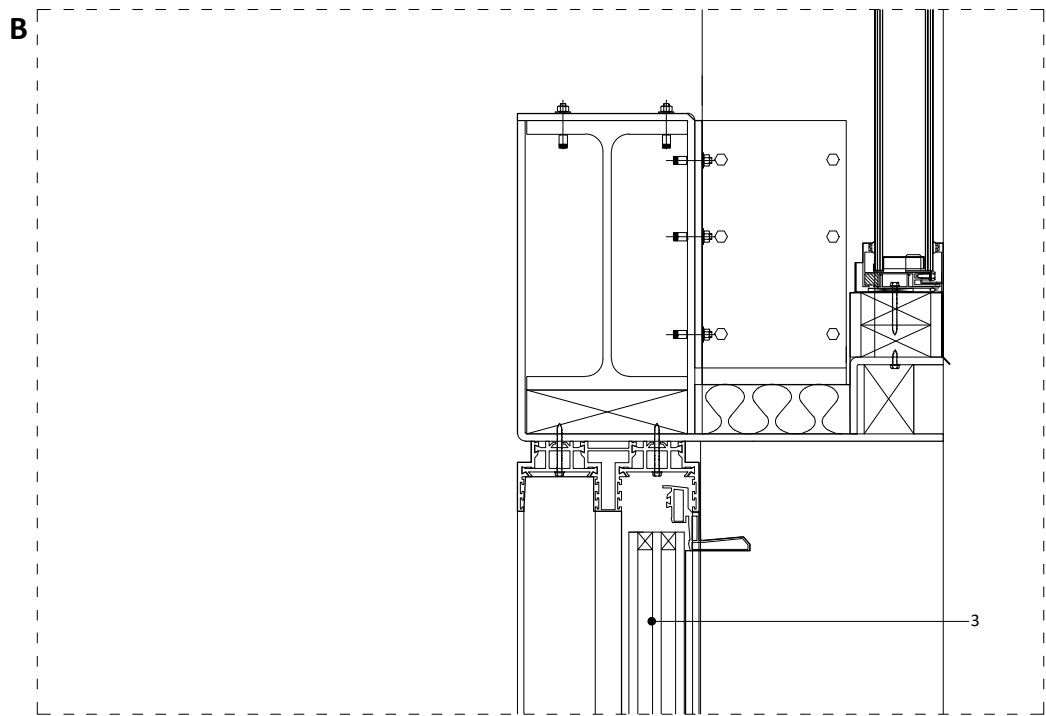
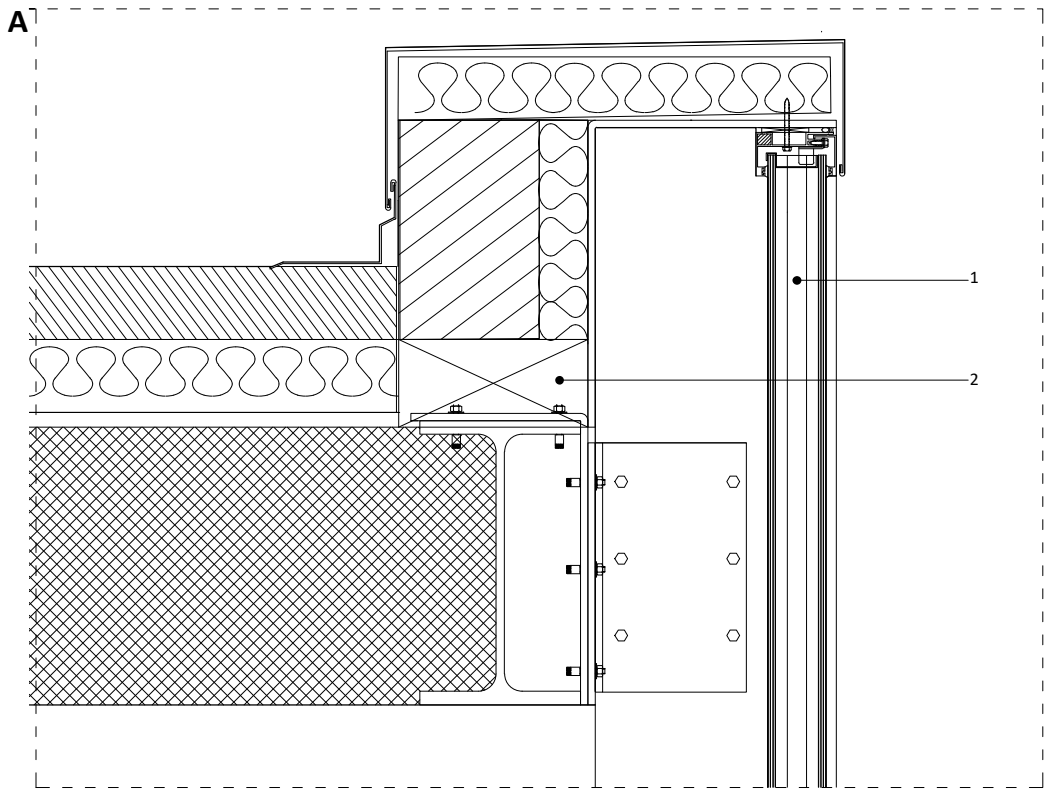
- 1- Janela guilhotina Panoramah 38
- 2- Guarda em aço, 1 cm de secção, chumbada ao pavimento.
- 3- Armário em mdf.
- 4- Geodreno
- 5- Cone de Brita
- 6- Manta Geotextil
- 7- Camada de betão Unipiso 10cm
- 8- Camada de betonilha leve 10cm
- 9- Isolamento térmico 8cm de espessura
- 10- Manta geotextil
- 11- Camada de betonilha de enchimento 20cm
- 12- Camada de brita 10cm
- 13- Camada de brita 60cm
- 14- Betão tipo "Secil-Unipiso" 12cm de espessura
- 15- Brita compactada 5cm de espessura
- 16- Brita compactada 10cm de espessura
- 17- Solo natural compactado
- 18- Estrutura- Parede em betão com 30cm espessura- Isolamento termoacústico- Parede dupla em gesso cartonado 25cm de espessura com dupla camada de lã e 5cm de caixa de ar.
- 19- Camada protetora- Pavimento em ripado de madeira com 3cm de espessura| Estrutura- Calços de apoio| Barreira de vapor 1cm| Estrutura- Perfis metálicos I 20cm de altura | Isolamento térmico- EPS 4cm.





PORMENOR CONSTRUTIVO - ESCALA 1:5

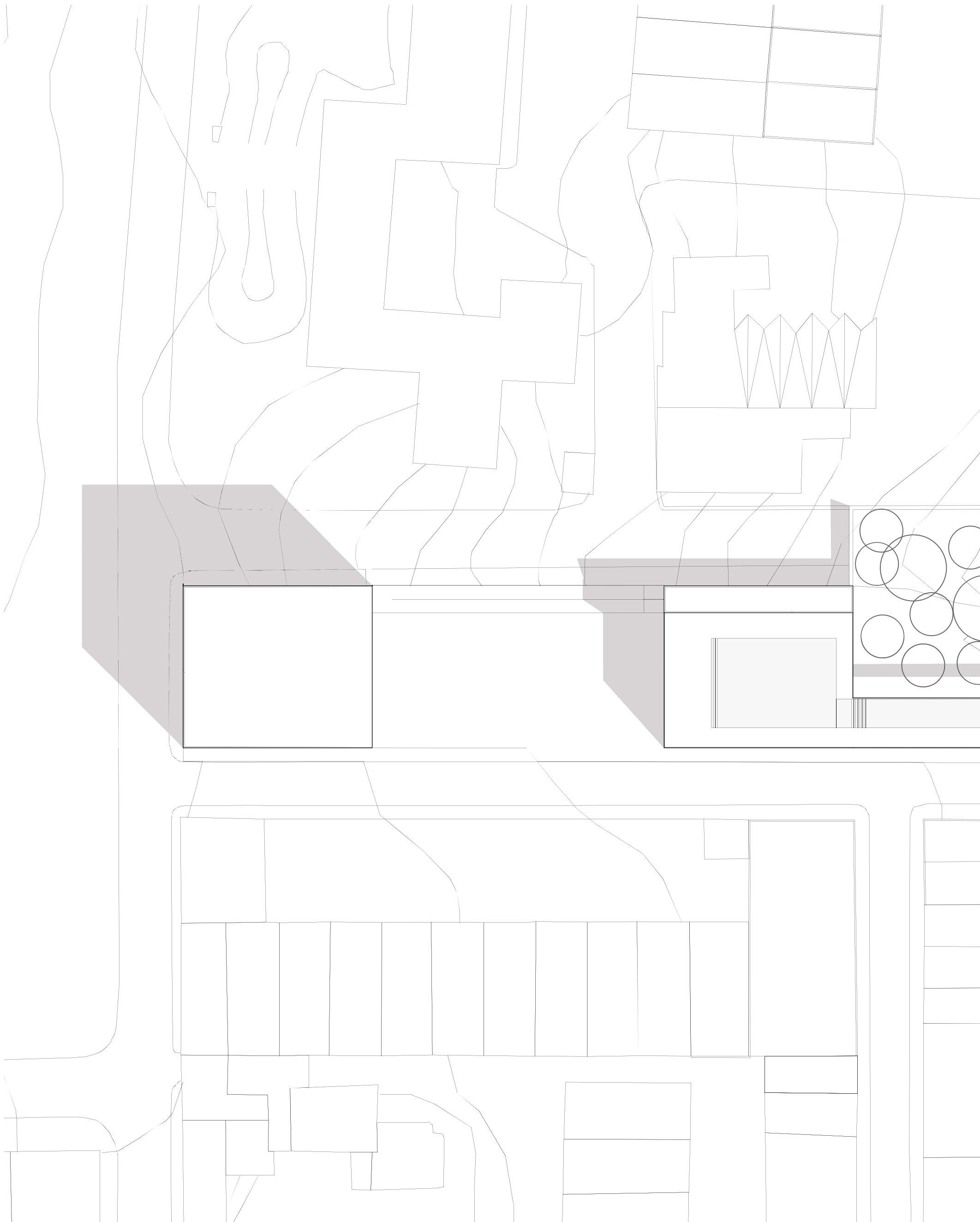
- 1- Folha de vidro difuso (Bendheim Channel Glass)
- 2- Elemento de remate
- 3- Folha de vidro difuso - Janela guilhotina Panoramah 38
- 4- Guarda em aço, 1 cm de secção, chumbada ao pavimento.
- 5- Perfil L 7.5cm de ligação entre a lage e os caixilhos
- 6- Perfil Metalico I de remate da lage.
- 7- Chapa metálica- elemento de remate da lage
- 8- Chapa metálica- elemento de ligação entre a guarda e a lage
- 9- Pavimento, peça em madeira 3cm
- 10- Calços de apoio
- 11- Isolamento térmico- EPS 4cm.



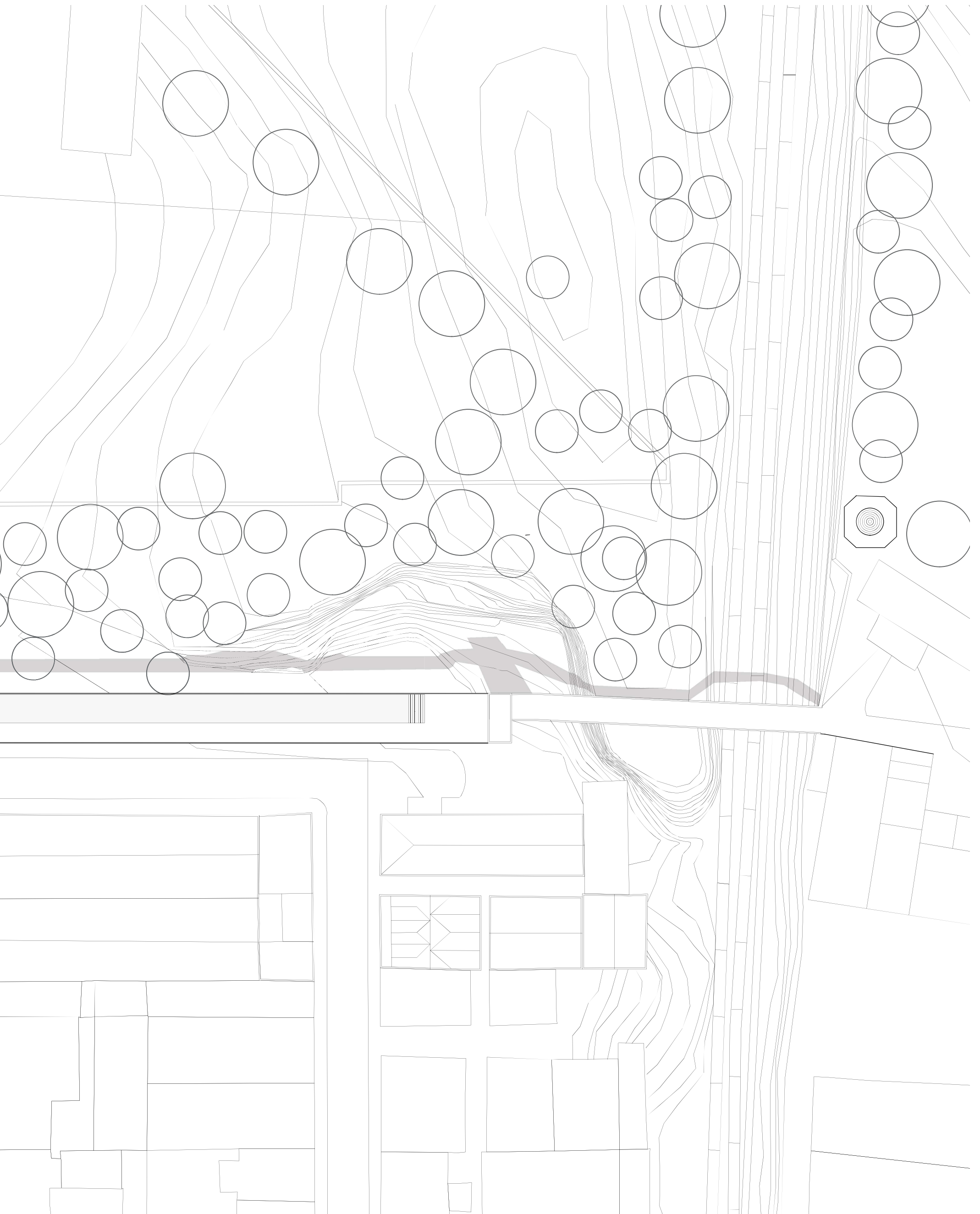
PRAÇA D'ÁGUA

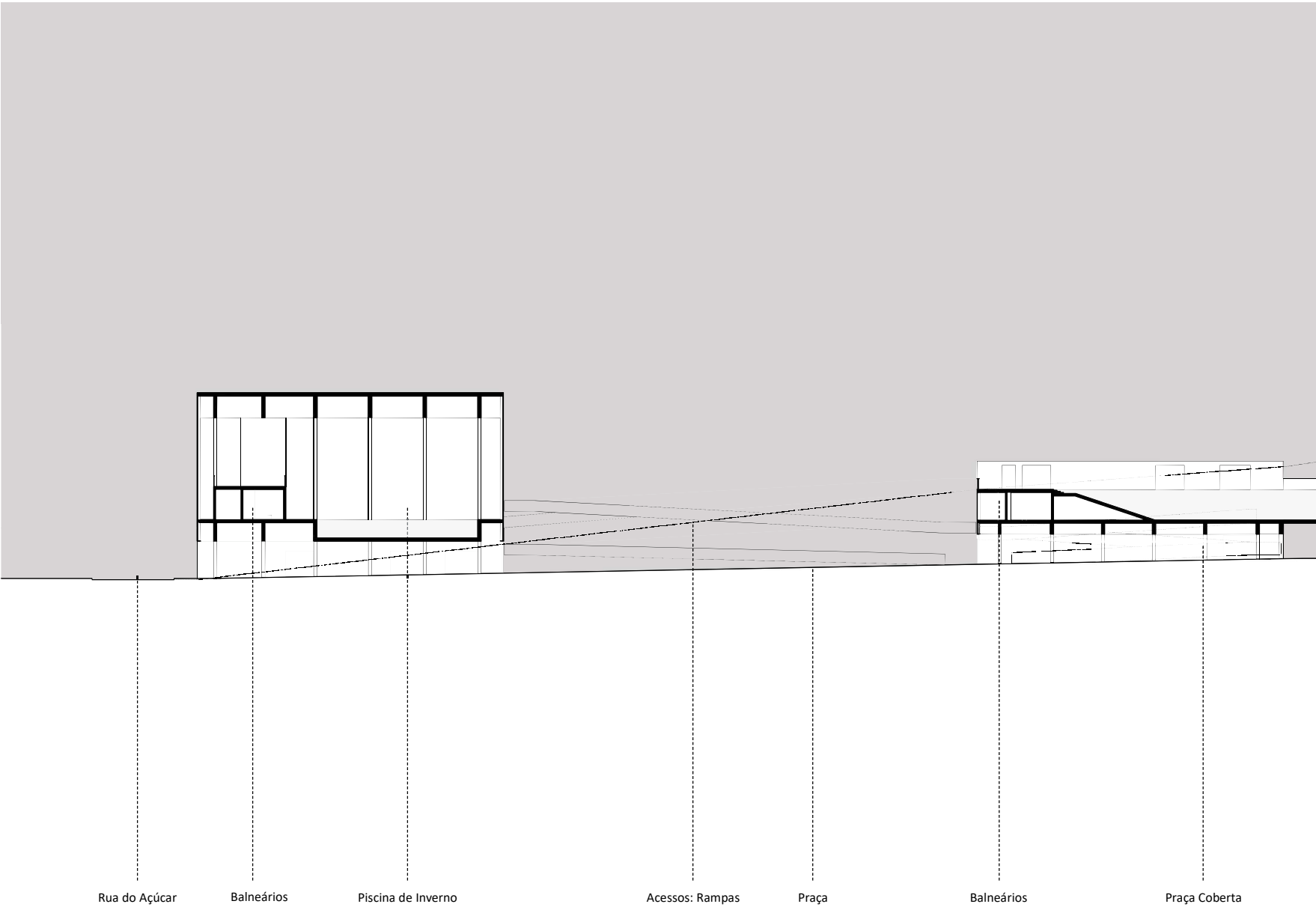
O edifício Palco, localiza-se na cota inferior, adorado ao Geomonumento e é responsável pela ligação entre as duas cotas. Esta estrutura é composta por dois corpos, denominados tanque de inverno e o tanque de verão. O tanque de inverno, consiste num paralelepípedo de 24x28x17 (m), com dois pisos. Sobre o piso térreo prevê-se uma área de lojas . Sobre o piso 1, encontramos uma zona de balneários de apoio a piscina. O tanque de verão, edifício em forma de P, com 24x121x9,5 (m), e com três pisos. Sobre o piso térreo são propostas lojas e um restaurante, sobre o piso 1 encontramos os balneários e zona técnica. Na sua extremidade contrária, paralelo ao Geomonumento prevê-se uma estrutura vertical composta por escadas e um elevador responsável pela ligações entre as duas cotas. Sobre o piso 2, cobertura, encontramos a piscina a céu aberto. Estruturalmente este edifício é composto por uma estrutura de paredes e pilares em betão

Em termos construtivos, o edifício d'água, está igualmente constituído por uma fachada em vidro difuso (Bendheim Channel Glass) responsável pela captação de luz durante o dia e iluminação da praça a noite. Estruturalmente por pilares e paredes em betão armado. Devido ao seu programa e a uma relação mais próxima com a sua envolvente direta, este edifício

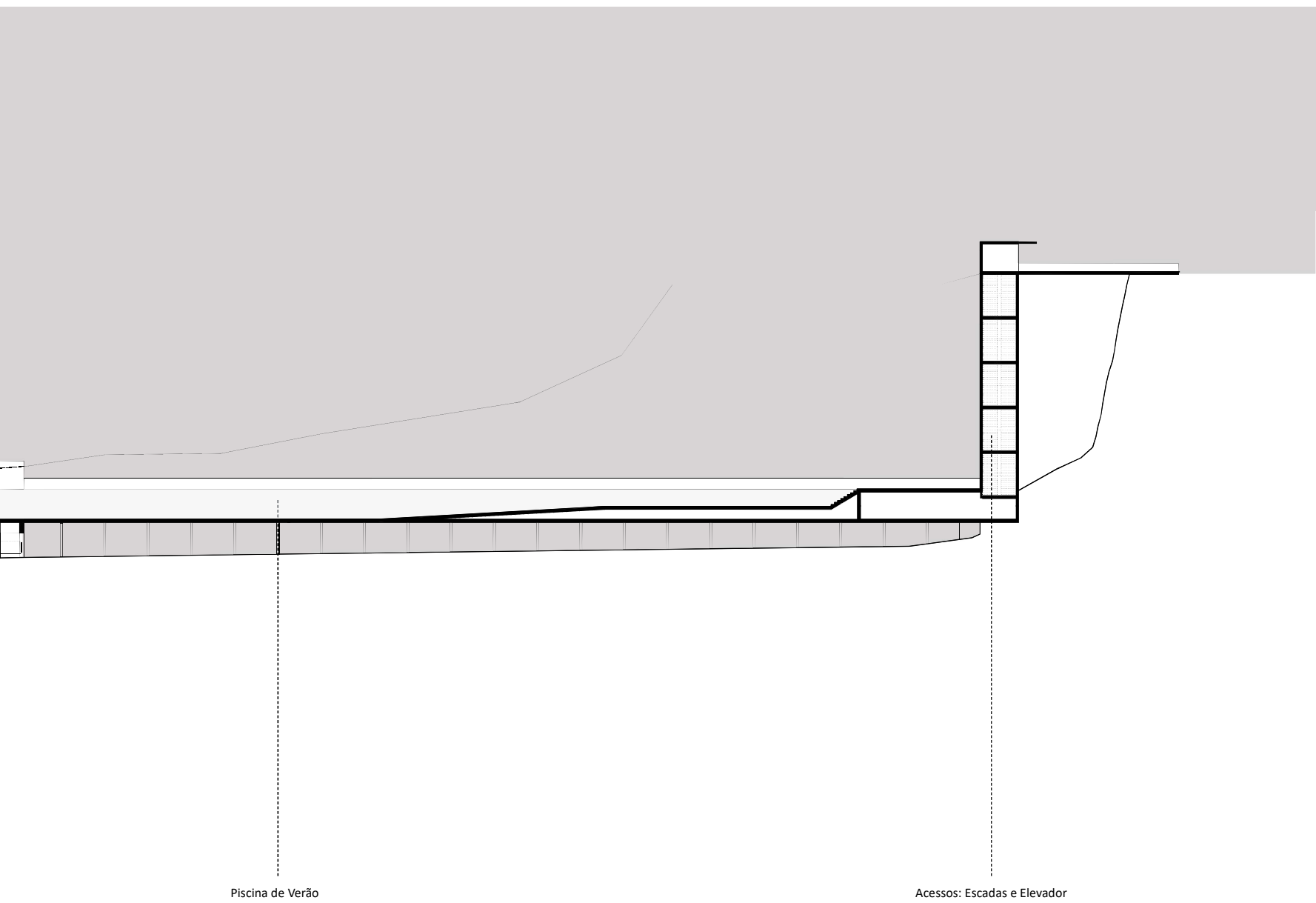


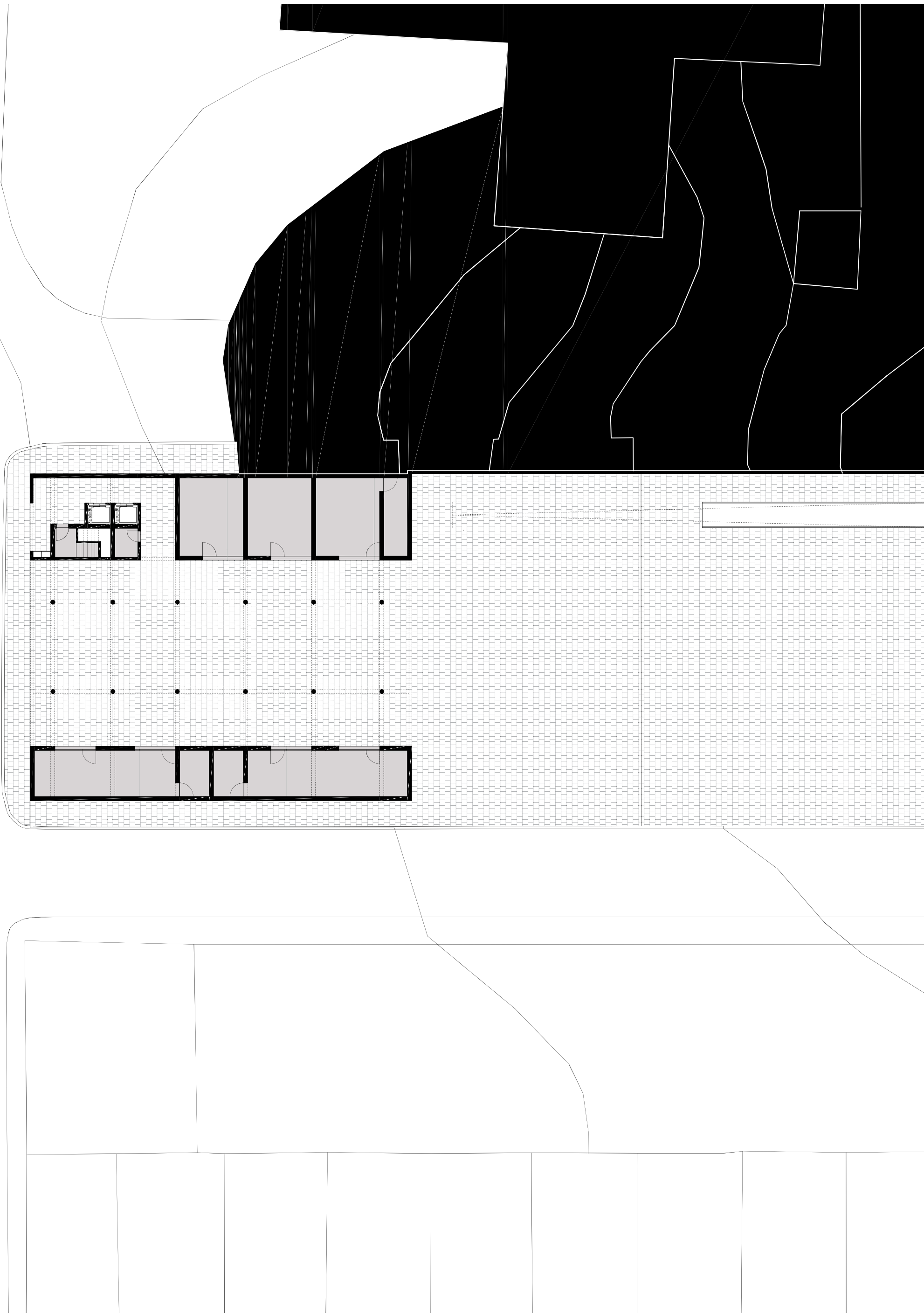
Planta de Localização

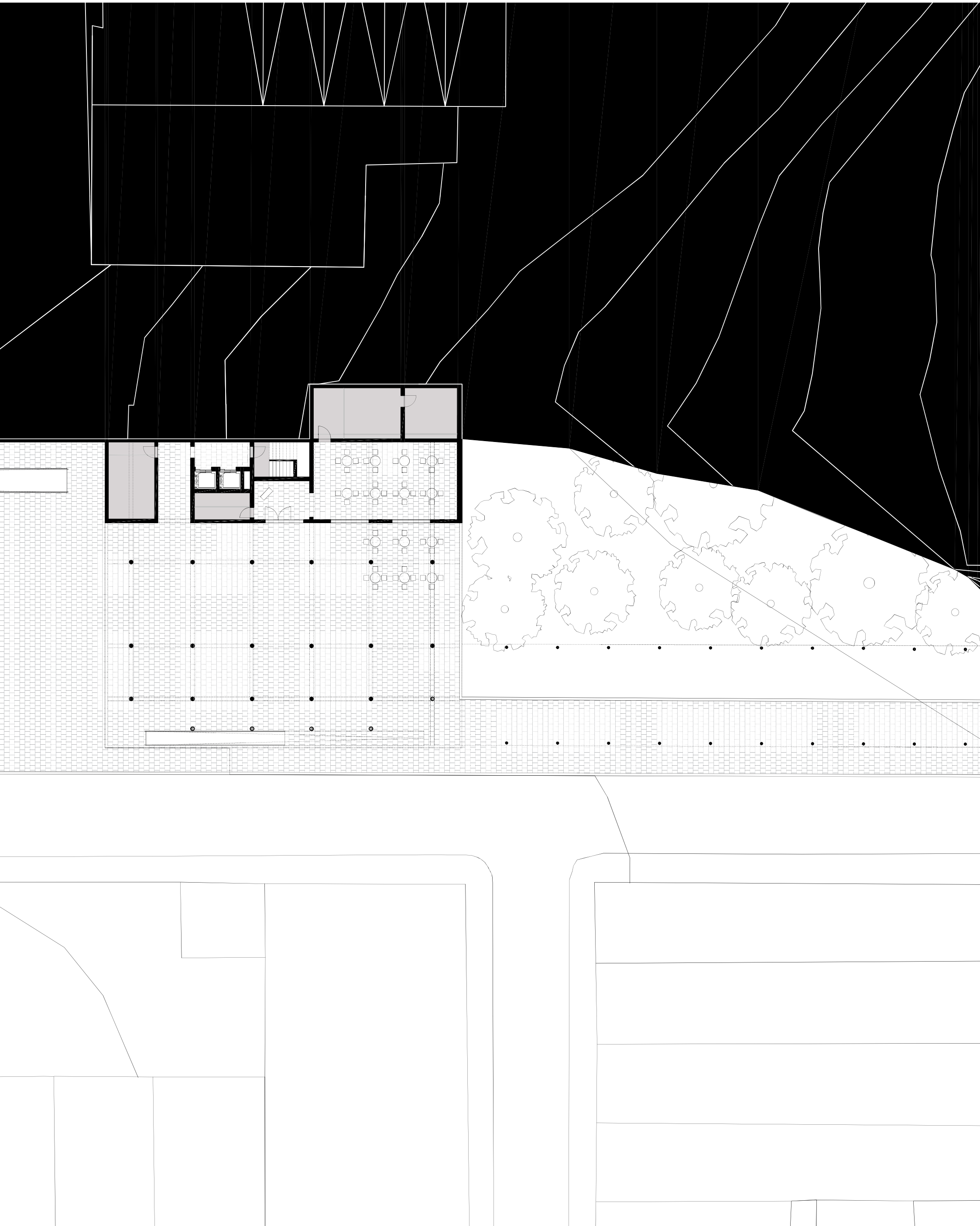


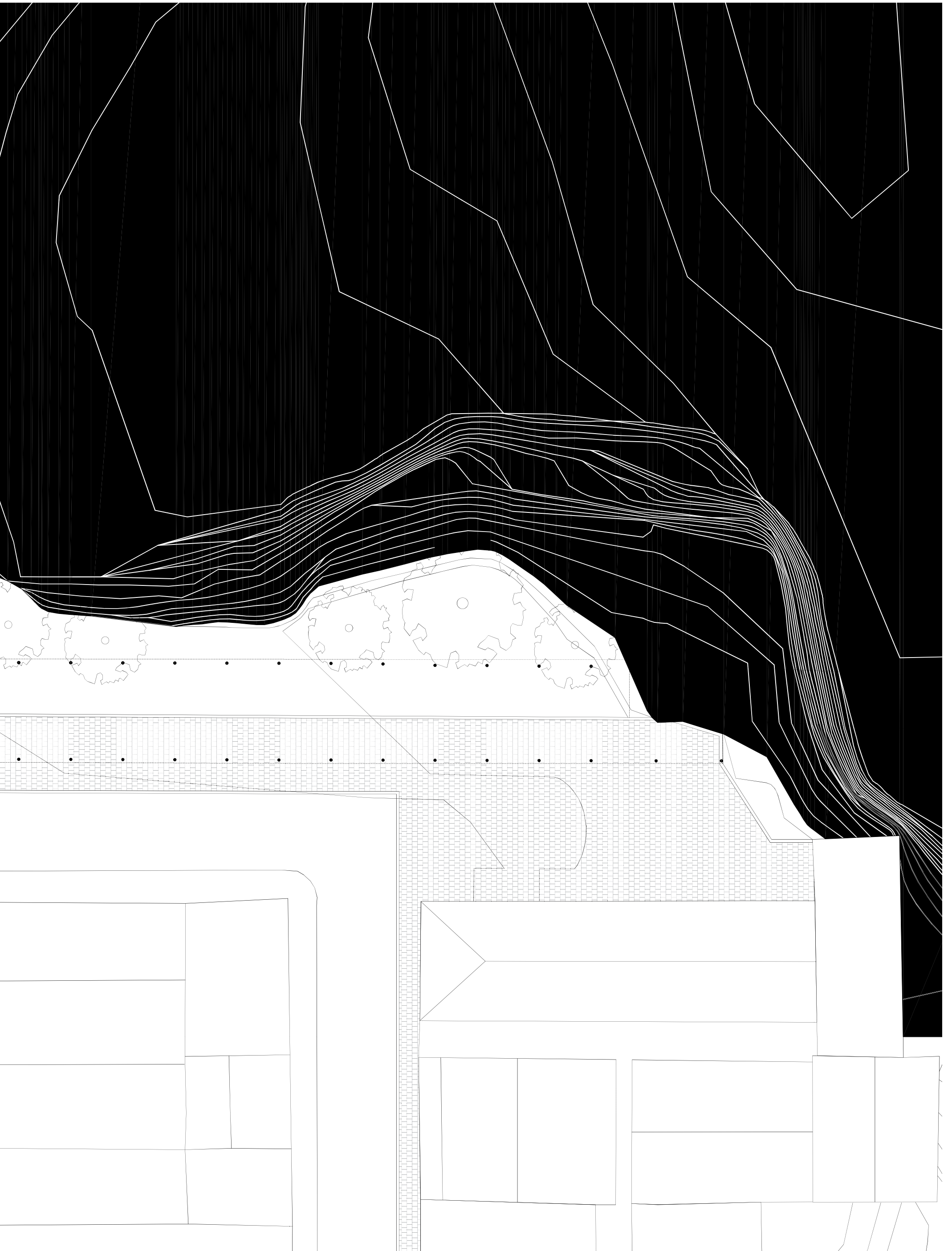


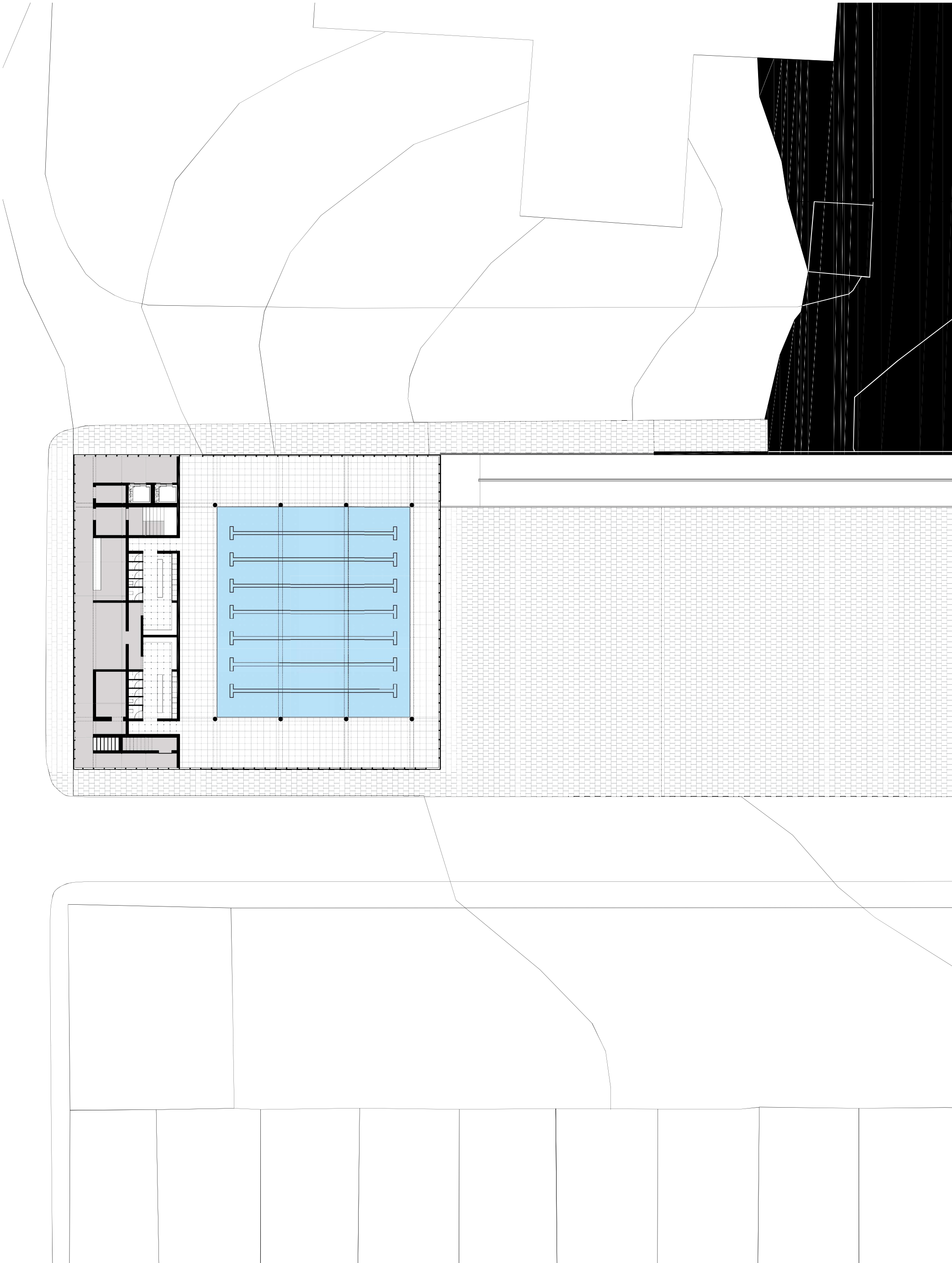
Corte Longitudinal

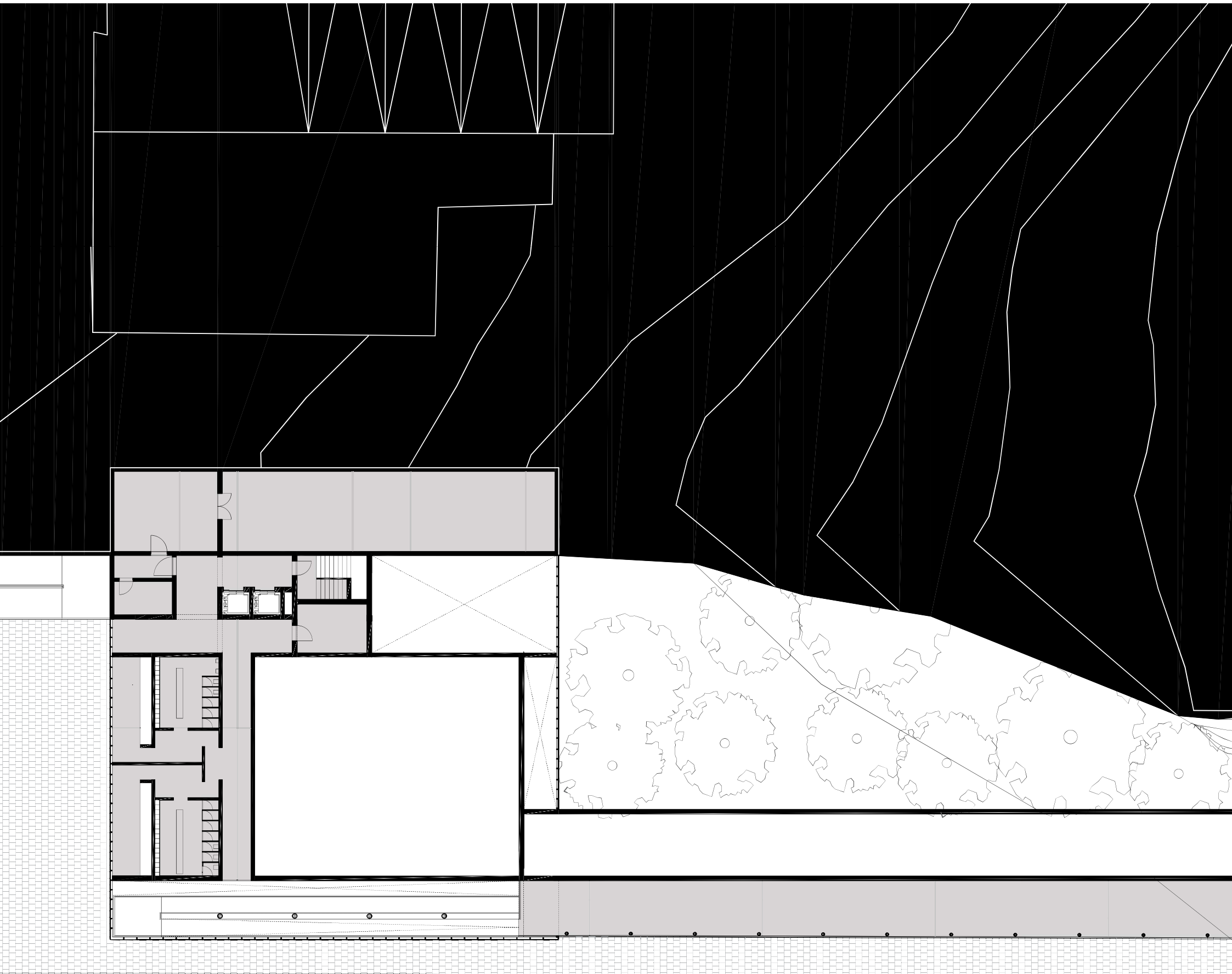




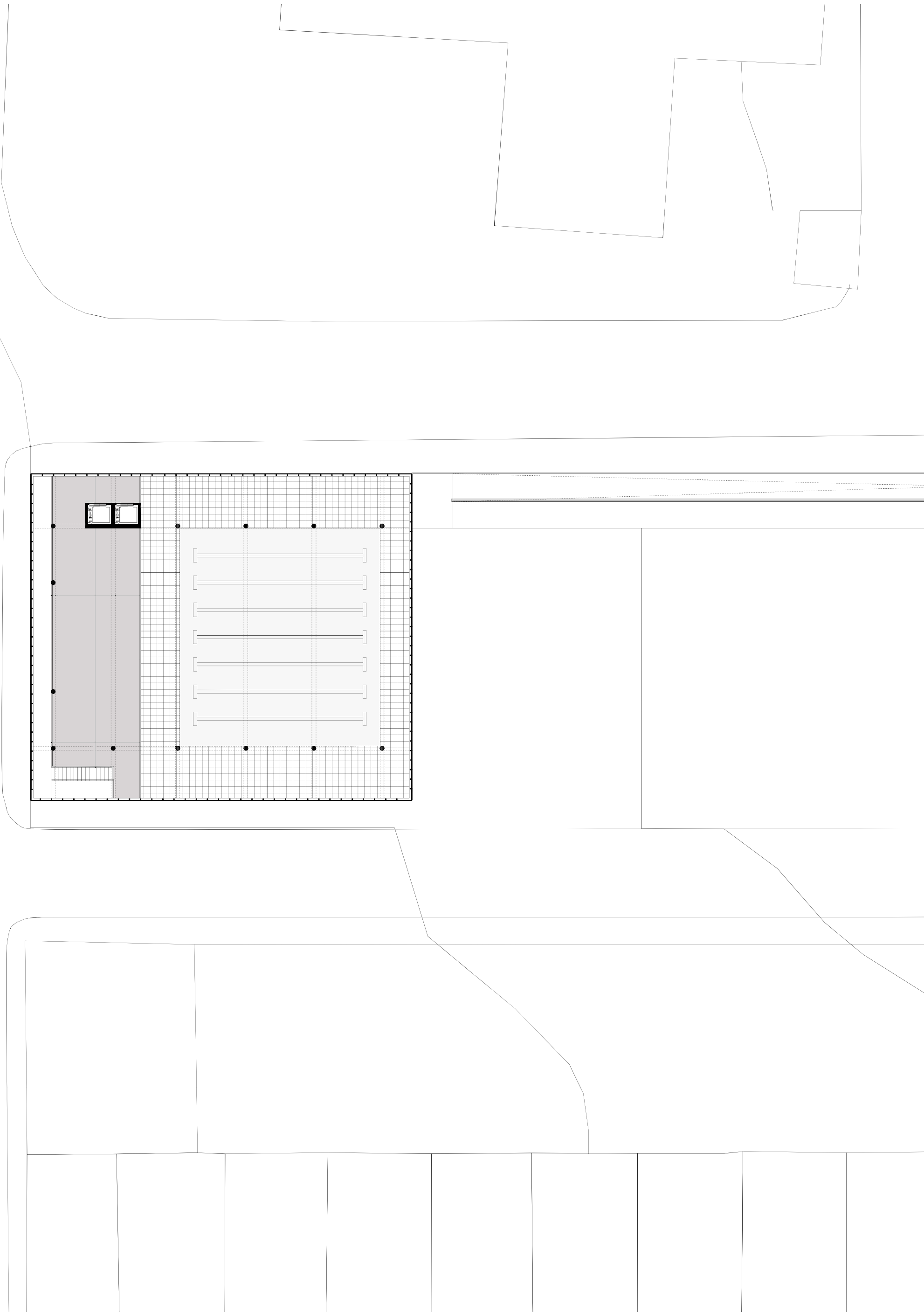


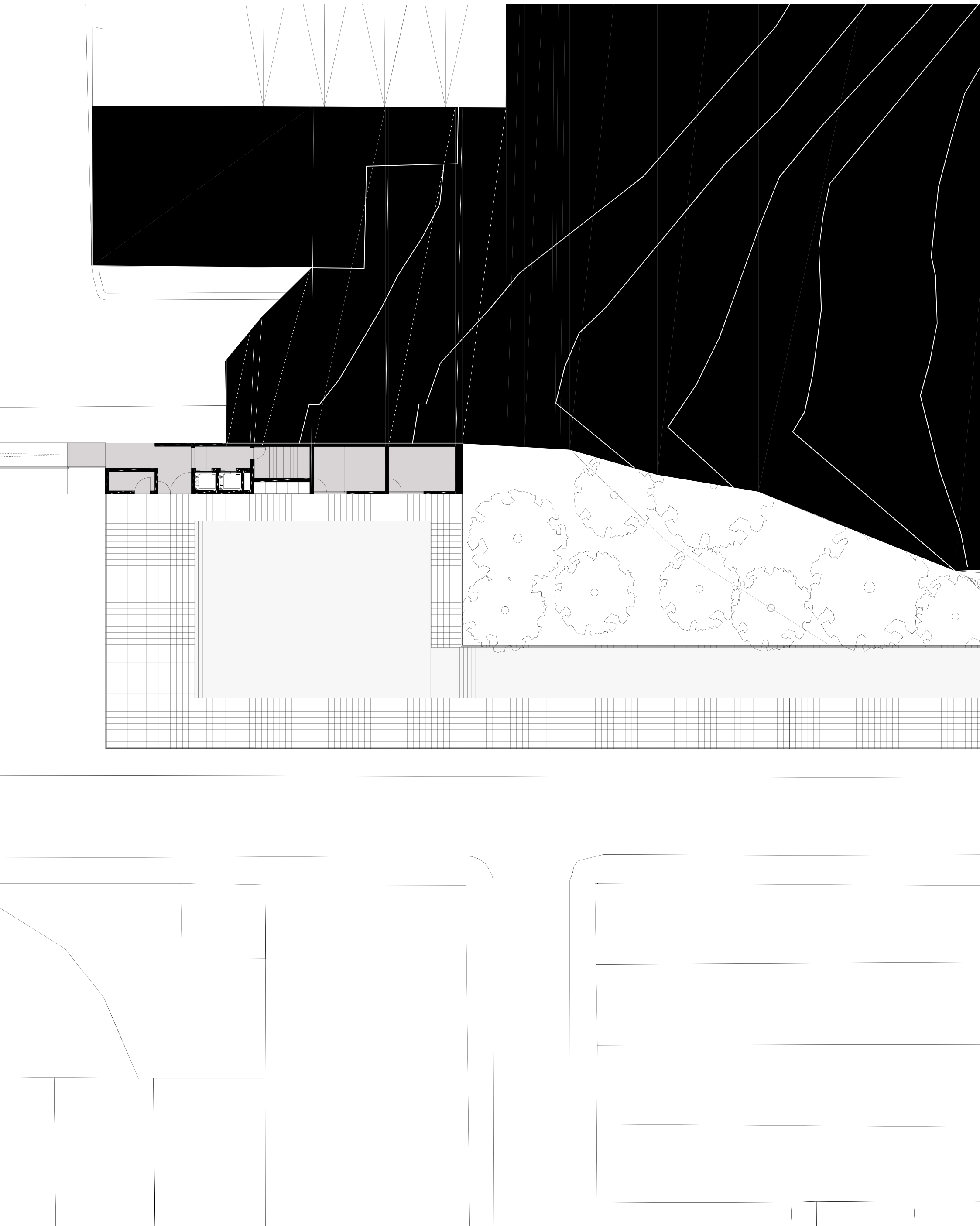




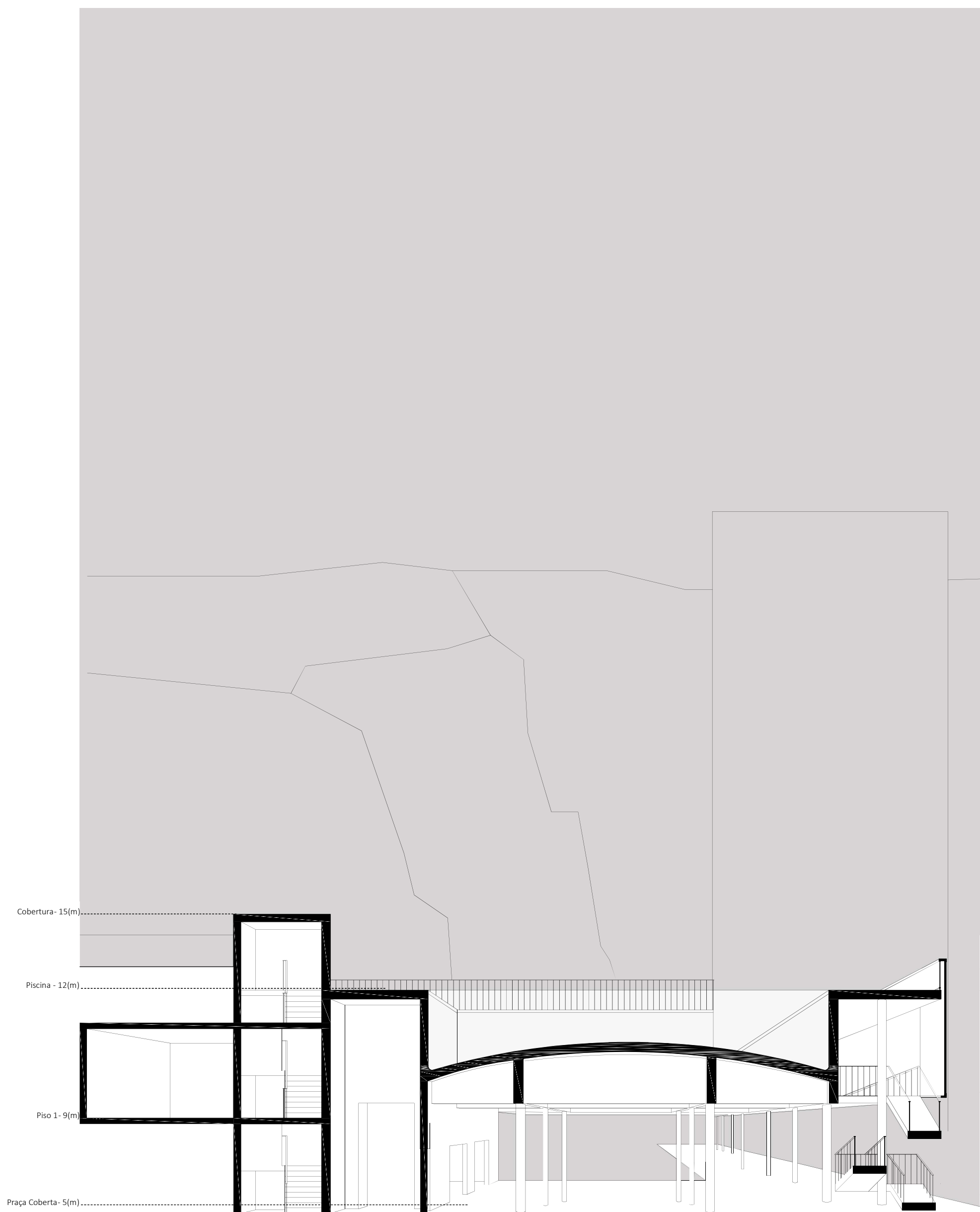












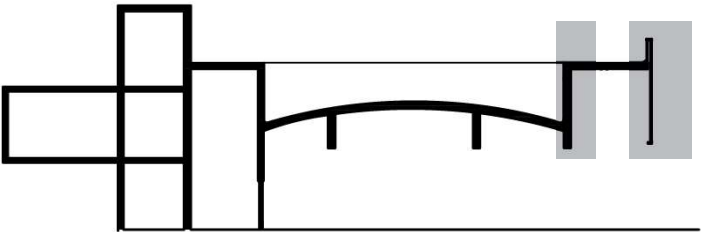


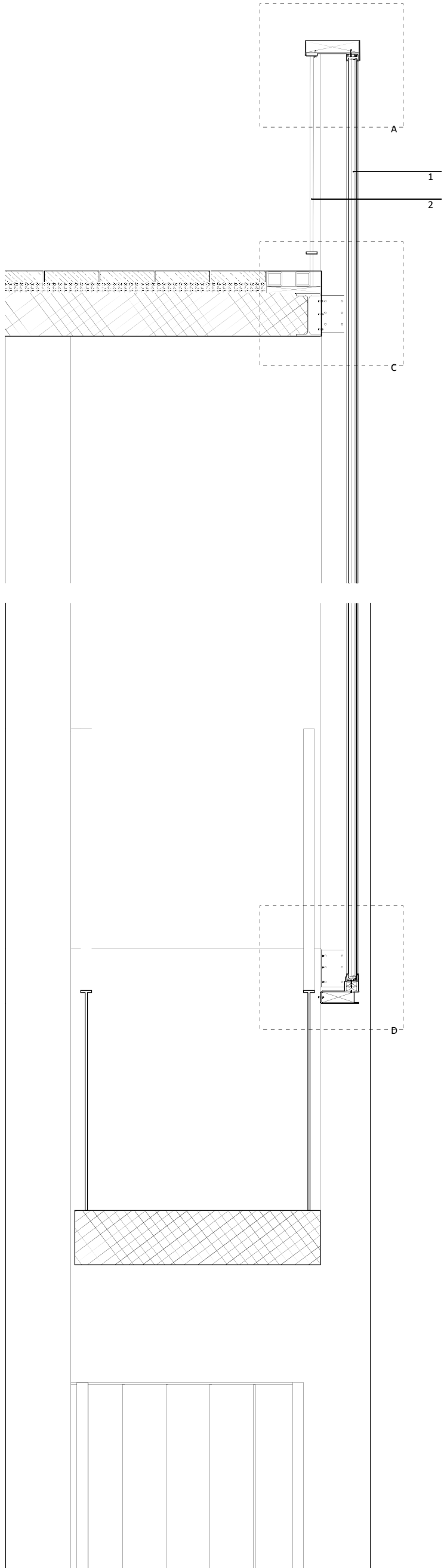
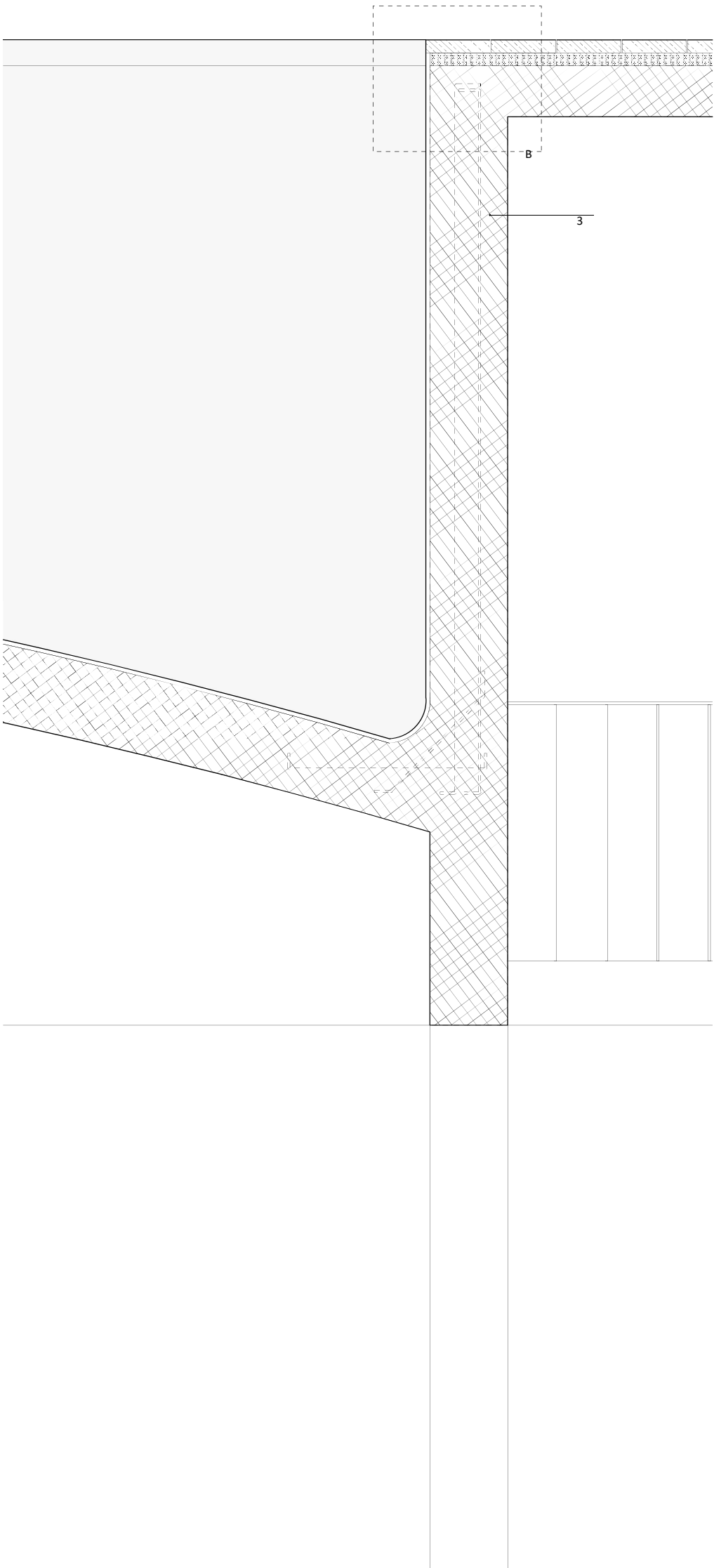




EDIFÍCIO D'ÁGUA - CORTE CONSTRUTIVO - ESCALA 1:20

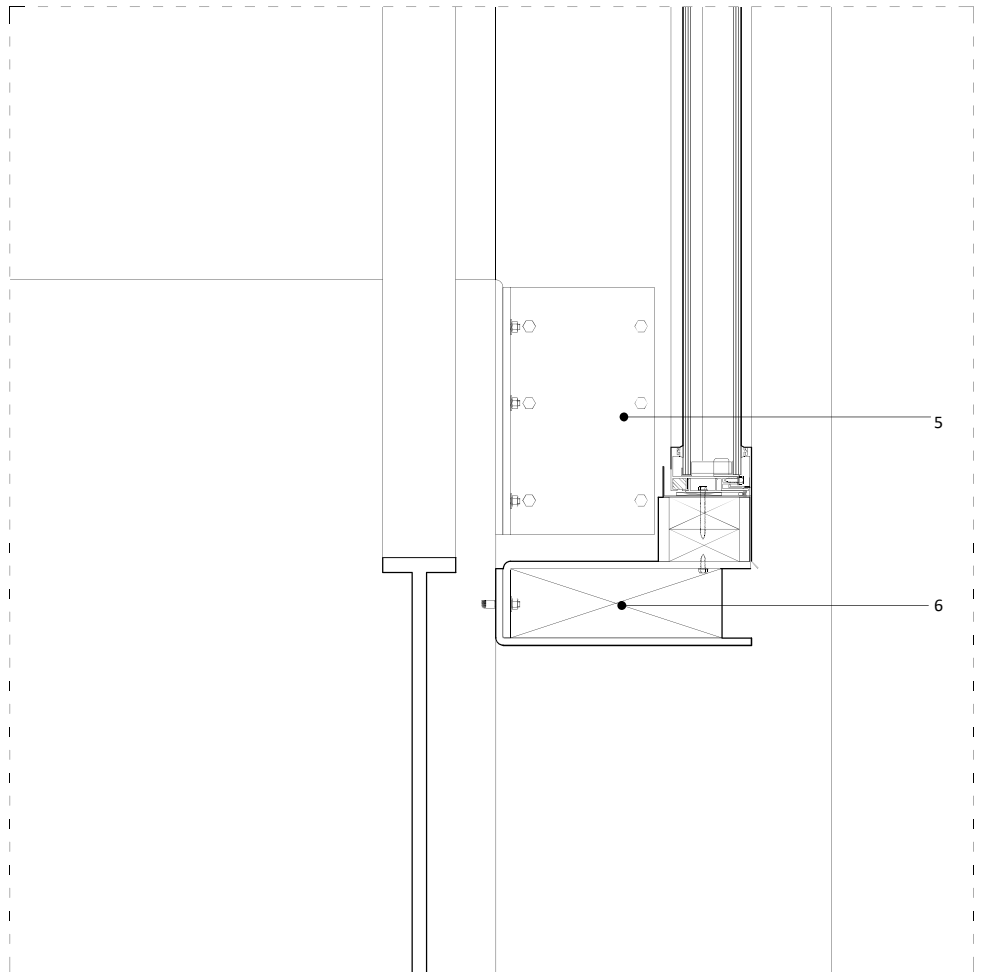
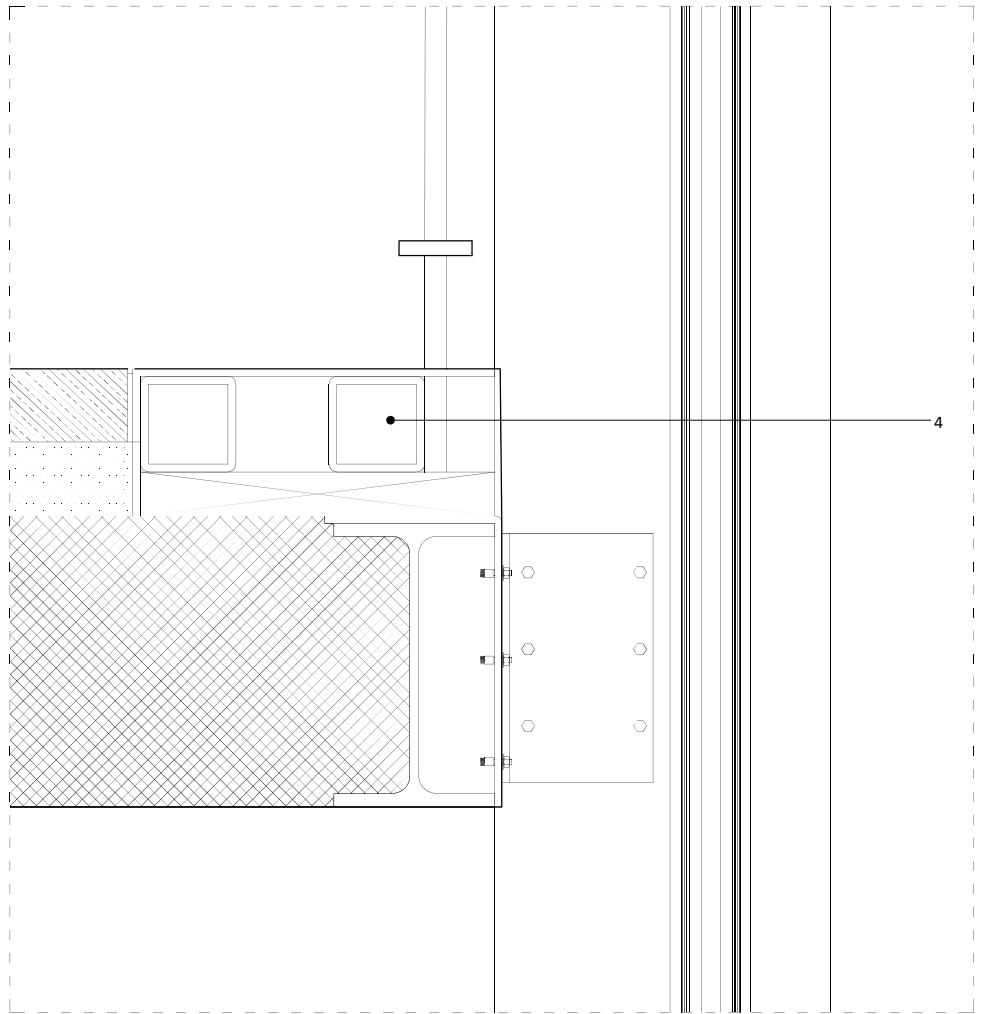
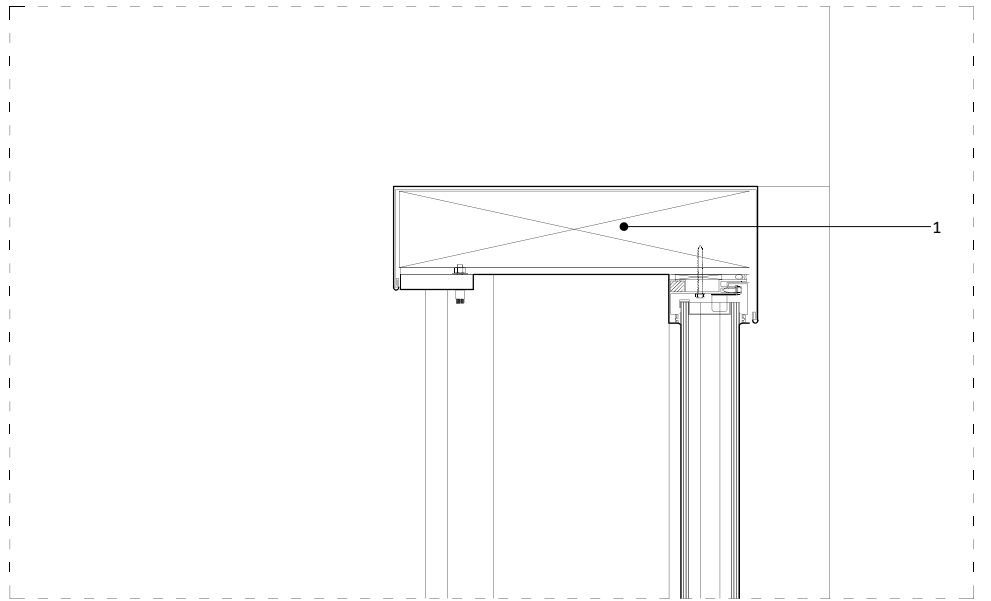
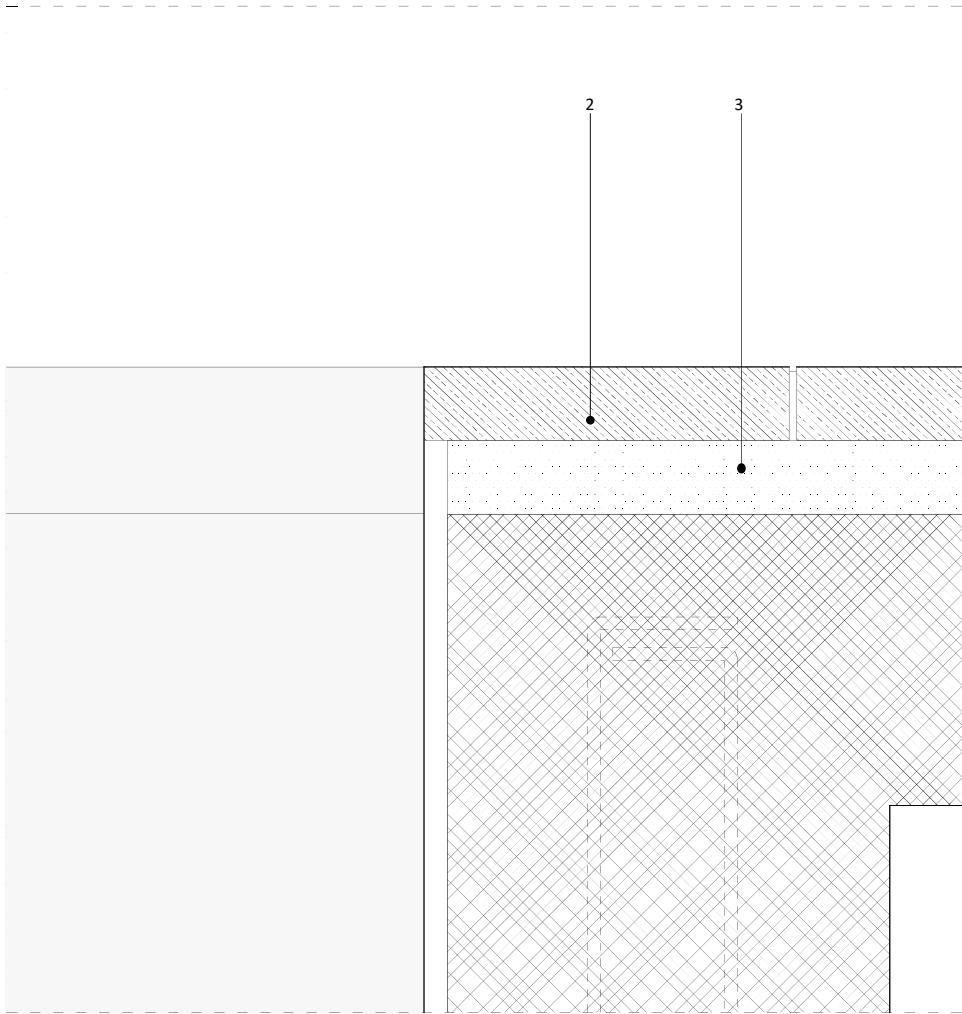
- 1- Folha de vidro difuso (Bendheim Channel Glass)
- 2- Guarda em aço, 1 cm de secção, chumbada ao pavimento.
- 3- Estrutura- Parede em betão 25cm





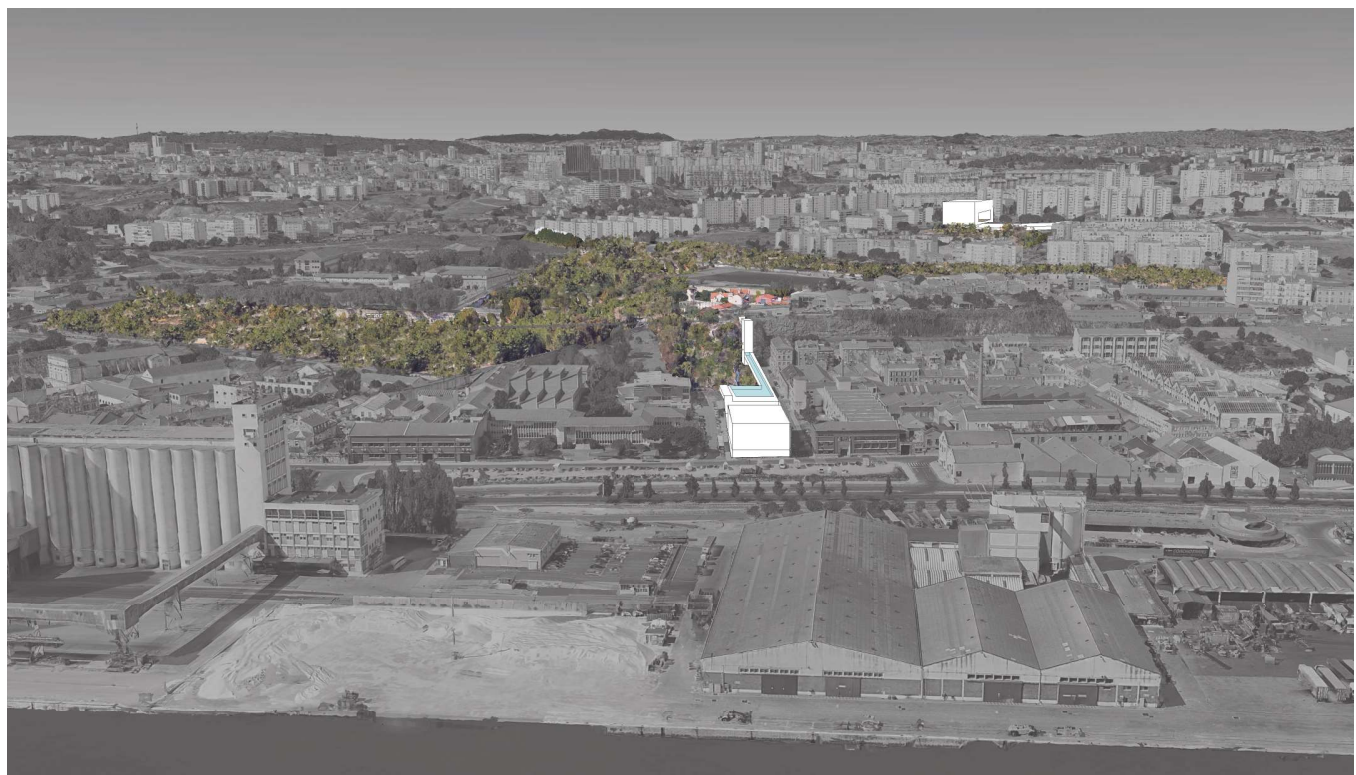
PORMENOR CONSTRUTIVO - ESCALA 1:5

- 1- Peça de remate - Chapa quinada com peça de remate para ligação com a caixilharia
- 2- Pavimento cerâmico 60x40x3 cm
- 3- Camada de regularização 20 cm
- 4- Perfil metálico de suporte a chapa de ligação a guarda metálica
- 5- Perfil L 7.5cm de ligação entre a lage e os caixilhos
- 6- Peça de remate.



Conclusão

Restos de antigos palácios, muros de hortas e quintas abandonadas, azinhagas descaracterizadas, fábricas em ruína, bairros sociais isolados, uma linha férrea que separa um planalto de uma margem, o rio Tejo, um centro histórico, são alguns dos elementos que se realçam na paisagem de Marvila, territórios estes que apresentam uma temporalidade descontínua, que leva ao aparecimento de espaços vazios. Ha uma escala territorial, Marvila está situada entre duas zonas muito desenvolvidas: Centro histórico de Lisboa e Lisboa Oriental (Expo 98), ligadas entre si por uma linha férrea e a maior avenida de Lisboa, a Avenida Infante D. Henrique, mas que atravessam a freguesia de Marvila de forma violenta e fragmentam territórios e comunidades. O projeto apresentado nesta dissertação tem assim por objetivo estabelecer ligações entre a escala local e a escala territorial, e por consequência “des-fragmentar” uma zona afetada por estas infra-estruturas. Ao longo do trabalho foram identificadas diversas características do lugar, testemunhos das várias camadas do tempo e foram realçados na realização dos dois novos centros. Por um lado a Quinta dos Alfinetes, a sua Azinhaga, o Geomonumento, que constituem elementos históricos, por outro, um sistema de espaços verdes, o Corredor Verde Oriental, mais contemporâneo e importante no que diz respeito à união de uma Marvila fragmentada e desta forma criar novas dinâmicas entre o planalto, a margem e o rio, como também novos espaços públicos entre um sistema verde existente e o programa de dois centros comunitários.



Bibliografia

Bibliografia

ASCHER, F.; (2010). Novos Princípio do Urbanismo e Novos Compromissos Urbanos. Lisboa: Livros Horizonte.

AUGÉ, M.; (2005). Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobre-modernidade. Trad.

Miguel Serras Pereira. Lisboa: 90Graus Editora

BORJA, J; MUXI, Z. (2000). El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía. Barcelona: Electa.

CALVINO, I.; (2002). As Cidades Invisíveis. Lisboa: Editorial Teorema (ed. Orig. 1972).

CAERIO, M.; (2002). Lisboa Capital do Nada – Marvila, 2001: Criar, Debat- ter, Intervir no Espaço Público.Marvila, Extramuros

CARMONA, M.; TIESDELL, S.; HEATH, T.; OC, T. (2003). Public Places- Urban Spaces. The

dimension of Urban Design. Oxford: Architectural Press

DELFANTE, Ch.; (2000) A Grande Historia da Cidade. Instituto Piaget

FARIA, M.; (1997). O Modelo Praça/Monumento Central na Evolução Ur- banística da Cidade de Lisboa: Notas sobre a Toponímia, Urbanismo e His- toria dos Monumentos Públicos, Edial

GEHL, J.; (1936). A Vida entre Edifícios. Usando o Espaço Público. Tigre de Papel, (ed. Orig. 1971).

HARVEY, D.; (1989). Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola.

INDOVINA, F.; (2002). O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. in Cidades, Comunidades e Territórios, n.º 5, CET –ISCTE; Dezembro

KOSTOF, S.; (1995). A history of Architecture (Settings and Rituals). Oxford: University Press

LAMAS, J. M. R. G.; (2000) Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, FCG, 2 ed., Lisboa.

LYNCH, k.; (2009). A Imagem da Cidade, Edições 70.

MUMFORD, L.; (1998) A Cidade na História (Suas Origens, Transformações e Perspectivas). Martins Fontes, 4 ed., Lisboa.

NORBERG-Sch, Chr.; (2000) Architectura Occidental. Gustavo Gili

PEVSNEVER, N.; (2002) Panorama da Arquitetura Ocidental. Martins Fon- tes, 2ed., Lisboa

ZEVI, B.; (1966) Saber ver a Arquitectura. Artes e Letras/ Arcádia, 1ed., Lisboa

Bibliografia Eletrónica

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29601

JORNAL ARQUITETOS. Lisboa Oriental. Disponível em:

[http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/epicentros-pos-industriais/lis-boa-oriental](http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/epicentros-pos-industriais/lisboa-oriental). Acesso em: 10 de Mar. 2021

<https://dafne.pt/livro/leon-battista-alberti/>

Índice de Imagens

1-Playgrounds (1947–1978), Aldo Van Eyck. Foto di Aldo van Eyck Archive / Amsterdam City Archive. Da SOCKS-STUDIO. URL: <http://socks-studio.com/img/blog/van-eyck-playgrounds-03.jpg>. <https://socks-studio.com/2018/02/11/human-structures-and-architectural-archetypes-aldo-van-eycks-playgrounds-1947-1978/>

2- Nova Planta de Roma, Giambattista Nolli, 1748-

3 - Piero della Francesca ou Francesco di Giorgio Martini, Cidade Ideal (1460). Galleria Nazionale delle Marche, Urbino, <https://artepensamento.com.br/item/a-inteligencia-do-silencio/>

4- CHIRICO, Giorgio de, Piazza d’Italia, 1948, cm 39.5x50.

5 - Judge Harry Pregerson Interchange, Los Angeles, Califórnia. <https://www.over-view.com/overviews/judge-harry-pregerson-interchange>

6- Superstudio, Cidade das 2.000 toneladas, a primeira das Doze Cidades Ideais, 1971. Cortesia do Arquivo Superstudio. <http://collectionsblog.aaschool.ac.uk/aa-library-superstudio-life-death-and-miracles-of-architecture/>

7 - JOSÉ MENDES, Luís, Lisboa no século XVI, gravura, 195-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa - Lisboa antes do Terramoto. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=269249&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

8- ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS, O Terreiro do Paço visto do rio na segunda metade do século XVIII, entre 194- e 195-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=268266&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

9- ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS, Rossio antes do terramoto de 1755. Água-tinta, desenho à pena a nanquim de Zuzarte, século XVIII, 194-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=268258&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

10 - ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS, Passeio Público do Rossio, demolido em 1883, gravura, entre 194- e 195-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=265737&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

11- Teatro Dona Maria II - Lisboa, Fotografia de uma composição com colagem de reortes de gravura (Teatro e carruagem) e aquarela sobre papel, 2.ª metade do século XIX.

12- Obra inacabada da sede da Fundação Luso-Brasileira, desenhado por Oscar Niemeyer, Marvila - Foto de autor, Setembro 2019.

13- Arquivo Municipal de Lisboa, Panorâmica do rio Tejo tirada da Praia, 1888, fotografia, parte da coleção de SEIXAS, Henrique Maufroy de, função: colecionador.

14- C. GOULART, Artur João, Descarga de sal feita por mulheres, 1960, Poço do Bispo, Marvila, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

15- BENOLIEL, Judah, Obras municipais, ant.1957, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

16- PORTUGAL, Eduardo, Panorâmica de Lisboa oriental. Em primeiro plano à direita, o palácio da Mitra, em segundo plano, junto da chaminé, a Torrinha de Marvila, 12-06-1949, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

17- LIMA, Alberto Carlos, Vila Dias, 191-, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

18- Sociedade Nacional dos Sabões, Marvila, 195-, In <https://www.museudoaljube.pt/evento/lisboa-operaria-iii/> no âmbito da visita “Lisboa Operária III” que decorreu a 20 de Outubro de 2018, pelo Museu do Aljube.

19- PORTUGAL, Eduardo, Panorâmica do Beato, identifica-se o convento de São Francisco, o cemitério do Alto de São João e o bairro Lopes, a par de varias estruturas industriais e de armazenamento, 1949, fotografia, Arquivo Municipal de Lisboa.

20- Arquivo Municipal de Lisboa, Fotografia aérea da zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa, 1950-04-15, fotografia.

21-42- Levantamento fotográfico de Marvila. Fotografias de autor

43- 50mq di spazio pubblico, EPOS 257, Piazza Palackého náměstí, Praga. <https://magazin.aktualne.cz/epos-257/r~i:photo:510482/r~i:article:760491/>

44- Stoa de Attalos, Atenas, Grécia, https://www.wikiwand.com/en/Stoa_of_Attalos#/google_vignette

45- SUPERSTUDIO, A terceira cidade, em “As doze cidades ideais”, 1971. <http://collectionsblog.aaschool.ac.uk/aa-library-superstudio-life-death-and-miracles-of-architecture/>

46 - Ponte de pedra em Olmsted Park, 1919, Emerald Necklace Conservancy/Boston Public Library, publicado no artigo “The History Behind Boston’s Treasured Emerald Necklace” em www.bostonmagazine.com

47- Referencia ao parque - Plan of Portion of Park System from Common to Franklin Park, National Park Service Olmsted Archive

Índice de desenhos

Capítulo I

- p. 42 | Mapa 1: Planta cartográfica de Lisboa, Silva Pinto, Marvila 1911, Sec: XX. Câmara Municipal de Lisboa.
- p. 43 | Mapa2: Planta cartográfica de Lisboa, Marvila 1950, Câmara Municipal de Lisboa.
- p. 46 | Mapa3 : Ortofotomapa de Lisboa, Marvila 2020.- Disponível online. URL: <http://lxi.cmlisboa.pt/lxi/> (consultato em 19/04/20).
- p. 47 | Planta1: Planta de Marvila. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 48 | Planta2: Planta e corte existente de Marvila. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

Capítulo II

- p. 79 | Planta3: Planta de Localização, Cidade de Mileto. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 80 | Planta4: Diagrama, Cidade de Mileto. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 81 | Planta 5: Planta das Ágoras note e sul, Cidade de Mileto. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 83 | Planta 6: Planta de Localização, Cidade de Assos. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 8 4| Planta 7: Diagrama, Ágora de Assos. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 85 | Planta 8: Planta da Ágora de Assos, Cidade de Assos. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 93 | Planta 9: Planta de Localização, Basílica Palladiana, Cidade de Vicenza. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 94 | Planta 10: Planta piso 1, Basílica Palladiana, Cidade de Vicenza. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 94 | Planta 11: Planta piso térreo, Basílica Palladiana, Cidade de Vicenza. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 95 | Corte 1 : Corte transversal, Basílica Palladiana, Cidade de Vicenza. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 95 | Corte 2 : Diagrama de uso, Basílica Palladiana, Cidade de Vicenza. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 97 | Planta 12: Amarelos e vermelhos, Altes Museum, Cidade de Berlin. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 97 | Planta 13: Planta de Localização, Altes Museum, Cidade de Berlin. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 98 | Corte 3: Transversal, Altes Museum, Cidade de Berlin. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 99 | Planta 14: Planta piso térreo, Altes Museum, Cidade de Berlin. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 108 | Planta 15: Planta de Localização, Acrópole de Atenas, Cidade de Atenas, Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 109 | Perspectiva: Acrópole de Atenas, Cidade de Atenas, Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 110 | Planta 16: Planta piso térreo, Acrópole de Atenas, Cidade de Atenas, Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 113 | Planta 17: Planta de localização, Basílica de Santo Andrea de Mântua, Cidade de Mântua, Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 114 | Perspectiva: Basílica de Santo Andrea de Mântua, Cidade de Mântua, Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 115 | Fachada: Basílica de Santo Andrea de Mântua, Cidade de Mântua, Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 116 | Corte: Corte Longitudinal, Basílica de Santo Andrea de Mântua, Cidade de Mântua, Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

- p. 116 | Planta 18: Planta piso Térreo, Basílica de Santo Andrea de Mântua, Cidade de Mântua, Autor: de Morais Jorrim, Carlos.

Capitulo III

- p. 126 | Mapa 6: Localização, Mapa de Lisboa, Escala 1: 25000. (O mapa é uma reelaboração gráfica, da autora, de uma obra produzida por Inês Lobo Arquitectos.).
- p. 129 | Mapa 7: Localização, Mapa de Lisboa, Escala 1: 10000. (O mapa é uma reelaboração gráfica, do autor, de uma obra produzida por Inês Lobo Arquitectos.).
- p. 130 | Planta 19: Área de intervenção, Planta de Marvila, Escala 1/25000. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p.131 | Planta 20: Diagrama de elementos, Planta de Marvila. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p.132| Planta 20: Diagrama de elementos, Planta de Marvila. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 133 | Planta 21: Estratégia,Planta de Marvila. Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 136 | Planta 22: Planta de implantação, Edifício Auditório, Planta de Marvila. Escala: 1/500 Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 138 | Corte 3: Corte Longitudinal, Edifício Auditório, Planta de Marvila. Escala: 1/500 Autor: de Morais Jorrim, Carlos.
- p. 140 | Planta 23: Planta Piso-1, Edifício Auditório, Planta de Marvila.

Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 141 | Planta 24: Planta Piso térreo, Edifício Auditório, Planta de Marvila. Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 142 | Planta 25: Planta Piso 1, Edifício Auditório, Planta de Marvila. Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 143 | Planta 26: Planta Piso 2, Edifício Auditório, Planta de Marvila. Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 144 | Planta 27: Planta Piso 3, Edifício Auditório, Planta de Marvila. Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 145 | Planta 28: Planta Piso 4, Edifício Auditório, Planta de Marvila. Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 146 | Corte 4: Corte longitudinal, Edifício Auditório, Planta de Marvila. Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 151 | Corte 5: Corte construtivo, Edifício Auditório, Marvila. Escala: 1/20 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 153 | Corte 5: Pormenor construtivo, Edifício Auditório, Marvila. Escala: 1/5 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 156 | Planta 29: Planta de implantação, Edifício D'Água, Planta de Marvila. Escala: 1/500 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 158 | Corte 5: Corte Longitudinal, Edifício D'Água, Marvila. Escala: 1/500 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p.160 | Planta 30: Planta piso térreo, Edifício D'Água, Marvila. Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 164 | Planta 31: Planta piso 1, Edifício D'Água, Marvila. Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 168 | Planta 32: Planta de cobertura, Edifício D'Água, Marvila. Escala: 1/250 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

P. 171 | Corte 6: Corte transversal, Edifício D'Água, Marvila. Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 177 | Corte 7: Corte construtivo, Edifício D'Água, Marvila. Escala: 1/20 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.

p. 179 | Corte 8: Pormenor construtivo, Edifício D'Água, Marvila. Escala: 1/5 Autor: de Moraes Jorrim, Carlos.